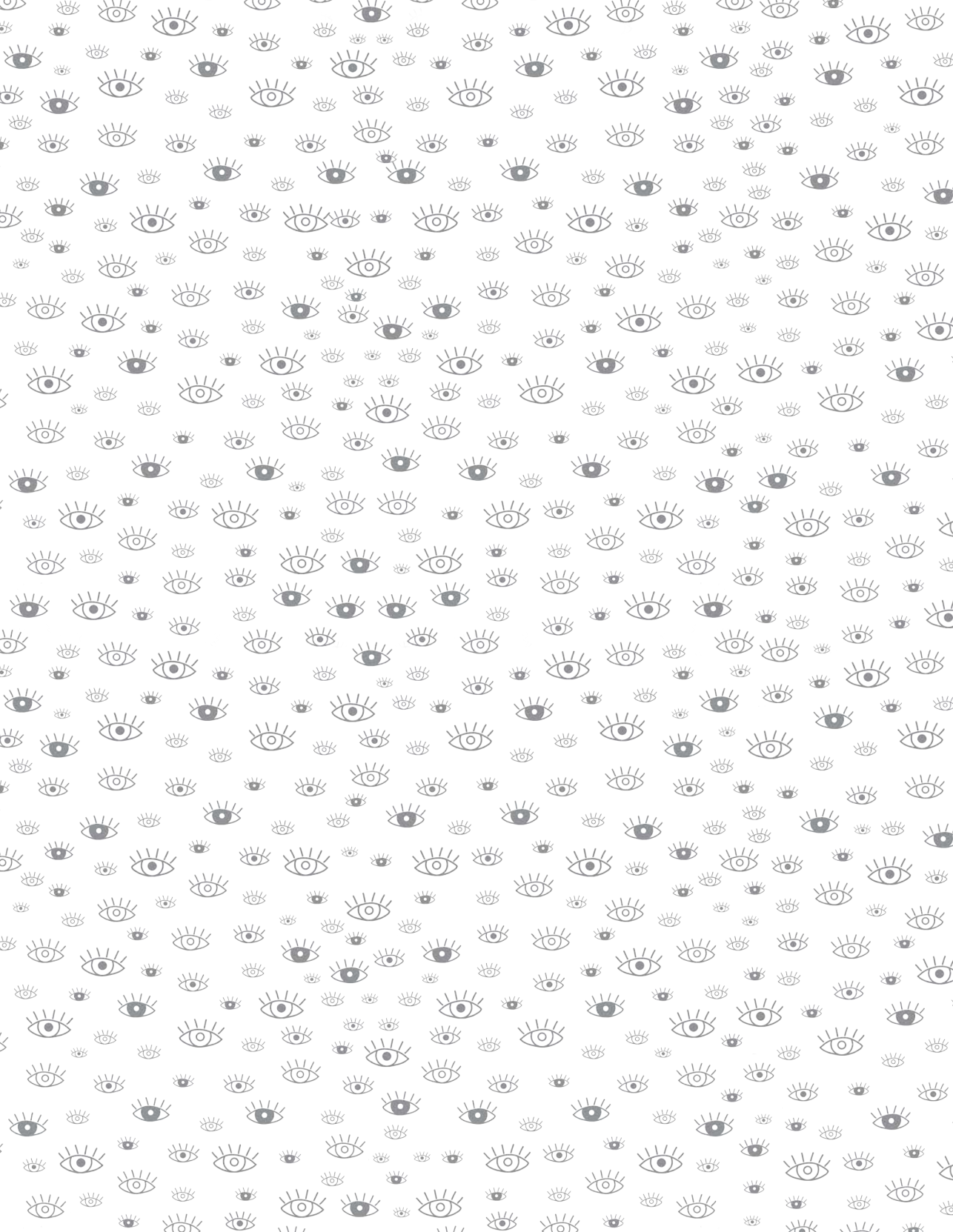


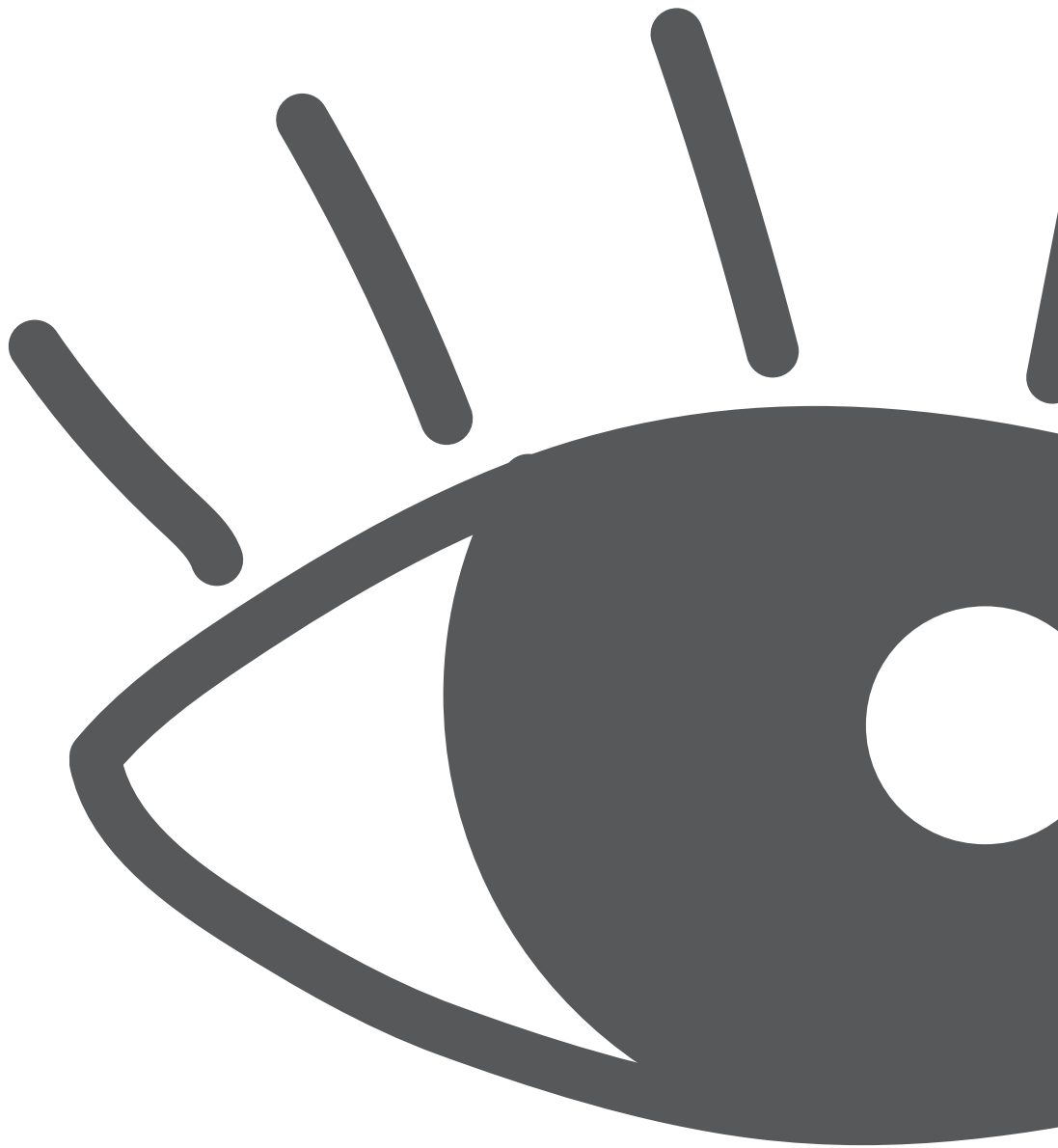


OLHARES SOBRE  
O PROUNI  
NA PUCPR

Organizadores  
Fabiano Incerti  
Saulo Geber

 PUCPRESS





OLHARES SOBRE  
O PROUNI  
NA PUCPR

Curitiba, 2018

1ª Edição

Organizadores  
Fabiano Incerti  
Saulo Geber

 PUCPRESS

© 2018, Fabiano Incerti e Saulo Geber (Orgs.)  
2018, PUCPRESS

Este livro, na totalidade ou em parte, não pode ser reproduzido por qualquer meio sem autorização expressa por escrito da Editora.

**Pontifícia Universidade Católica do Paraná  
(PUCPR)**

**Reitor**

Waldemiro Gremski

**Vice-reitor**

Vidal Martins

**Pró-Reitora de Pesquisa, Pós-Graduação e  
Inovação**

Paula Cristina Trevilatto

**Pró-Reitor Comunitário e de Extensão**

Ir. Rogério Mateucci

**Diretor de Identidade e do Instituto Ciência e Fé**

Fabiano Incerti

**Gerente Executivo de Identidade Institucional**

José André de Azevedo

**Conselho Editorial**

Auristela Duarte de Lima Moser

Cilene da Silva Gomes Ribeiro

Eduardo Biacchi Gomes

Evelyn de Almeida Orlando

Léo Peruzzo Júnior

Rodrigo Moraes da Silveira

Ruy Inácio Neiva de Carvalho

Vilmar Rodrigues Moreira

**PUCPRESS**

**Coordenação:** Michele Marcos de Oliveira

**Editor:** Marcelo Manduca

**Preparação de texto:** Susan Cristine Trevisani dos Reis

**Revisão:** Susan Cristine Trevisani dos Reis e Lara Padilha

**Capa, projeto gráfico e diagramação:** Solange  
Freitas de Melo Eschípio

**Impressão:** Gráfica Capital

**PUCPRESS / Editora Universitária Champagnat**

Rua Imaculada Conceição, 1155 - Prédio da Administração - 6º andar

Campus Curitiba - CEP 80215-901 - Curitiba / PR

Tel. +55 (41) 3271-1701

pucpress@pucpr.br

Dados da Catalogação na Publicação  
Pontifícia Universidade Católica do Paraná  
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/PUCPR  
Biblioteca Central

045 Olhares sobre o Prouni na PUCPR/ Fabiano Incerti, Saulo Geber (organizadores). – Curitiba :  
2018 PUCPRESS, 2018.  
198 p. ; 22 cm.

Inclui bibliografias  
ISBN 978-85-68324-87-5

1. Prouni (Programa). 2. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. 3. Política  
Pública. 4. Ensino Superior. I. Incerti, Fabiano. II. Geber, Saulo Pfeffer.

CDD 20. ed. – 378

# dedicatória

*Dedicamos este livro  
aos estudantes bolsistas  
do Ensino Superior,  
pela sua luta diária  
por uma formação de qualidade  
e uma vida melhor.*

Falo não por mim, mas por aqueles sem voz...  
aqueles que lutaram por seus direitos...  
seu direito de viver em paz,  
seu direito de ser tratado com dignidade,  
seu direito à igualdade de oportunidade,  
o seu direito de ser educado.

Malala Yousafzai

Não desanimeis diante das dificuldades  
apresentadas pelo desafio educativo!  
Educar (...) é uma atitude, um modo de ser;  
para educar é preciso sair de si mesmo e  
permanecer no meio dos jovens, acompanhá-los  
nas etapas de seu crescimento, pondo-se ao seu lado.  
Dai-lhes esperança, otimismo para o seu caminho no mundo.

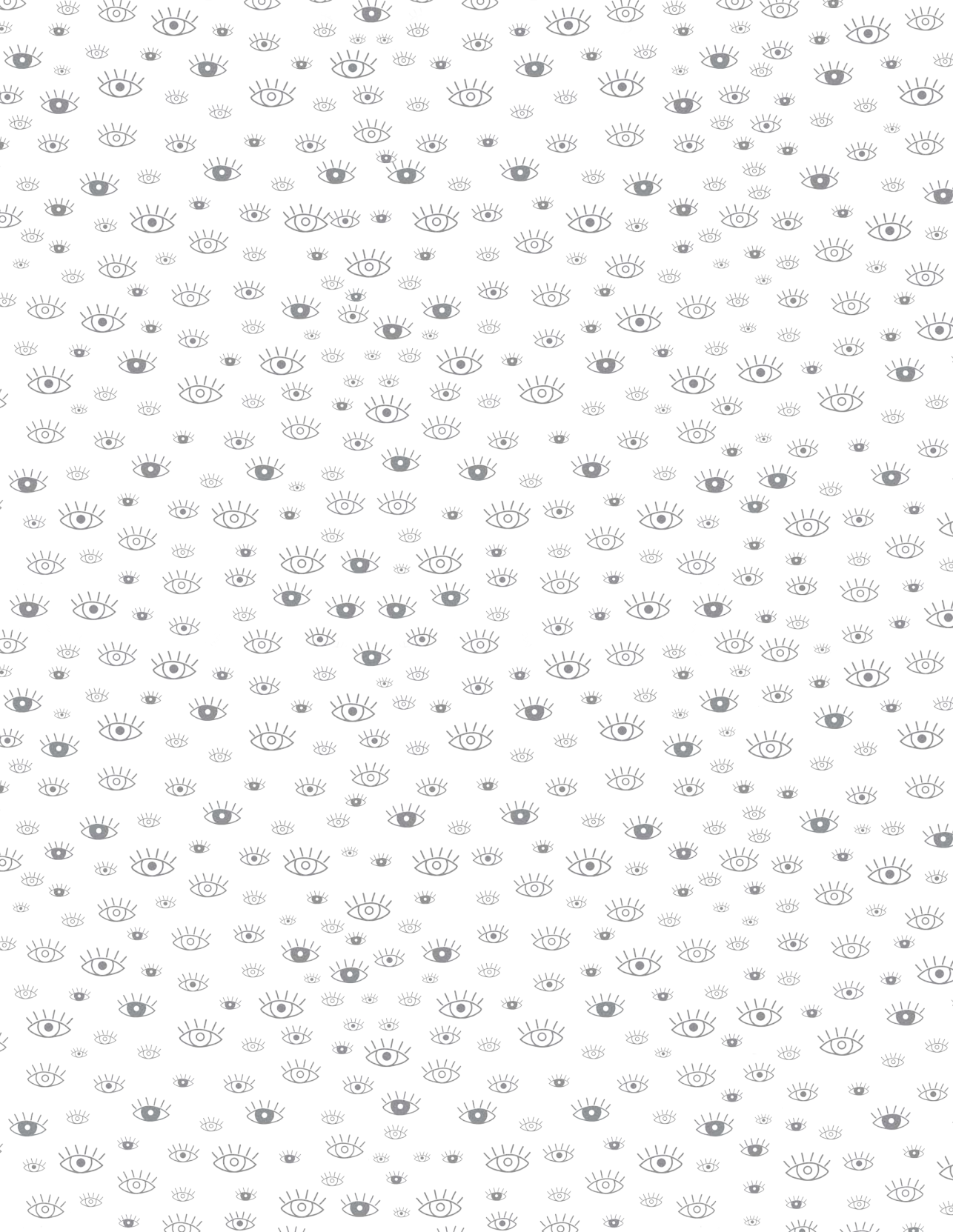
Papa Francisco

# Sumário

PREFÁCIO .....	7
O ACESSO E A PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES BOLSISTAS NO ENSINO SUPERIOR: O PROJETO <i>ADVOCACY</i> PROUNI NA PUCPR .....	18
Fabiano Incerti e Saulo Geber	
UM OLHAR DE ESPERANÇA NUM CONTEXTO SOCIAL DE DIFICULDADES – ALUNOS BOLSISTAS PROUNI NA ESCOLA DE COMUNICAÇÃO E ARTES DA PUCPR .....	38
Marcos José Zablonsky	
PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS (PROUNI) – EXPERIÊNCIAS VIVENCIADAS PELOS ALUNOS DA ESCOLA DE MEDICINA .....	66
Solena Ziemer Kusma	
DESAFIOS E PERSPECTIVAS DO PROUNI ENQUANTO POLÍTICA PÚBLICA DE INCLUSÃO UNIVERSITÁRIA NAS PONTIFÍCIAS UNIVERSIDADES CATÓLICAS DO BRASIL .....	86
Cezar Bueno de Lima e Aline do Rocio Neves	
SER BOLSISTA NA UNIVERSIDADE: UMA CARTOGRAFIA DAS DIFICULDADES ENCONTRADAS POR ESTUDANTES BOLSISTAS NA PUCPR – CÂMPUS LONDRINA .....	110
Ana Priscilla Christiano, Marcela Alves de Souza e Nicolay Martini de Oliveira	
AS POLÍTICAS DE ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR E OS DESAFIOS DO PROCESSO DE FORMAÇÃO .....	132
Maria Lourdes Gisi	
PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS – PROUNI: UMA POLÍTICA PÚBLICA DE ACESSO E DE DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR .....	152
Ana Sílvia Juliatto Bordini e Daniele Setsuko Praxedes Ribaski	

## RELATOS

- O que eu carrego na minha bolsa? ..... 163  
Diego Alberto Oliveira Alves
- Os passos que dei ..... 167  
Dieila Giomo de Lima
- Proni: uma oportunidade que gera oportunidades ..... 170  
Izabel Borges da Silva
- A história de um peixe que aprendeu a nadar fora d'água ..... 172  
Priscila Gomes Borbela
- Diário de bordo ..... 176  
Sara Pires de Siqueira
- Dos recicláveis à Medicina ..... 178  
Bruna Fernanda de Castro
- Proni: do ingresso à permanência ..... 180  
Camila Aparecida Soares de Oliveira
- Proni: uma oportunidade de uma nova história ..... 182  
Fernanda Cristina de Lara
- Em busca do sonho da universidade ..... 186  
Francieli Mota de Oliveira Lima
- Da Cohab para o mundo ..... 188  
Patricia Fernanda Pereira
- Sonhar requer a coragem de não olhar para trás ..... 190  
Polyana Raquel Pedroso
- Um olhar sobre mim ..... 194  
Rafael Rodrigues





# PREFÁCIO

## A universidade no Brasil

Vivemos num país que aguardou 308 anos para ver a sua primeira faculdade – quando o mundo já contava com 160 universidades - e mais 412 anos para a sua primeira universidade (do Paraná), cujo status (de universidade) seria cassado 3 anos após e recuperado apenas em 1946. Portanto, adentramos o século XX como país sem uma única universidade.

Como consequência desta visão distorcida das elites que nos antecederam, o Brasil ainda paga um pesado ônus que, em grande parte, responde pela emergência de um ambiente onde a injustiça social e uma prática negativa da cidadania são, a cada dia, mais evidentes. Considero, por isso, a educação como o mais grave desafio do país, a demandar um enorme esforço de todos os segmentos organizados da sociedade para recuperar o tempo perdido, na busca de inadiáveis e corajosas mudanças, incluindo a superação de graves barreiras culturais, em todos os seus níveis.

## A universidade privada x pública

A partir da década de 1960 o ensino superior começa a dar sinais de evolução, incluindo a pesquisa e a pós-graduação como seu requisito fundamental. Além disso, entre 1960 e 1980, o número de matrículas neste nível passou de 200 mil para 1,4 milhão, um crescimento de quase 500%, sendo no setor privado mais de 800%.

Já a partir da década de 1990, motivado principalmente pela expansão do ensino médio e pela ausência de investimentos na área pública, verificou-se um crescimento explosivo do ensino superior privado. De acordo com o INEP, em 2000, de cada dez instituições, oito eram privadas e duas públicas, com a área privada representando, já naquela época, 67% de toda a oferta e 85% dos estabelecimentos, tudo isso sem qualquer planejamento que buscasse um equilíbrio entre a oferta pública e privada. Condição que, a bem da verdade, persiste até os dias atuais.

## AGênesedoPAE–ProgramadeApoioEstudantil

Faço esse introito para reforçar que, afora a aprovação de legislação que buscava um ordenamento legal institucional para a graduação, pouco se viu até 2003 em termos de um planejamento efetivo a médio e longo prazo nessa área, seja ela pública ou privada, em especial no que se refere a um acesso mais equitativo às camadas socialmente mais vulneráveis. É preciso ter claro que não haverá desenvolvimento sustentável sem uma inclusão social justa na área educacional. Sobram exemplos ao redor do mundo.

Embora o FIES - Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - criado em 1999, representasse um formidável avanço, as condições exigidas para a sua concessão, renda mínima e devolução após a conclusão do curso, comprometiam seriamente sua capacidade de atingir os estratos efetivamente mais carentes.

É nesse contexto que, em janeiro de 2003, fui convidado pelo Secretário de Educação Superior do MEC (SESu/MEC), Prof. Carlos Roberto Antunes dos Santos, ex-reitor da UFPR, a assumir a Diretoria de Projetos Especiais e de Modernização e Qualificação do Ensino Superior – DEPEM/SESu. Diretoria que tinha como seu grande desafio propor e desenvolver programas inovadores que pudessem representar avanços tanto de natureza social como administrativa e tecnológica junto ao ensino superior público e privado do país.

A par de grandes dificuldades somadas a um corolário de decepções, esta foi, certamente, uma das experiências mais estimulantes, pois me possibilitou uma visão ampla e profunda da realidade nacional na área da educação superior, num nível de percepção crítica privilegiado, possível somente quando alguém é ator em todo esse processo.

No decorrer de 2003, entre mais de uma dezena de projetos propostos, dos quais vários implementados e vigentes até os dias atuais, o DEPEM/SESu busca idealizar uma proposta que torne acessível o ensino superior público e privado às camadas econômico-sociais mais frágeis.

À época dados mostravam uma condição social preocupante não apenas na área privada, mas também na pública, onde cerca de 25% do alunado mostrava-se desprovido de condições mínimas de sobrevivência, em especial nas regiões Norte e Nordeste. Nesse momento houve a percepção de que no nosso entorno acontecia uma grave injustiça social, que alcançava um importante percentual dos jovens que aspiravam um diploma no ensino superior, a exigir uma solução inadiável. Buscar essa solução cabia ao DEPEM/SESu.

Assim surge a proposta de criação do Programa de Apoio ao Estudante Universitário – PAE, que buscava atender tanto o aluno da instituição privada quanto da pública. À época todos tínhamos clareza que, especificamente no caso da IES privada, não bastava assegurar o ingresso, mas também a permanência do bolsista na universidade. Por isso o PAE deveria contar, na sua concepção original, com duas modalidades de apoio – bolsas de estudo, transferidas diretamente à IES privada credenciada ou bolsas de manutenção, transferidas diretamente ao estudante, fosse ele de IES pública ou privada. Todos sabíamos que a formação universitária não se restringe apenas ao pagamento da mensalidade.

Proposta que foi acolhida com entusiasmo pelo então Ministro da Educação e atual Senador Cristovam Buarque, segundo o qual o PAE viria a ser um importante complemento do FIES, inacessível àqueles de mais baixa renda.

O Ministro, porém, vislumbrou a possibilidade de o PAE tornar-se também, além de um apoio aos alunos mais carentes, uma oportunidade para erradicar o analfabetismo no país. Assim, embora o auxílio fosse a fundo perdido, na proposta ministerial seria exigida dos bolsistas uma dedicação de seis horas por semana, durante um semestre de seu curso, à alfabetização de adultos, além de privilegiar as licenciaturas. É bom lembrar que o artigo 208 da Constituição de 1998 determinava o prazo de 10 anos para que o Brasil se transformasse em país livre do analfabetismo.

Como se percebe, o PAE não tinha como objetivo exclusivamente o amparo financeiro. Buscava-se um apoio que possibilitasse um acompanhamento que permitisse ao bolsista construir

sua formação de maneira equivalente à dos alunos oriundos de classes com melhores condições financeiras, além de uma experiência de voluntariado comunitário. Um caminho para uma inclusão que não se esgotasse num pagamento mensal.

## PROUNI–Programa Universidade para Todos

Projeto de lei propondo a criação do PAE foi encaminhado pelo MEC à Casa Civil em 07 de outubro de 2003, com a sua dotação orçamentária aprovada e com a perspectiva de implementação a partir de 2004.

Porém, com a mudança ocorrida no ministério ao final de 2003, foi necessária a revisão da proposta original, o que resultou em mudanças significativas. Cabe ressaltar, entre outras alterações, a retirada de apoio aos estudantes das instituições públicas, o apoio a ser pago diretamente ao aluno das privadas, além do foco nas licenciaturas e na erradicação do analfabetismo.

Entendo, por isso que, no processo de remodelação do projeto original, foi retirado um dos seus pilares, que previa facilitar ao aluno bolsista a sua inserção na vida universitária. Arcar com os custos que o dia a dia universitário demanda, sem contar, na maior parte das vezes, com o apoio familiar, representa um ônus por vezes insustentável que poderá inviabilizar a continuidade dos estudos. Considero, por isso, a retirada dessa possibilidade, ou desse pilar, como um grave risco à formação do bolsista.

Apesar da frustração decorrente das mudanças introduzidas, tenho de ressaltar a boa vontade do Ministro Tarso Gen-

ro, no sentido de manter parte da proposta, possibilitando, com isso, colocar à disposição do aluno de baixa renda um programa, agora denominado PROUNI – Programa Universidade para Todos -, que possibilitasse ao menos o seu ingresso e manutenção na instituição, embora restrito ao pagamento das mensalidades do seu curso.

Implantado a partir de 2004, o PROUNI, apesar de suas limitações, continua sendo até hoje o único programa governamental que busca mitigar o acesso de alunos de baixa renda ao ensino superior privado, o que deve ser comemorado. Afinal é a única opção para os alunos de baixa renda conseguirem acesso a uma universidade para, com isso, “resgatarem sua cidadania, abrindo o caminho para a sua participação social e política (...) na sociedade” (fls. 154).

Porém, embora o PROUNI goze de reconhecimento, aceitação e respeito pela comunidade acadêmica como está concebido, não deixa de chamar a atenção o fato de esse programa permanecer inalterado em termos de alcance, com o formato que foi concebido há quase 15 anos. Ou seja; o PROUNI “como política pública, precisa amadurecer para realmente realizar a democratização pretendida”, como mencionado na publicação (fls. 154).

## A PUCPR e o PROUNI

Considerando, como mencionei acima, as limitações do PROUNI como programa de inclusão, a PUCPR, como universidade católica e com o carisma de São Marcelino Champagnat, um educador profundamente inovador para o seu tempo, procurou,

desde o início do Programa, adotar posturas que evitassem, ou, ao menos, mitigassem, qualquer prejuízo no processo de formação do aluno bolsista, decorrente da sua origem de segmento de baixa renda.

Não me parece difícil reconhecer que cursar uma universidade com alto potencial de exigência, cujo processo de formação sobrepassa de longe a sala de aula, requer muito mais do que apenas a presença do aluno PROUNI. Se não houver um rigoroso acompanhamento institucional, buscando inserir o bolsista na realidade universitária e dotá-lo de condições para usufruir em plenitude as oportunidades que a universidade oferece, certamente surgirão problemas que poderão inviabilizar, não apenas uma boa formação, mas a própria permanência do bolsista na universidade, comprometendo o seu futuro. O único problema é que isso tudo passa a depender da sensibilidade da instituição que acolhe o bolsista.

E os fatores que desafiam o aluno nessa condição são muitos e de natureza complexa. Custos financeiros de razoável monta, que se contrapõem à baixa renda familiar, fotocópias, locomoção, mudança de cidade, residência, alimentação, inserção universitária e integração no curso, sentimento de inferioridade perante os demais alunos, entre várias outras situações - exigem um enfrentamento institucional planejado, competente e, principalmente, muito humano. Acresça-se a isso o fato de que a maioria dos alunos PROUNI é formada por pessoas que são os primeiros membros da família a conseguirem acesso ao ensino superior. Isso significa que eles terão de abrir seus próprios horizontes, resolver problemas até então desconhecidos pelo seu núcleo familiar, somado isso à reduzida disponibilidade financeira.

Pois bem. É exatamente uma análise profunda e abrangente desta experiência, em andamento na PUCPR, a qual considero excepcionalmente bem-sucedida desde o início do programa, há quase 15 anos, que compõe o conteúdo dessa importante publicação – OLHARES SOBRE O PROUNI NA PUCPR.

Liderado pelo Observatório das Juventudes do Instituto Ciência e Fé (ICF) da PUCPR, um dos espaços mais atuantes da área identitária da universidade, que objetiva produzir conhecimento sobre a realidade juvenil brasileira em seus vários matizes, o estudo dirige seu foco no acesso e equidade ao ensino superior, tendo como campo de pesquisa o PROUNI. É o projeto Advocacy PROUNI, que busca compreender a realidade do aluno bolsista, com toda a sua complexidade, buscando assegurar seu direito a uma formação integral e sucesso profissional.

OLHARES é um estudo que consegue apresentar, com sucesso, um panorama completo sobre o PROUNI da PUCPR, como resultado de um trabalho planejado do qual participaram pesquisadores de reconhecida experiência na área. Lança, além disso, um olhar crítico sobre o programa em si, apontando caminhos, contextualizando-o e relacionando-o com a missão institucional da PUCPR. Como resultado, temos um dos estudos mais cuidadosos e isentos não apenas sobre o tema PROUNI mas sobre as políticas de equidade e inclusão no ensino superior brasileiro, em especial na área privada. Afinal, o programa alcança hoje na PUCPR algo próximo de 7 mil alunos bolsistas.

Um outro aspecto que não pode passar despercebido tem a ver com um alerta que OLHARES lança sobre o tema: a necessidade imperiosa de se estabelecer uma estreita parceria entre a universidade e o bolsista, com tudo que isso significa,



sob o risco de fracasso na sua formação. Esta proximidade, indispensável entre a instituição e o aluno, e seu efeito sobre a formação, fica patente no capítulo RELATOS. Um dos momentos mais tocantes de OLHARES, onde bolsistas e ex-bolsistas abrem sua alma expondo suas dificuldades decorrentes de sua situação socioeconômica, RELATOS constitui-se num alerta pungente à instituição que se dispõe a aceita-lo (“ou pago o RU e venho a pé ou venho de ônibus e fico sem comer” – no desabafo de um entrevistado).

RELATOS mostra o quanto a universidade deve se empenhar para tornar esta relação uma parceria a 4 mãos, cada lado ciente da sua missão. Somente assim será possível recuperar as deficiências acadêmicas trazidas pelo bolsista à universidade, alçando-o ao patamar dos colegas oriundos de ambientes mais competitivos. Esse talvez seja um dos passos mais cruciais e indispensáveis para a inclusão social definitiva do aluno bolsista, que irá assegurar não apenas a sua formação plena no âmbito universitário, como o seu desempenho profissional cidadão após a conclusão do seu curso. Se a instituição não atentar para esse detalhe, estará cooperando para a continuidade da desigualdade social.

Posso assegurar, por isso, que emociona a leitura das iniciativas que a PUCPR adota para a inserção acadêmico-social do bolsista. Desde o acolhimento dos alunos ingressantes, um dos momentos mais estratégicos para a inclusão do aluno, quando a PUCPR, no seu todo, é descortinada como universidade parceira, apontando seus direitos e deveres, oferecendo apoio psicopedagógico, com a área social disponível para todos os momentos, visita domiciliar, supervisão interna e externa, acompanhamento

de denúncias. A inserção passa também pelas oportunidades de estágio, bolsas de iniciação científica e de monitoria, intercâmbio nacional e internacional, recuperação HNB – habilidades do núcleo básico, pastoral, clínicas de odontologia, psicologia e fisioterapia, entre outras opções.

Por outro lado, há um lado bom em tudo isso. É gratificante descobrir, ao longo da publicação, a clara percepção da maioria absoluta dos alunos bolsistas sobre a oportunidade que a vida lhes disponibilizou, não medindo, por isso, esforços no seu usufruto máximo. O que sinaliza tratar-se de pessoas altamente responsáveis, com clara consciência da importância do momento, condição confirmada pela pesquisa, que também aponta tratar-se de “indivíduos com personalidade forte e autônoma” (fls. 44), cuja liderança já chamava a atenção mesmo antes do seu ingresso na universidade. “A bolsa do PROUNI é um bem precioso de que cuidam com muito carinho e orgulho, e tudo que vier para ajuda-los (...) é uma dádiva...” (fls. 55), assinala um dos pesquisadores.

Há, portanto, clareza da parte do bolsista sobre a magnitude do momento que vive na universidade, o que o motiva e enche de energia para superar obstáculos que, num primeiro momento, podem parecer intransponíveis. E o resultado não poderia ser melhor: seu desempenho como alunos nada deixa a desejar. Pelo contrário. Deles são as melhores notas gerais no ENADE. A maior parte dos agraciados pelo Prêmio Marcelino Champagnat, conferido ao melhor aluno da turma durante todo o seu período de estudos, é formada por bolsistas do PROUNI. Portanto, como o estudo mostra, o resultado da parceria univer-

cidade x bolsista, da forma como a PUCPR a conduz, supera todas as expectativas.

Vale a pena tomar contato com os detalhes dessa relação. Uma parceria realmente missionária e encantadora.

Waldemiro Gremski  
Reitor da PUCPR

# O ACESSO E A PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES BOLSISTAS NO ENSINO SUPERIOR: O PROJETO ADVOCACY PROUNI NA PUCPR

Fabiano Incerti<sup>1</sup>

Saulo Geber<sup>2</sup>

Neste capítulo, buscaremos contextualizar as ações do Observatório das Juventudes da PUCPR sobre acesso e permanência de estudantes bolsistas no Ensino Superior. Iniciaremos nossa reflexão com a apresentação do Instituto Ciência e Fé, do Observatório das Juventudes e da Metodologia Advocacy Prouni. Em seguida, partiremos para a análise de dados referentes à pesquisa “Perfil dos estudantes bolsistas da PUCPR”. Em um terceiro e último momento, apresentaremos o processo de construção do grupo de pesquisa Acesso e permanência de estudantes bolsistas da PUCPR, responsável pela produção dos trabalhos que resultaram nos capítulos subsequentes desta publicação.

---

<sup>1</sup> Doutor em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Diretor do Instituto Ciência e Fé da PUCPR.

<sup>2</sup> Doutor em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais, professor do curso de Psicologia da PUCPR e professor consultor do Observatório das Juventudes da PUCPR.

# O Observatório das Juventudes do Instituto Ciência e Fé da PUCPR: uma experiência de Advocacy

O Instituto Ciência e Fé da PUCPR<sup>3</sup> foi criado no ano de 2009 com o objetivo de favorecer o diálogo entre ciência, cultura e fé, garantindo, para isso, espaços reais de acolhida, de iniciativas concretas de encontro e procedimentos qualificados de comunicação. Além disso, em seu escopo, estão: a) investigação, difusão e publicação qualificada de conteúdos; b) organização e disponibilização de informações, resultados de pesquisas estatísticas e bibliografia e c) realização de eventos específicos, como cursos, entrevistas, congressos, estudos, mesas-redondas e publicações, com os mais reconhecidos pensadores nacionais e internacionais.

Vinculado à Diretoria de Identidade Institucional e à Pró-Reitoria Comunitária da PUCPR, o Instituto vem sendo responsável pela realização de uma série de programas e projetos, que alcançam tanto a comunidade acadêmica como o público externo. Destacam-se o Café Filosófico, os Diálogos Contemporâneos e o Átrio dos Gentios. Publicações como o Caderno Ciência e Fé têm democratizado o conhecimento gerado em tais projetos e levado ao grande público o resultado dos profícuos e provocadores debates.

No ano de 2013, o Instituto inaugurou o Observatório das Juventudes da PUCPR<sup>4</sup>. Assim como outros Observatórios

<sup>3</sup> Para mais informações sobre o Instituto Ciência e Fé da PUCPR, acesse o site <http://cienciaefe.pucpr.br>

<sup>4</sup> Para mais informações sobre o Observatório das Juventudes da PUCPR, acesse o site <http://observatoriodas-juventudes.pucpr.br>

do Brasil<sup>5</sup>, ele está inserido no contexto das ações afirmativas em torno da temática da juventude, objetivando produzir conhecimento sobre a realidade juvenil brasileira, pautar a discussão sobre juventude na universidade e incidir em práticas e políticas destinadas aos direitos dos jovens<sup>6</sup>.

Em nossa prática de trabalho com os jovens, o tema central é a compreensão das juventudes como uma fase da vida com características próprias e marcada por diversidades e desigualdades (DAYRELL, 2003). Nossas premissas são o reconhecimento dos jovens como sujeitos de direitos que vivenciam momentos de formação pessoal, social, espiritual e profissional (GUARÁ, 2006) e a compreensão de que a juventude é um momento de experimentação e de construção de projetos de vida, demandando instâncias de suporte e mediação (MARTUCCELLI, 2007).

Em seus três anos de existência, o Observatório das Juventudes vem atuando em alguns campos de intervenção. Um deles consiste no trabalho de mobilização contrária à redução da maioridade penal no Brasil. O Observatório vem desenvolvendo diferentes atividades de incidência, como a realização de campanhas junto aos professores e estudantes da PUCPR, o lançamento do Caderno Redução da Maioridade Penal: por que somos contra (INCERTI; SILVA, 2015) e um trabalho de mobilização junto aos senadores do Paraná<sup>7</sup>.

<sup>5</sup> Sediados na Universidade Federal de Minas Gerais, na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, na Universidade Federal Fluminense, entre outros.

<sup>6</sup> Neste texto, por padronização e por economia, adotamos as normas da língua portuguesa com o uso de artigos, substantivos e adjetivos no masculino para indicar pessoas de ambos os sexos, sem, contudo, coadunar com práticas discriminatórias.

<sup>7</sup> Para mais informações, cf. PUCPR, 2016.

Outro campo consiste na mobilização e articulação de jovens e grupos juvenis na região metropolitana de Curitiba. A proposta engloba a tentativa de construção de uma rede de ação e participação juvenil no Paraná. Temos feito um trabalho de mapeamento dos grupos juvenis e promovido encontros de trocas e diálogos entre os atores.

Realizamos também ações voltadas para os estudantes da Universidade, visando melhorar as condições de seu ingresso no Ensino Superior, sua formação, suas vivências e experiências universitárias. A partir do ano de 2014, a Rede Marista de Solidariedade (RMS) definiu o acesso e a permanência no Ensino Superior como tema de advocacy. No ano de 2015, o Instituto Ciência e Fé, por meio do Observatório das Juventudes, assumiu o projeto Advocacy Prouni, que tem esses fatores como objeto de debate.

## O Advocacy

Desde 2010, a Rede Marista de Solidariedade estabelece o Ciclo de Advocacy como modalidade de atuação no eixo de defesa dos direitos de crianças, adolescentes e jovens. A metodologia, embasada em referenciais teóricos e boas práticas já desenvolvidas por outras ONGs e instituições, estabelece passos de elaboração, desenvolvimento e avaliação de ações que buscam a garantia de direitos (ADVOCACY, 2013).

O advocacy tem como premissa possibilitar que crianças, adolescentes e jovens tenham acesso a seus direitos fundamen-

tais, bem como uma vida em sociedade solidária, justa e digna (ADVOCACY, 2013).

Advocacy é uma ação política baseada em princípios e valores de incidência na formulação de legislação e de políticas públicas, no acompanhamento e no controle social de sua implementação. Caracteriza-se como forma de agir politicamente sobre uma causa a partir de uma boa prática em desenvolvimento na instituição e sob os princípios dos direitos humanos. É um processo sustentado em métodos argumentativos e ações de mobilização, construção de alianças e negociações com os poderes do Estado, nas três esferas (municipal, estadual e federal) [e] com a sociedade civil, que conhece e analisa o problema para formular pontos-chave para a ação política. (ADVOCACY, 2013, p. 11).

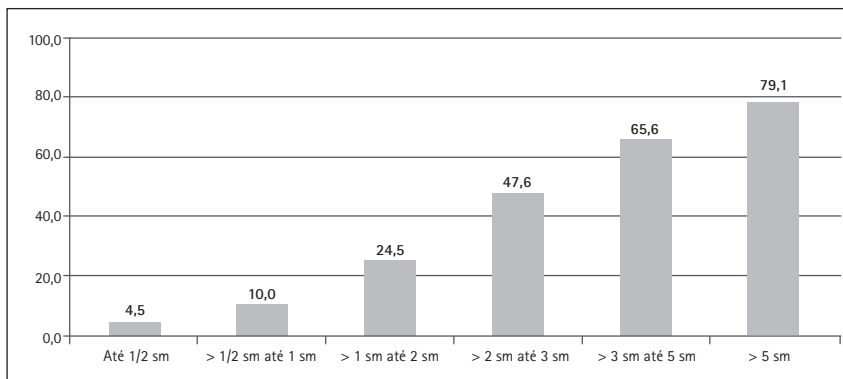
Em sua metodologia, o processo do advocacy define ações geradoras de impacto, visando resultados imediatos e em longo prazo. A proposta também estabelece a construção de indicadores de processo e resultados que vislumbrem a garantia dos direitos das gerações futuras, considerando o investimento de recursos humanos e financeiros (ADVOCACY, 2013).

Em relação à juventude, podemos considerar que o acesso e a permanência no Ensino Superior são um tema de advocacy. Tendo como base dados do IBGE (2010), é possível constatar que apenas 14% da população jovem brasileira está matriculada no Ensino Superior. Esse dado é inferior à expectativa definida pelo Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014), que previa uma porcentagem de 30%, evidenciando assim um baixo acesso a essa modalidade de ensino.



Diferentes pesquisas vêm demonstrando uma desigualdade de oportunidades para o ingresso nas universidades. Novamente, dados do IBGE (2010) evidenciam essa realidade.

Gráfico 1 - Taxas de acesso à Educação Superior da população de 18 a 29 anos, por faixas de renda domiciliar per capita – Brasil – 2010



Fonte: IBGE (2010).

O gráfico compara o acesso da população jovem ao Ensino Superior em diferentes faixas de renda. Enquanto os jovens provenientes de famílias com renda per capita de até meio salário mínimo apresentavam um acesso de 4,5%, os jovens de famílias com mais de cinco salários mínimos per capita apresentavam um acesso de 79,1%. Nesse sentido, é possível observar que quanto menor a renda, menor a porcentagem da população jovem inserida na universidade.

Para além da renda, Corbucci (2016) analisa outras dimensões sociais que também estão relacionadas ao acesso desigual ao Ensino Superior no país. O autor, por meio do estudo de diferentes variáveis do IBGE, reconhece uma desigualdade geográfica, sendo que nas regiões Norte e Nordeste há menor acesso,

comparadas às regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste; e que os jovens das capitais brasileiras possuem maior oportunidade de ingresso na universidade do que os de outros municípios, como cidades do interior.

Outra dimensão também analisada por esse autor consiste na desigualdade étnico-racial. “O acesso à Educação Superior, segundo a variável étnica, também evidencia profundas desigualdades entre os jovens brasileiros” (CORBUCCI, 2016, p. 163), estando jovens pardos e pretos em desvantagem de acesso se comparados com os brancos.

As variáveis de renda, região do país e raça interferem mutualmente, expressando uma dinâmica complexa de desigualdades. Como exemplo, Corbucci (2016) analisa as dimensões raça e região do país. Segundo o autor,

As diferenças entre as taxas de acesso à Educação Superior dos três grupos étnicos (brancos, pardos e pretos) também variavam em função da região em que residiam, sendo que as maiores disparidades entre eles se encontravam nas regiões Sul e Sudeste [...] (CORBUCCI, 2016, p. 163).

Em uma tentativa de ampliação da oportunidade de acesso, o governo federal criou, no ano de 2005, o Programa Universidade Para Todos (Prouni), ofertando bolsas de estudos parciais e integrais nos cursos de graduação de instituições privadas do Ensino Superior (BRASIL, 2005).

Segundo as normas dessa política, o estudante, para se candidatar às bolsas, precisa cumprir algumas exigências, tais como: obter nota mínima no Exame Nacional de Ensino Médio (Enem); ter cursado o Ensino Médio em escola pública (ou parti-

cular com bolsa integral) e ter renda familiar bruta mensal, por pessoa, de até um salário mínimo e meio para bolsas integrais e de até três salários mínimos para bolsas parciais.

A PUCPR, seguindo seus princípios de instituição filantrópica e comunitária e orientada pelos valores maristas, tem um histórico de oferta de bolsas sociais para seus estudantes. Com a criação do Prouni, em 2005, a instituição aderiu ao programa, oferecendo bolsas junto às outras modalidades já existentes.

Na Tabela 1, apresentamos a frequência de bolsas Prouni ofertadas pela PUCPR desde a criação do programa.

Tabela 1 - Concessão de bolsas do Prouni pela PUCPR (2005 - 2016)

ANO	MODALIDADE INTEGRAL	MODALIDADE PARCIAL	TOTAL DE BOLSAS OFERTADAS
2005	551	26	577
2006	609	1	610
2007	640	179	819
2008	472	209	681
2009	548	42	590
2010	758	669	1427
2011	802	452	1254
2012	823	1033	1856
2013	1823	178	2001
2014	2072	11	2083
2015	1362	531	1893
2016	867	1116	1983
TOTAL	11327	4447	15774

Fonte:ElaboradopelosautorescomdadosdaPró-ReitoriaAdministrativaedeDesenvolvimento da PUCPR (2016).

É possível identificar um aumento progressivo de bolsas Prouni oferecidas a cada ano pela instituição, chegando a 15774, entre parciais e totais, até o ano de 2016.

Apesar de reconhecermos os avanços no acesso ao Ensino Superior, possibilitados por políticas como a do Prouni, ainda nos deparamos com as dificuldades de permanência e conclusão dos estudos pelos estudantes bolsistas. Pesquisas (SANTOS, 2012; FIOREZE; BERTOLIN; BORTOLIN, 2015; SASSAKI, 2002) vêm mostrando que muitos estudantes conseguem ingressar, no entanto, acabam trancando matrícula ou abandonando os cursos antes de sua conclusão.

Vários aspectos dificultam a conclusão do processo de formação acadêmica desses estudantes.

Um grande dificultador consiste nos custos. Apesar de os estudantes ingressarem em universidades públicas ou receberem bolsas totais para as instituições particulares, muitos são os gastos no período de graduação, como, por exemplo, despesas com transporte, alimentação, compra de materiais didáticos, livros e fotocópias. Por não conseguirem arcar com elas, muitos acabam por trancar o curso.

Além da questão financeira, há problemas de adaptação, relacionamento com professores e colegas e sentimento de inferioridade, principalmente pela discriminação por serem bolsistas.

Pela breve discussão aqui realizada sobre o acesso e a permanência de estudantes bolsistas no Ensino Superior, reconhecemos que esse consiste em um fenômeno complexo, multideterminado e de difícil compreensão. Por meio do projeto Advocacy Prouni, a PUCPR vem desenvolvendo e estimulando pesquisas que busquem compreender essa realidade. São levan-

tadas questões como: Quem são esses estudantes? Qual o processo de inserção deles no Ensino Superior? Quais dificuldades esses sujeitos vêm enfrentando? Qual a relação desses sujeitos com seus colegas, professores e comunidade acadêmica?

Buscando responder algumas dessas questões, esta publicação traz o relato de duas experiências. Uma primeira consiste na pesquisa O perfil dos estudantes bolsistas da PUCPR, que, pela aplicação de questionários sistemáticos, busca monitorar o perfil dos estudantes bolsistas da instituição. Uma segunda iniciativa é a criação de um grupo de estudos, denominado Acesso e permanência de estudantes bolsistas na PUCPR, responsável pela realização de diversas investigações sobre a temática, em colaboração com o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic).

Antes da apresentação das experiências, identificamos, de início, a riqueza da diversidade de estratégias e metodologias utilizadas nesse processo. Reconhecemos que a utilização de distintas metodologias no estudo de um mesmo fenômeno contribui para uma ideia mais ampla e inteligível da complexidade de um problema (GOLDENBERG, 2000). Os diferentes métodos utilizados consistiram em um esforço de estabelecer conexões parciais para que se multiplique o campo dos “possíveis” e não em uma tentativa de busca da verdade última (MENDES, 2003). Conforme apontam Costa, Prado e Machado (2008), “o reconhecimento dos limites e das possibilidades de cada técnica de coleta de dados, aliado à flexibilidade e à criatividade do pesquisador, pode proporcionar a ampliação de possíveis caminhos para o conhecimento” (p. 327-328).

A seguir, apresentaremos alguns dados sobre o perfil dos bolsistas e então a organização e sistematização do grupo de pesquisa, cujos resultados estão descritos nos capítulos seguintes.

## O perfil dos estudantes bolsistas da PUCPR

Desde o ano de 2012, vem sendo desenvolvida a pesquisa O perfil dos estudantes bolsistas da PUCPR. A cada dois anos são enviados questionários para os estudantes bolsistas da instituição no intuito de compreender o perfil desses sujeitos, como vem ocorrendo seu processo de inserção no Ensino Superior e suas principais dificuldades. Questionários foram aplicados nos anos de 2012, 2014 e 2016.

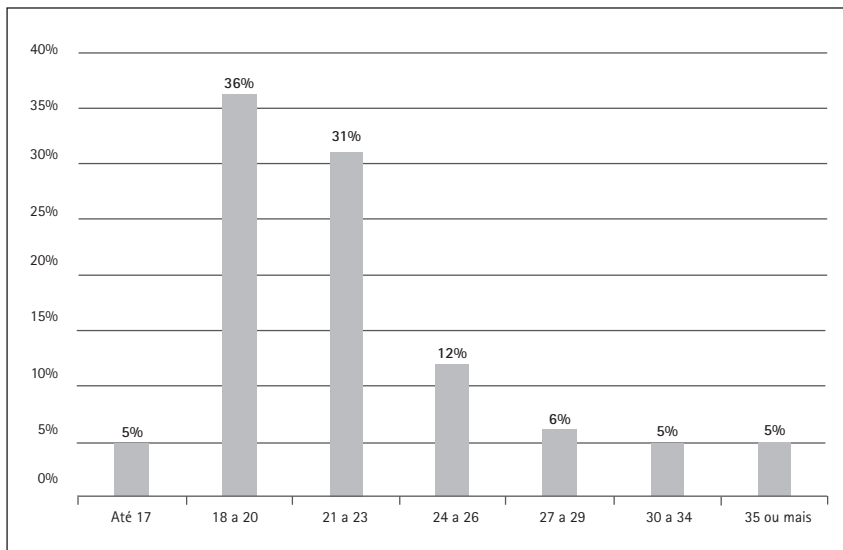
Centraremos nossa análise nos dados obtidos a partir do questionário aplicado em 2016, uma vez que representam as informações mais recentes disponíveis (COSTA; INCERTI; GEBER, 2016). Em 2016, estavam matriculados 6832 estudantes bolsistas na PUCPR; destes, responderam à pesquisa 3916 bolsistas de todos os câmpus<sup>8</sup> e escolas da universidade, correspondendo a 57,3% da população, uma alta taxa de participação, e seus resultados expressam, portanto, um elevado grau de confiabilidade.

Sobre o perfil dos estudantes bolsistas, 58,9% eram do sexo feminino. Em relação à cor e raça, 76% se consideram brancos; 18,2% pardos e 4% pretos.

---

<sup>8</sup> Apesar de não haver ainda um consenso, e haver estudiosos que defendem o uso “latino” do termo, adotamos a sugestão, a partir da explicação bastante coerente, da renomada Prof.<sup>a</sup> Maria Helena de M. Neves (Cf. Em torno das grafias campus, campus e câmpus, no site da Unesp).

Gráfico 2-Distribuição dos alunos bolsistas do Prounina PUCPR por faixa etária (2016)



Fonte: Costa, Incerti e Geber (2016).

A faixa etária mais recorrente é a de 18 a 20 anos, com 36% dos respondentes, conforme se vê no gráfico. Ela é seguida pela faixa de 21 a 23 anos, com 31%. É interessante observar que aproximadamente 72% dos entrevistados possuem até 24 anos, expressando uma predominância de estudantes jovens. Se levarmos em consideração a definição etária de juventude até os 29 anos, estabelecida pelo Estatuto da Juventude (BRASIL, 2013), esse percentual passa para cerca de 90%.

A maioria dos respondentes são solteiros (86%), não possuem filhos (90,13%) e 61,6% dos entrevistados residem com seus pais. Esses dados reforçam a predominância da vivência de uma condição juvenil pelos estudantes (DÁVILA LEON, 2005).

Dos entrevistados, 18,85% mudaram de cidade para estudar na PUCPR. Esses estudantes são oriundos de diferentes municípios do Paraná, bem como de diversos estados de todo o Brasil. Por um lado, a presença desses jovens migrantes pode representar uma expressão de democratização do acesso ao Ensino Superior. Pela seleção do Enem, estudantes de diversas localidades podem concorrer a vagas e bolsas de distintas universidades do país. Por outro lado, como será apresentado nos capítulos seguintes desta publicação, muitos estudantes vindos de outras regiões têm enfrentado diversas dificuldades, como: custos elevados com moradia, transporte e alimentação; dificuldades de adaptação à nova cidade e afastamento de amigos e familiares.

Ainda sobre o perfil desses sujeitos, 73,7% dos respondentes possuíam renda familiar menor que três salários mínimos. Esse dado confirma que a maioria dos estudantes bolsistas é pobre. Dos sujeitos participantes da pesquisa, 57,78% disseram estar exercendo alguma atividade laboral remunerada, como estágio ou trabalho, no período de realização da pesquisa. Em relação ao trabalho, 62,07% dos respondentes já possuíam trabalho antes de ingressarem na universidade.

Os dados demonstram uma presença significativa de estudantes que possuem uma vivência prévia no mundo do trabalho e que também dividem seu tempo entre trabalho e estudos durante sua formação superior.

Muitos dos sujeitos pesquisados afirmaram ser responsáveis por arcar com suas próprias despesas, demonstrando que as atividades laborais desenvolvidas por esses jovens são, muitas vezes, necessárias para o custeio de seus gastos. Mais do que

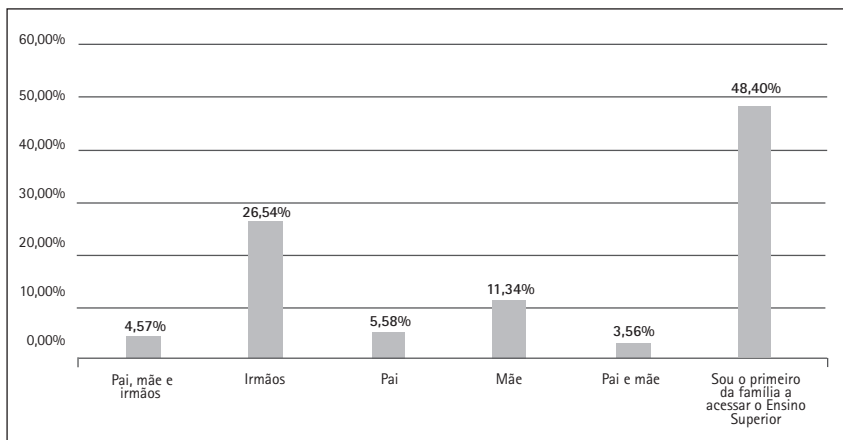


uma juventude que vive uma moratória de entrada no mundo do trabalho, enquanto realiza sua formação, percebemos que os bolsistas dividem seu tempo entre a necessidade de seu sustento e o estudo.

Os dados em relação ao trabalho expressam uma situação já localizada em outras pesquisas que se referem à vivência da condição juvenil não necessariamente associada ao distanciamento do mundo do trabalho (CORROCHANO et al., 2008). Esse dado refuta a compreensão de um tempo de formação para posterior geração de renda. Como será analisado adiante, possivelmente essa especificidade influencia na dificuldade de “falta de tempo” para estudar, apresentada pelos bolsistas.

A pesquisa buscou também compreender o acesso ao Ensino Superior pela família desses sujeitos.

Gráfico 3- Pais e mães dos alunos bolsistas do Prouni na PUCPR que cursaram Ensino Superior (2016)



Fonte: Costa, Incerti e Geber (2016).

A partir da análise do gráfico, é possível perceber que 48,4% dos entrevistados foram os primeiros da família a acessar o Ensino Superior. De outros 26,54%, apenas os irmãos frequentavam ou já haviam frequentado um curso superior. Os dados aqui apresentados expressam o caráter democratizante da política de bolsas do Prouni, uma vez que contribui para o acesso ao Ensino Superior de jovens oriundos de contextos familiares que até então não tinham alcançado essa modalidade de ensino.

A pesquisa também buscou compreender quais as maiores dificuldades enfrentadas pelos estudantes bolsistas no Ensino Superior, sendo a maior delas o tempo para estudar. Analisando essa resposta com os dados anteriores é possível supor que muitos dos entrevistados estejam tendo dificuldade em conciliar trabalho e estudos, uma vez que também são responsáveis por seu sustento. Outra dificuldade predominante consistiu na questão da mobilidade. Cerca de 75% dos entrevistados utilizam transporte público e também um número significativo precisa se deslocar por grandes distâncias diariamente, pois mora em cidades distintas daquelas onde estuda, em especial na região metropolitana. Ainda enquanto dificuldade, a questão dos elevados custos com alimentação e materiais de estudo também foi de forma recorrente apontada pelos pesquisados.

## Criação de um grupo de pesquisa

Buscando ampliar a compreensão sobre as condições dos estudantes bolsistas no Ensino Superior, no ano de 2015, o Observatório das Juventudes da PUCPR, em parceria com a coordena-

nação do Programa de Iniciação Científica da PUCPR, lançou um edital para projetos de pesquisa específicos sobre o tema.

Anualmente, o Programa de Iniciação Científica da PUCPR, por meio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic), oferta bolsas que contemplam estudantes de graduação em projetos de pesquisa em parceria com seus professores orientadores.

O Pibic é um programa do governo federal, em parceria com as universidades, que tem como objetivos apoiar a política de iniciação científica desenvolvida nas instituições de ensino e/ou pesquisa, estimular a formação de pesquisadores e ampliar a produção de conhecimento científico. A PUCPR, por meio da abertura de editais, é responsável pela seleção dos projetos dos pesquisadores orientadores interessados em participar do programa e de seus estudantes bolsistas.

A PUCPR tem ofertado bolsas específicas para áreas estratégicas e temáticas de interesse da instituição ou da produção de conhecimento no Brasil. Uma das áreas estratégicas do edital de 2015 foi a de Direitos Humanos, em que se definiu como proposta agregar estudos e pesquisas interdisciplinares, envolvendo agentes, organizações e movimentos sociais e órgãos públicos, objetivando subsidiar políticas públicas e organizacionais para fortalecer mecanismos democráticos de defesa e de monitoramento das violações desses direitos, bem como alternativas pacíficas de mediação e solução de conflitos atinentes aos sistemas de sua proteção, especialmente no Brasil e na América Latina.

No ano de 2015, a área estratégica de Direitos Humanos, a partir do Projeto Juventudes, previa a oferta de quatro bolsas de iniciação científica para pesquisadores que tivessem como tema

Políticas Públicas com enfoque nos direitos humanos de acesso e formação no Ensino Superior.

Após seleção dos projetos de pesquisa recebidos, constituiu-se um grupo de seis professores e seus respectivos bolsistas de iniciação científica. Para além da qualidade acadêmica dos trabalhos, o grupo também se destaca por sua diversidade, tendo participantes de diferentes escolas dos câmpus de Curitiba e Londrina da PUCPR, entre elas Medicina, Ciências da Vida, Educação e Humanidades e Comunicação e Artes, além de professores pertencentes aos programas de mestrado em Bioética, em Direitos Humanos e de mestrado e doutorado em Educação.

Entre os anos de 2015 e 2016, o grupo de pesquisadores se reuniu de forma periódica, promovendo momentos de estudo e de discussão sobre a temática do acesso e da permanência de estudantes bolsistas no Ensino Superior. Nos encontros, ocorreram a troca de informações e materiais sobre o Prouni, discussões sobre metodologias de pesquisa e reflexões sobre as estratégias e hipóteses conceituais que estavam sendo trabalhadas pelos pesquisadores.

Os resultados produzidos em cada uma das pesquisas foram compartilhados e debatidos pelo grupo, permitindo assim uma reflexão comparada das diferentes pesquisas e distintas realidades no próprio contexto universitário.

A partir da avaliação dessa experiência, para além das produções desenvolvidas pelos pesquisadores, reconhecemos a contribuição da constituição do Grupo de Estudos promovida pelo Observatório das Juventudes, com apoio do Programa de Iniciação Científica da PUCPR. Concluímos que experiências como essa promovem a reflexão mais coletiva dos problemas de

pesquisa que estamos investigando, permitindo o diálogo entre diferentes áreas do conhecimento e também entre abordagens distintas de análise dos fenômenos sociais.

Reconhecemos, ainda, que a cooperação de um grupo de docentes de diferentes escolas da PUCPR, somando esforços para compreender o fenômeno estudado, contribuiu para distribuir esse debate em espaços distintos da universidade. Foi possível perceber como esses professores, junto com os bolsistas, foram pautando as reflexões sobre o Prouni com suas turmas e também colegas docentes.

Acreditamos que esta publicação seja um importante momento de síntese e avaliação do trabalho que vem sendo desenvolvido. Os dados aqui apresentados trazem à tona diversas dimensões das vivências de jovens estudantes bolsistas, seus percursos e percalços no Ensino Superior. As pesquisas expressam indicativos para repensarmos as políticas e propormos mudanças que garantam uma formação digna e de qualidade para a população jovem brasileira.

Um livro sobre o Prouni estaria incompleto se não contasse com a voz dos próprios bolsistas, sujeitos dessa política de inclusão. Nas páginas finais desta publicação, foram incluídos 12 relatos de experiências de estudantes bolsistas Prouni da PUCPR e egressos, convidados a participar por meio de um edital aberto. Os autores selecionados, além da publicação de seus relatos, ganharam como premiação um vale-livro no valor de R\$150,00.

## Referências

BRASIL. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – Sinajuve. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 6 ago. 2013, seção 1, p. 1.

BRASIL. Ministério da Educação. Planejando a próxima década: conhecendo as 20 metas do Plano Nacional de Educação. Brasília: MEC, Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino, 2014. 35 p. Disponível em: <[http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne\\_conhecendo\\_20\\_metas.pdf](http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf)>. Acesso em: 16 jul. 2016.

BRASIL. Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Lei do Prouni. Institui o Programa Universidade para Todos - Prouni, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no Ensino Superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 14 jan. 2005, seção 1, p. 7.

CORBUCCI, P. R. Desigualdades no acesso dos jovens brasileiros à Educação Superior. In: SILVA, E. R. A.; BOTELHO, R. U. Dimensões da experiência juvenil brasileira e novos desafios às políticas públicas. Brasília: Ipea, 2016. p. 153-176.

CORROCHANO, M. C.; FERREIRA, M. I. C.; FREITAS, M. V.; SOUZA, R. Jovens e trabalho no Brasil: desigualdades e desafios para as políticas públicas. São Paulo: Ação Educativa; Instituto Ibi, 2008.

COSTA, L.; INCERTI, F.; GEBER, S. O perfil dos estudantes bolsistas da PUCPR – 2016. Relatório de Pesquisa. 2016.

COSTA, F. A.; PRADO, M. A. M.; MACHADO, F. V. Participação política e experiência homossexual: dilemas entre o indivíduo e o coletivo. Revista Interamericana de Psicologia, Porto Alegre, v. 42, n. 2, p. 325-337, ago. 2008.

DÁVILA LEÓN, O. Adolescência e juventude: das noções às abordagens. In: FREITAS, M. V. Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais. São Paulo: Ação Educativa, 2005. p. 9-18.

DAYRELL, J. O jovem como sujeito social. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, n. 24, p. 40-52, set./dez. 2003.

FIGLIANO, C.; BERTOLIN, J. C. G.; BORTOLIN, B. Redistribuição e reconhecimento no Prouni: uma análise de justiça social à luz de Nancy Fraser. Educação, Porto Alegre, v. 38, n. 3, p. 404-414, set./dez. 2015.

GOLDENBERG, M. A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Record, 2000.

GUARÁ, I. M. F. R. É imprescindível educar integralmente. Cadernos Cenpec, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 15-24, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Censo demográfico. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

INCERTI, F.; SILVA, J. M. Redução da Maioridade Penal: por que somos contra! Caderno Ciência e Fé: Entrevistas / Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, v. 3, n. 1, jan./abr. 2015.

MARTUCCELLI, D. Cuaderno de trabajo n. 2: lecciones de sociología del individuo. Peru: Pontificia Universidad Católica del Peru, 2007.

MENDES, J. M. O. Perguntar e observar não basta, é preciso analisar: algumas reflexões metodológicas. Oficina do CES, n. 194, set. 2003.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ - PUCPR. O trabalho de mobilização está sendo novamente intensificado como resposta ao recente relatório emitido pelo Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) favorável à alteração da idade penal para 16 anos. Portal PUCPR. Notícias. 25 mai. 2016. Disponível em: <[http://www.pucpr.br/noticia.php?ref=1&id=2016-05-25\\_62001](http://www.pucpr.br/noticia.php?ref=1&id=2016-05-25_62001)>. Acesso em: 05 ago. 2016.

REDE MARISTA DE SOLIDARIEDADE. Advocacy: ciclo de implementação para a Rede Marista de Solidariedade. Curitiba: Rede Marista de Solidariedade, 2013.

SANTOS, C. T. Ações afirmativas no Ensino Superior: análise do perfil socioeconômico e da experiência universitária de bolsistas do Prouni na PUC-Rio, Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 93, n. 235, p. 770-790, set./dez. 2012.

SASSAKI, R. K. Terminologia sobre deficiência na era da inclusão. Revista Nacional de Reabilitação, São Paulo, ano V, n. 24, p. 6-9, jan./fev. 2002.

# UM OLHAR DE ESPERANÇA NUM CONTEXTO SOCIAL DE DIFICULDADES – ALUNOS BOLSISTAS PROUNI NA ESCOLA DE COMUNICAÇÃO E ARTES DA PUCPR

Marcos José Zablonky<sup>1</sup>

## Introdução

Tendo em vista as mudanças recentes no poder executivo; os ajustes econômicos em fase de implementação e as discussões no Congresso Nacional e nas instâncias dos Ministérios em relação aos programas Fies e Prouni, se faz necessário, por meio das instituições educacionais e movimentos sociais, o processo de vigilância, monitoramento e ativismo em prol de políticas educacionais e de financiamento do Ensino Superior. A educação é um vetor de melhoria significativa da sociedade brasileira e suas políticas públicas precisam ser incrementadas, ajustadas e garantir um processo de avanço significativo para atender o

---

<sup>1</sup> Doutor em Educação pela PUCPR e Professor do Curso de Comunicação Social pela PUCPR.



maior número de jovens e adultos em idade de frequentar o Ensino Superior. A prova do Enem, utilizada para a inserção em universidades e conclusão do Ensino Médio, é pré-requisito para o acesso a oportunidades como o Programa de Financiamento Estudantil (Fies), o Sistema de Seleção Unificada (Sisu) e o Prouni. Analisar e avaliar o desempenho dos programas sociais é essencial para que atinjam melhores resultados e busquem a democratização do acesso à Educação Superior e esta pesquisa busca contribuir para essa avaliação.

Este capítulo discute a democratização do acesso e da permanência no Ensino Superior, em especial dos alunos bolsistas, por meio do Prouni, na Escola de Comunicação e Artes da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), com foco sobre as questões da igualdade e da equidade.

A desigualdade social presente na sociedade brasileira construiu-se em decorrência da privação de bens e direitos por uma parte significativa da população. Ainda hoje, a distância entre pobres e ricos no país é abismal, apesar da melhoria das condições de uma parcela significativa da sociedade nos últimos 20 anos.

A questão da qualidade da educação nos Ensinos Fundamental e Médio no Brasil traz à tona a enorme dificuldade que os alunos oriundos do ensino público e candidatos a uma vaga no Ensino Superior têm para entrar e se manter dentro do ambiente acadêmico do curso escolhido. Essas problemáticas e a acirrada competição para buscar um lugar no mercado de trabalho requerem uma atenção especial dos atores envolvidos na Educação Superior e, particularmente, no dia a dia dos alunos bolsistas.

Vislumbrando ascender socialmente e a fim de conquistar espaços até então inacessíveis, jovens oriundos das camadas populares, a partir do ingresso no Ensino Superior, estão tendo a possibilidade de reivindicar melhores condições de vida por meio do acesso à educação. Atualmente, existe um grande número de indivíduos que conseguiram ter acesso ao Ensino Superior, mas, devido às condições econômicas desfavoráveis, enfrentam nesse espaço muitas dificuldades, que poderiam ser compensadas nesse novo cenário caso suas realidades de vida não fossem marcadas por tantas carências. Por outro lado, mesmo com a ampliação das possibilidades de acesso ao Ensino Superior, existe uma parcela significativa de jovens e adultos egressos do Ensino Médio desejosos de dar continuidade aos seus estudos e que precisam de políticas públicas educacionais que favoreçam a realização dessa conquista.

Esse cenário de dificuldade para avançar no desenvolvimento intelectual em razão das carências financeiras, condições sociais, valores culturais e de acesso ao mundo do conhecimento, constitui-se no *habitus* regido pelo poder simbólico, uma espécie de mediação entre a dimensão objetiva e a subjetiva do mundo social. Isto significa, para Bourdieu (1996 apud NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2009), que as práticas sociais não se estruturam mecanicamente, obedecendo condições objetivas.

Trata-se de uma construção histórica dos sujeitos, que garante que as experiências passadas estejam vívidas na memória de cada indivíduo, como uma espécie de matriz reguladora, ou de esquema de pensamento, percepção e ação, contribuindo para assegurar a presença ativa das experiências passadas, que contribuem para garantir a conformidade das práticas, bem

como manter e legitimar sua reprodução por meio do tempo (MARTINS, 1990). Esse alerta está enraizado no senso comum de aceitar as condições históricas e do discurso hegemônico dos espaços determinados e oportunidades, presentes na vida de cada indivíduo.

A tentativa de democratização do Ensino Superior, seja na expansão das vagas, seja no financiamento com bolsas de estudo, despertou a esperança de ampliar o acesso e de prolongar a escolarização de jovens e adultos que até então não haviam tido a oportunidade de concluir seus estudos. Porém, embora bolsistas de programas de apoio, deparam-se com inúmeras dificuldades que vão além do acesso, seja pela condição socioeconômica, seja pela dificuldade de integrar-se ao meio acadêmico, cabe refletir sobre a realidade desses sujeitos que estão chegando ao Ensino Superior, buscando, para além das imagens, conhecer um pouco mais sobre suas realidades.

Nos dias atuais, ainda se utiliza a tradição iluminista de associar uma decisão política a uma verdade comprovadamente científica, como é o caso do processo da elaboração de uma política pública educacional e de financiamento. Isso significa dizer que uma decisão política deve ser tomada com base em dados comprovadamente científicos ou técnicos da realidade na qual se busca intervir. Nesse caso, os dados técnicos têm caráter mais determinante que a própria vontade da população. Mas esse caráter de cientificidade atribuído às políticas públicas não garante que estas sejam elaboradas simplesmente para atender necessidades sociais. Esse caráter de cientificidade pode ser construído para justificar interesses das elites, das classes dominantes ou do jogo das forças políticas envolvendo os diver-

tos setores da população em geral, como é o caso ao restringir verbas para as universidades públicas, incentivar a expansão e o acesso às instituições privadas, ampliar os cursos via EAD, apoiar fusões de grandes grupos educacionais para dar ganho de escala, reduzir o financiamento dos programas como Fies e Prouni, entre outros (BONETI, 2012).

O Estado é o instrumento por excelência de ação coletiva da nação e da sociedade civil e cabe a ela agir para determinar as políticas públicas que devem ser executadas em prol de todos (BONETI, 2012).

Conforme Borges (2008), a Declaração Universal dos Direitos Humanos, firmada em 1948 pela Assembleia Geral das Nações Unidas, estabelece, em seu artigo XXVI, que toda pessoa tem direito à instrução, e que a instrução superior está baseada no mérito. No Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais<sup>2</sup>, a Educação Superior passou a consistir num direito de todos. Esse direito está fundamentado no mérito, mas deve, conforme expresso no documento, tornar-se igualmente acessível a todos, de acordo com a capacidade de cada um, pelos meios que forem apropriados e, especialmente, pela implantação progressiva do ensino gratuito.

Em outras palavras, pode-se afirmar que estabelecer o direito “de acordo com a capacidade de cada um” não anula o fato de que todos têm direito. O que ocorre é que o critério de capacidade vai variar de acordo com as políticas de Estado.

---

<sup>2</sup> Adotado e aberto à assinatura no XVIII Período Ordinário de Sessões da Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), em El Salvador, em 17 de novembro de 1988.

No caso brasileiro, a Constituição Federal de 1988 definiu, no capítulo Da ordem social, que “a educação é direito de todos e dever do Estado, e visa ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Portanto, enseja o legislador constituinte que a educação seja promovida e incentivada com a colaboração da sociedade. Nessa situação, pode-se afirmar que ao Estado cabe efetivar o direito à educação, conferindo-lhe status de direito público subjetivo, com característica de direito fundamental e mínimo existencial, o que obriga o Estado às prestações positivas e igualitárias, e a garantir sua execução.

Com o lançamento do Programa Universidade para Todos (Prouni), em 2005, pelo governo federal, as oportunidades de acesso à Educação Superior no Brasil se ampliaram de forma significativa e mais de 1,4 milhão de bolsas já foram disponibilizadas nos últimos 10 anos.

As instituições de ensino que aderem ao programa devem conceder uma bolsa de estudo para cada nove estudantes regularmente matriculados, respeitando tal proporção com relação aos cursos oferecidos, aos turnos e à unidade administrativa. A Pontifícia Universidade Católica do Paraná aderiu ao Prouni no ano de 2005 e, desde então, já passaram 15.451 bolsistas pela universidade, com 3.857 formados. Atualmente, em 2016, são 6.481 alunos utilizando a bolsa ou com matrícula trancada, segundo dados do Departamento de Bolsas e Financiamento do Sistema do Suporte Integrado de Gestão Acadêmica (Siga) da PUCPR.

Considerando esse contexto, o Observatório das Juventudes do Instituto Ciência e Fé (ICF) da PUCPR, preocupado em potencializar pesquisas sobre o tema das juventudes na universidade, demonstrou interesse em investigar e apoiar a divulgação de resultados de pesquisas voltadas para políticas públicas com enfoque nos direitos humanos de acesso e formação no Ensino Superior.

Este capítulo é fruto de uma pesquisa em que se buscou estudar a percepção dos alunos da Escola de Comunicação e Artes da PUCPR beneficiados pelo Prouni sobre o processo de sua inclusão, bem como identificar as oportunidades e dificuldades encontradas a partir das experiências vivenciadas por eles. Para isso, se faz necessário refletir em que medida os bolsistas estão sentindo-se parte do ambiente universitário, se estão conseguindo aproveitar todos os espaços que a universidade dispõe ou ainda quais as dificuldades enfrentadas por eles. Por outro lado, e não menos importante, questiona-se: a universidade está conseguindo oferecer as condições necessárias para esses indivíduos sentirem-se incluídos no meio acadêmico? Assim, busca-se refletir o que vem sendo apresentado como democratização do Ensino Superior, levando em consideração a realidade dos estudantes e as políticas públicas presentes no cenário brasileiro.

Estabeleceu-se o seguinte problema de pesquisa: Que fatores interferem no processo de acesso e permanência, na universidade, dos estudantes bolsistas do Prouni da Escola de Comunicação e Artes da PUCPR? Quais as práticas do cotidiano adotadas pelos bolsistas para permanecerem na universidade? A partir disso, são relacionadas algumas questões norteadoras

para um melhor delineamento do problema: Qual o perfil dos estudantes oriundos de camadas populares que está chegando à universidade? Quais as dificuldades burocráticas e contexto social em que ocorre esse ingresso? Qual a participação da família no aspecto financeiro e de apoio material/logístico para a sua permanência na universidade? Quais as dificuldades vivenciadas pelo bolsista na sua trajetória acadêmica? As experiências profissionais adquiridas durante a faculdade contribuíram ou estão contribuindo para o seu crescimento profissional? Como está a sua ascensão profissional?

## Desenvolvimento da pesquisa

A Escola de Comunicação e Artes da Pontifícia Universidade Católica do Paraná tem no seu escopo os cursos de Jornalismo, Publicidade e Propaganda, Relações Públicas, Teatro e Música e forma profissionais com a função principal de contribuir para o processo comunicacional e das artes no cenário brasileiro. Os cursos propiciam a inserção dos alunos em atividades que os desafiam a assumir seu papel com uma noção de sua importância para um contexto humanitário e protagonista de bem-estar social. Os currículos dos cursos passaram, nos últimos anos, por grandes transformações, balizados pelas diretrizes curriculares do MEC, pela missão e visão da PUCPR e demandas do mercado.

A pesquisa foi realizada em três etapas: 1) identificação dos alunos vinculados ao Prouni na Escola de Comunicação e Artes da PUCPR; 2) entrevistas individuais via e-mail,

semiestruturadas, com questões de perfil para selecionar a amostra de todos os cursos, e 3) aplicação de quatro grupos focais (focus group).

A primeira etapa aconteceu por meio do levantamento de dados dos alunos beneficiados pelo Prouni junto ao Sistema do Suporte Integrado de Gestão Acadêmica (Siga) da universidade. A partir da listagem dos 342 alunos bolsistas que frequentavam a Escola de Comunicação e Artes, foi enviado um e-mail para cada um apresentando o estudo, sua relevância e objetivos e convidando-os para responder um questionário semiestruturado, indicando ao final quatro datas entre as quais eles poderiam escolher uma para participar de um grupo focal.

A segunda etapa aconteceu a partir dos retornos das entrevistas e aqueles alunos foram contatados de maneira particular, via telefone, presencial, Messenger ou por Whatsapp pelo professor orientador do projeto, que, nesse momento, apresentou as propostas da pesquisa a ser realizada: benefícios que os resultados da pesquisa poderiam trazer para o programa na universidade, assim como as perspectivas de alterações nas políticas públicas educacionais e debates em fóruns de discussão a nível nacional. Os alunos interessados foram convidados a participar do grupo focal e a assinar um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, em que se garantia o sigilo de identidade dos participantes e das informações a serem compartilhadas.

Selecionaram-se os alunos beneficiados pelo Prouni que estavam cursando os últimos dois anos da faculdade (alunos do 5º ao 8º períodos e egressos dos Cursos da Escola de Comunicação e Artes da PUCPR). Essa opção se deveu ao fato de o aluno ter cursado mais da metade da grade curricular, ampliando as-



sim a abrangência de sua contribuição com suas experiências no cotidiano acadêmico. Os egressos foram contatados in box pelo Facebook e pelas informações disponíveis no Facebook e LinkedIn sobre a sua trajetória no mercado de trabalho, atividades e cargos.

A terceira etapa da pesquisa aconteceu por meio de quatro encontros de focus group. Esse tipo de encontro tem o objetivo de permitir que as pessoas, por meio da mediação de um moderador, dialoguem sobre um tema – necessariamente de conhecimento de todos – expressando suas posições. As informações, percepções e opiniões dos participantes vão permitir ao pesquisador captar vários olhares sobre o tema discutido.

Para a entrevista, os participantes foram convidados a comparecer no Laboratório da Escola de Comunicação e Artes na sala de espelho – local específico para pesquisas focus group com mesa ovalada e um vidro que permite que observadores externos possam acompanhar a atividade sem que o grupo de entrevistados tenha visibilidade –, onde foram recepcionados pelo pesquisador e algumas participantes do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic).

Participaram dos focus group um total de 20 bolsistas, sendo seis alunos e 14 egressos. Todas as informações de identificação dos participantes do estudo foram mantidas em sigilo. Para apresentação dos resultados encontrados por meio das entrevistas, os alunos foram identificados como entrevistado 1 (A1), entrevistado 2 (A2) e assim por diante até o entrevistado 6 (A6). Os participantes egressos foram identificados como entrevistado 1 (E1), entrevistado 2 (E2) e assim por diante até o entrevistado 14 (E14).

Participaram de dois grupos focais seis alunos dos cursos de Jornalismo, Publicidade e Propaganda e Relações Públicas: três alunos do 7º período, um aluno do 5º período, um aluno do 6º período e um aluno do 8º período. Nos outros dois grupos focais com os egressos dos cursos de Comunicação Social, foram entrevistados 14 alunos, divididos em dois grupos de sete.

As atividades do grupo focal foram registradas com gravador digital e câmera de vídeo. Além da gravação, foram observadas e registradas as falas, os comportamentos e reações dos entrevistados durante o grupo focal e em seguida as falas foram transcritas na íntegra para posterior análise.

Para alcançar os objetivos propostos, foram destacados os temas principais identificados nas falas com conteúdo convergentes, divergentes e que se repetiam. Os recortes das falas dos entrevistados correspondem às abordagens mais significativas do tema.

A presente pesquisa foi submetida à Plataforma Brasil e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da PUCPR pelo parecer de número 1.318.532.

## Resultados e discussões

Para Bourdieu (2002, p. 28), impõe-se a necessidade de o pesquisador lutar contra a inclinação primária de vislumbrar o mundo social de maneira realista, devendo-se pensá-lo de forma relacional. O estudo científico recebe maior verdade quando seu objeto é analisado de forma a relacioná-lo sempre com aquilo que há ao seu redor, com as condições objetivas de sua

existência, uma vez que ele nada é quando se isenta de inteirar-se com o todo.

Os resultados dos focus group foram analisados a partir dos seguintes eixos: a) contexto social, ambiente familiar, trajetória escolar; b) processo de seleção (vestibular, Enem) e dificuldades burocráticas para acesso ao Ensino Superior e c) convivência no ambiente acadêmico e perspectivas profissionais.

Segundo Vargas (2008), o Brasil não se caracteriza por ser um país pobre, senão por ser um país injusto, cujos índices de distribuição de renda demonstram muitos indivíduos com muito pouco, e poucos com grandes excedentes<sup>3</sup>. Além disso, a baixa mobilidade educacional é um outro problema: a chance de um filho de pai analfabeto também ser analfabeto é de 34%, e uma pessoa cujo pai seja analfabeto tem apenas 1% de chance de completar a Educação Superior. Em contrapartida, quando um pai possui escolaridade superior, existe uma probabilidade de 60% de o filho alcançar e completar tal nível de ensino.

A titulação superior proporciona retornos econômicos e prestígio social diferenciados, e essa situação está associada à experiência de muitos, uma vez que o acesso à Educação Superior tanto expressa a realização de uma existência com direitos ampliados, quanto representa a ampliação da cidadania (VARGAS, 2008).

Ao contrário das sociedades aristocráticas, que priorizavam o nascimento e não o mérito, as sociedades democráticas escolheram convictamente o mérito como um princípio es-

---

<sup>3</sup> Com essa afirmação concorda Taneguti (2013), para quem a persistência de grande desigualdade social relativa ao acesso e à permanência no nível de Ensino Superior persiste sendo um desafio a ser enfrentado. A taxa líquida de matrícula no Ensino Superior no Brasil de apenas 14,9% (na faixa etária de jovens entre 18 e 24 anos) e a bruta de 28,12% revelam uma situação crítica mesmo para os padrões da América Latina.

sencial de justiça: a escola é justa porque cada um pode obter sucesso nela em função de seu trabalho e de suas qualidades (DUBET, 2004).

Sabemos que a distribuição de oportunidades sempre foi limitada e que, nas sociedades mais desenvolvidas, até a década de 1960, o nascimento continuava a pesar consideravelmente na orientação escolar dos alunos nos sistemas divididos em várias escolas: a escola do povo, a escola das classes médias, a escola da burguesia, as escolas profissionais, as da cidade, as do campo, as da Igreja, as do Estado. Na verdade, durante muito tempo, o mérito desempenhava um papel apenas marginal para os filhos dos trabalhadores e os “dotados”, que podiam, graças ao sistema de bolsas, ter acesso ao antigo Ginásio e, uma minoria deles, chegar ao Colegial. Mas, basicamente, cada categoria social estava vinculada a um determinado tipo de público escolar (DUBET, 2004, p. 541).

E isso ainda ocorre na maioria dos países em desenvolvimento. Para o autor, a igualdade de oportunidades meritocráticas supõe igualdade de acesso. Assim, uma meritocracia escolar justa não garante a diminuição das desigualdades; a preocupação com a integração social dos alunos tem grande probabilidade de confirmar seu destino social; a busca de um mínimo comum arrisca-se a limitar a expressão dos talentos; uma escola preocupada com a singularidade dos indivíduos age contra a cultura comum que uma escola deve transmitir e que também é uma forma de justiça (DUBET, 2004).

Nesse contexto, observamos em nossa pesquisa que todos os alunos participantes eram indivíduos com personalidade forte e autônoma. Durante os Ensinos Fundamental e

Médio, haviam liderado as atividades; eram percebidos como líderes positivos e chamavam a atenção dos gestores e professores da escola, que lhes indicavam livros e lhes davam orientações para escolha de profissões e informações sobre datas de inscrição de vestibulares e concurso de bolsas em colégios ou cursinhos privados. Na entrevista com A1, destaca-se esse cenário: “[...] estudei a vida toda em colégios municipais e estaduais, devido a questões financeiras. [...] mesmo com a estrutura dos colégios não sendo tão boa, havia bons professores e que orientavam sobre o Prouni, Enem, Fies” e que não teve dinheiro para estudar em um cursinho para sua aprovação, mas sim “com as apostilas dos amigos”. Sobre ter sido aprovada pelo Prouni, comenta: “Minha mãe não acreditou que consegui a bolsa, sem ter ‘muito estudo’ naquele ano. [...] O Prouni me deu uma oportunidade que pensei que nunca teria, estudar em uma faculdade paga com uma boa estrutura e professores”. Aqui se percebe a violência simbólica que a entrevistada vivia e o descrédito da mãe com o sucesso da filha no processo de seleção do programa. A entrevistada E12 reforça essa abordagem: “Teve um caso em uma aula, não lembro o assunto, mas ela [a professora] começou a falar dos alunos que estudavam em colégio público, que entravam em colégio particular por bolsas e daí não conseguiam acompanhar a turma, prejudicava a turma, chegou a falar dessa maneira”.

Por outro viés, Vasconcelos (2002) afirma que a expressão violência simbólica traduz de maneira eficiente a adesão dos dominados à dominação imposta a eles, por meio da aceitação das regras e sanções, que sequer são reconhecidas, assim como também não o são os direitos dos dominados. Os

indivíduos dominados vêm como naturais as representações ou as ideias sociais dominantes. Assim, a violência simbólica apoia-se na relação estabelecida entre o habitus dos dominados e a estrutura utilizada para a dominação. Nesse sentido, a violência nesse fenômeno reside na intimidação ou mesmo no terror que sofrem os indivíduos; ou, ainda, nos estímulos que decorrem de representações simbólicas arbitrárias, e que somente adquirem poder quando reconhecidas como legítimas por um grupo ou classe dominados.

O entrevistado E11 relata a percepção dos colegas não bolsistas sobre os bolsistas: “O que eu sentia desse pessoal era: ‘Nossa, você conseguiu uma bolsa de 100%, caraca!’, eles ficavam espantados e viam como algo extraordinário”. Os entrevistados A2 e A3 participaram de um concurso na primeira série do Ensino Fundamental para estudar no Colégio Militar do Paraná, que é público, mas atende especificamente filhos de militares e tem uma boa qualidade de ensino. Eles contam que as preparações para as provas do Enem e dos concursos vestibulares “foram boas e tivemos boas notas nas provas, mas sabíamos que seria muito difícil passar numa [universidade] federal”. O entrevistado A4 é do estado do Rio de Janeiro, adotado por uma família de baixa renda e sempre estudou em escola pública. No Ensino Médio, conseguiu “uma bolsa de estudos em colégio particular e, por meio de incentivo de professores, soube do programa Prouni e da prova do Enem”. O entrevistado A5 veio do litoral do Paraná e estudou no Instituto Federal, no curso técnico de Mecânica. “Desde o início do curso ganhei uma bolsa de monitoria e passava o dia todo no Instituto. Meus professores me incentivavam a empreender e

produzir pesquisas. [...] Fiz a prova do Enem e concorri à bolsa do Prouni. Escolhi a profissão de jornalista e estou muito feliz com o curso”. A entrevistada A6, moradora da região metropolitana de Curitiba, sempre estudou em colégio público. Fez cursinho preparatório para o vestibular no 3º ano do Ensino Médio, pois não se via preparada o suficiente. Foi a mãe quem a incentivou e mostrou sobre a bolsa do Prouni e pesquisou mais sobre os pré-requisitos. Para ela, a existência da bolsa é “uma questão de oportunidade única aos que não podem pagar pela universidade”. Fica evidente a dedicação individual, o esforço pessoal de cada entrevistado para superar suas dificuldades no contexto social e econômico, bem como o apoio de professores, pais e gestores escolares nesse percurso.

A questão da “democratização” da Educação Superior adquiriu fôlego nessas últimas décadas e entrou fortemente na agenda das políticas públicas. Ela já era considerada importante, desde os meados do século passado, pela teoria do capital humano e pela teoria residual do desenvolvimento econômico. Segundo essas teorias, o desenvolvimento econômico requer grandes investimentos em educação. De modo mais efetivo, propunham as políticas de expansão da escolaridade da população em geral (NEAVE, 2001, p. 13-14).

Tem sido unânime entre os pesquisadores a ideia de que a educação passa a ocupar um lugar estratégico na cena moderna, desde a sua inclusão no campo dos direitos do cidadão. Condorcet (2008, p. 1743), ao preconizar a difusão das “luzes” a todos, suscita a esperança de edificar um mundo melhor para toda a humanidade; um mundo constituído de cidadãos

capazes de usar livremente o julgamento, de compreender e exercer seus direitos e de respeitar os de outrem.

A conquista do direito à educação deve levar a perceber a “comum humanidade” e a aceitar o lugar na hierarquia das posições sociais que lhe é devido, segundo o princípio da justa apreciação do mérito de cada um (VALLE, 2013, p. 292).

Em relação às questões burocráticas e à integração na faculdade, o entrevistado E2 relatou: “Meu processo foi bem conturbado para providenciar a documentação. Comecei com quase 20 dias de aula em andamento, perdi as apresentações gerais das disciplinas e já com trabalhos para serem entregues. Completamente perdido, isolado e se virando para entender os horários e ensalamentos. Ele considerou a experiência “estressante e um tempo muito curto para conseguir toda a papelada”. Muitos bolsistas relataram a experiência e dificuldades semelhantes.

O entrevistado A7 estudou em colégio público durante os Ensinos Fundamental e Médio, e resolveu tentar a bolsa na PUCPR devido ao desinteresse no curso anterior em outra faculdade. Esse entrevistado foge do perfil médio de idade e experiência de vida. Possui dois filhos; então, para se sustentar e ajudar nas despesas com as crianças, trabalha nos fins de semana e faz estágio no contra turno das aulas na área do curso que escolheu. Sua maior dificuldade foi a “falta de acompanhamento acadêmico no início das aulas na universidade”, mas ainda assim via “muitas oportunidades com relação ao curso” e sentia-se “integrado na universidade”.

Um dos pontos abordados nos focus group foi em relação a questões de preconceito ou constrangimento. O entrevistado



E2 comentou que, no início do curso, foi “alvo de piadinhas por meio dos colegas pelo fato de ser bolsista”, por isso acabou mudando para o turno da noite, em que fez muitos colegas bolsistas, “de mesma classe social, que compreendem a situação uns dos outros”. Observa-se uma convergência de todos os entrevistados para a questão de buscar se aproximar de colegas da turma que tivessem a mesma realidade social e econômica.

O entrevistado E2 dividia apartamento com amigos, era efetivado no trabalho e sentia-se “realizado por ser o primeiro da família com graduação e por ter reconhecimento de todos”. Ainda via a bolsa “como uma grande oportunidade aos que não possuem recursos financeiros suficientes para bancar a universidade”. O entrevistado A6, quando perguntado sobre o processo de acesso, declarou que teve “uma excelente nota no Enem” e pode escolher a universidade e o curso, e que a família ajudava nas despesas da locação de um quarto na casa de parentes. Transportava-se de bicicleta, a custo baixo, mas se sentia “inseguro nas ciclovias”. A entrevistada A7 via a universidade “com uma estrutura excelente” e sentia orgulho de estudar nesse ambiente, porém comenta que considerava “a alimentação muito cara” e, sempre que podia, levava “lanche ou uma marmita”. No início, tinha um “receio de contar aos colegas que era uma aluna bolsista”, mas logo se deu conta de que possuía vários alunos bolsistas no curso.

É nesse quadro de reflexões que a igualdade e o mérito passam a figurar como princípios-chave à organização das sociedades e o acesso de todos à instrução torna-se bandeira de luta dos mais variados movimentos. À escola é atribuída a missão de formar indivíduos autônomos, espíritos capazes

de pensar por si mesmos e de se livrar das sujeições de toda ordem que entravam sua emancipação.

O modelo meritocrático está longe, entretanto, de sua realização; a competição não é perfeitamente justa. Quanto mais favorecido o meio do qual o aluno se origina, maior sua probabilidade de ser um bom aluno, quanto mais ele for um bom aluno, maior será sua possibilidade de aceder a uma educação melhor, mais diplomas ele obterá e mais ele será favorecido (DUBET, 2004).

Tendo em vista o importante papel da escola no que se refere às desigualdades culturais, faz-se necessário um questionamento sobre a visão monocultural, e a escola está sendo chamada a lidar com a pluralidade de culturas, reconhecer os diferentes sujeitos socioculturais presentes no seu contexto, abrir espaço para a manifestação e valorização das diferenças (GISI, 2004, p. 47).

A adaptação ao mundo universitário exige dos alunos uma compreensão dessa nova realidade e contexto social em que estão se inserindo. O entrevistado E13 afirma que “via que muitos bolsistas se inferiorizavam, se auto excluía[m] [...] às vezes, um ou outro aluno semeava discórdia: ‘Ah, não vou convidar aquele porque é bolsista’”. A entrevistada E8 narra que, quando entrou “na faculdade, não tinha computador e nem sabia que existia os laboratórios de informática da PUCPR”. Ela continua: “Aí, eu lembro que tinham alguns trabalhos para entregar e eu fiz todos manuscritos. Teve um trabalho da disciplina de Estética da Arte que desenhei toda a capa e fiz à mão e a professora disse que eu deveria mudar para artes, que eu tinha talento, mas eu fiz não porque eu queria, mas porque não tinha computador, até que eu conse-

gui comprar um computador, e, então, melhorou a situação”. E2 destacou: “O impacto de muitas atividades... tinha muitos trabalhos para fazer, não sabia como organizar”. Passou por um choque de realidade: “Como eu estava acostumado com meu pequeno bairro, sofri um pouco e estranhei todas aquelas pessoas com ideias diferentes e modo de viver”.

Para alunos oriundos de outras cidades, particularmente da área rural, o cenário era mais complicado, como relata a entrevistada E12: “Na época, não tinha Facebook, nem Whatsapp, nem nada, então, eu lembro que, pra me comunicar com minha mãe, eu mandava uma mensagem por semana, ela então ia para a cidade para captar sinal e respondia com uma mensagem bem curta. Eu queria tanto saber das novidades. Eu ia para casa a cada dois meses. Era bem difícil. Lembro que, quando eu ia para casa da minha mãe, ela enchia minhas malas de comida para não precisar gastar aqui. Tudo era bem contado. Às vezes ia direto da aula para o estágio para economizar uma passagem e até deixava de almoçar”.

Percebe-se que as formas de contornar as dificuldades são inúmeras e a participação das famílias e outras pessoas contribui para suprir as carências. O aluno E13 conta: “No começo, minha mãe me dava dinheiro certinho pra passagens de ônibus, então eu negociava com meus amigos carona para poder usar o dinheiro com xerox ou lanche. Aí, depois, comecei a estagiar, não recebia muito, mas o suficiente para pagar minhas coisas”. E E2 narra: “Eu já trabalhava antes de entrar na faculdade, em uma loja de departamento, e tinha medo de perder esse emprego. Meu chefe trocou meu horário, para eu poder estudar pela manhã, e sempre que eu po-

dia estendia meu horário para compensar a carga horária”. Já a colaboração de um colega da turma se fez presente neste relato de E6: “Uma passagem muito angustiante aconteceu, quando já trabalhava, mas não ganhava muito, gastava tudo o que recebia para o meu sustento. Tinha uma prova que era com consulta e era de alguns capítulos de um livro e tinha esquecido o ‘maço’ de xerox para levar para a prova. Na hora, decidi fazer a prova sem consulta, porque não tinha nenhum dinheiro para fazer novas cópias. Então, um colega da sala, que também tinha esquecido, foi tirar xerox para ele e fez para mim também. Consegui fazer uma boa prova”.

Com relação ao convívio social fora da faculdade, vários alunos relataram que se omitiam de participar ou recusavam convites, como demonstra a fala de E8: “Meus amigos iam pra balada, eu falava que não gostava, mas na verdade não tinha nem condições de ir”. No relato de E11: “Pra mim [a bolsa] foi um ‘abre-portas’, mesmo, vi novas perspectivas e horizontes”. Entretanto, ela faz um alerta: “Deve ser pensado algumas questões das condições de infraestrutura (moradia, transporte, alimentação) e de sustentabilidade para os alunos bolsistas. Eu sinto que eu não vivenciei a experiência acadêmica tanto quanto poderia, tanto quanto as pessoas em melhores condições puderam”.

Em relação às perspectivas profissionais e visão de mundo, a percepção dos entrevistados é bastante alvissareira, como relata a entrevistada E3: “Depois da faculdade, eu virei uma cidadã; hoje, com meu trabalho, contribuo para uma sociedade melhor, pago meus impostos e, se eu não tivesse feito essa faculdade, com certeza, não estaria contribuindo pra sociedade da maneira que estou contribuindo. É muito mais do

que um incentivo ao estudo, é um incentivo às pessoas certas. Se não fosse o Prouni, eu não estaria onde estou, jamais!”. Outro relato significativo vem da fala da E6: “Pensar que estudava em uma escola pública, que não tinha porta, nem professor, tinha aula vaga... teve um ano que tive só dois meses de aula de Matemática, não tinha material para os professores trabalharem com os alunos, os professores eram desmotivados, só estudava com pessoas totalmente marginalizadas. Hoje sou uma especialista e trabalho na área que me formei, é algo que tenho muito orgulho. Sempre falo que a melhor coisa que fiz na minha vida foi a faculdade, nada do que fiz até hoje foi melhor”. Para E9: “ Só o fato de eu começar a ter outras perspectivas e visões de mundo por meio das disciplinas, já abriu um horizonte fascinante do conhecimento e na forma de ver ao meu redor. A faculdade contribuiu não somente com o progresso profissional como me fez sentir inserida no mundo”. Essa fala emocionou muitos que estavam na sala do focus group e vários relataram a mesma experiência. Para E10: “O Prouni foi uma oportunidade de realizar meu sonho de uma carreira profissional, chegar até onde cheguei... foi por causa dessa bolsa, senão ainda estaria lá no interior do estado”. Para E7: “No meu caso, eu trabalhava como office boy e não via muita perspectiva de futuro; foi depois da faculdade que vi um futuro melhor para minha família e para a minha vida profissional e social”. E14 declara: “Acho que ainda estaria tentando [cursar uma universidade] federal até hoje”. Sintetiza a visão que eles têm dos benefícios da bolsa a fala de E2: “Não é um programa assistencialista, como muitos falam. O Prouni é aquele que te ensina a pescar, não dá o peixe”.

## Proposições para otimizar e ampliar os benefícios do programa de bolsas na PUCPR nas discussões nacionais de políticas públicas

A Escola de Comunicação e Artes da PUCPR, com seus cursos voltados para a comunicação, informação, publicidade, relacionamento entre seus públicos de interesse e as artes cênicas e musical, tem no seu corpo docente e discente um ambiente acolhedor, harmonioso, de muita troca de experiência e discussão sobre temas contemporâneos.

Essas características dos alunos, professores e da própria área do conhecimento tornam o ambiente alegre, barulhento, ruidoso, que se constitui como espaço para discussões sobre a realidade brasileira e do mundo. As questões dos direitos humanos e da democratização do acesso à Educação Superior e suas particularidades fazem parte desse cotidiano e estão sempre na pauta das reuniões acadêmicas e dos alunos.

Os estudantes e egressos que colaboraram para atingir os objetivos da pesquisa ora relatada eram todos bolsistas e mostraram ser dedicados e entusiasmados na busca da construção de uma carreira profissional de sucesso. Esses estudantes abriram seu coração e nos contaram sobre seu passado, cotidiano, experiências e o que ansiavam para o futuro.

Nas nossas pesquisas, foi constatado que os alunos de faculdades e universidades particulares com bolsas integrais do Prouni possuem as maiores notas gerais médias do Exame Nacional de Desempenho da Educação Superior (ABRAES, 2015).

Quando perguntado aos bolsistas que recomendações ou auxílio consideravam relevantes para apoiar a sua realida-

de acadêmica e do seu cotidiano de dificuldades, destacaram os seguintes aspectos:

A bolsa do Prouni é um bem precioso de que cuidam com muito carinho e orgulho, e tudo que vier para ajudá-los a trilhar a vida universitária é uma dádiva – estão dispostos a recompensar ou dar a contrapartida como seu esforço e trabalho para a sociedade brasileira.

A bolsa do Pibic e do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (Pibiti) deve contemplar alunos oriundos de escolas públicas, bolsistas Prouni e Fies, para ajudar na complementação da renda e sustento do aluno bolsista.

A universidade deve apoiar incessantemente a busca por estágios e a alocação dos alunos bolsistas em estágios remunerados para permitir uma rápida inserção no mercado de trabalho e aumentar as suas perspectivas de um futuro melhor.

A universidade deve promover um processo de integração dos alunos bolsistas, com um suporte de tutoria de professores e alunos veteranos para ajudá-los a se integrar rapidamente nas salas de aula e no cotidiano da instituição.

Suporte em disciplinas específicas, como Matemática, Língua Portuguesa, método de leitura, metodologia de aprendizado e pesquisa, ajudaria a superar as deficiências que trazem das escolas públicas.

A questão da moradia é um grande problema, pelo seu custo e pela mobilidade, pois muitos precisam morar longe da faculdade por conseguirem um aluguel mais barato. A universidade deveria apoiar, com subsídio ou permuta de traba-

lho, o aluguel em pensionatos ou prédios privados próximo à universidade.

As bolsas de monitoria devem ser ampliadas para atender a um maior número de alunos bolsistas e permitir uma melhor integração do aluno com a universidade e o curso escolhido.

Campanhas de acolhimento e esclarecimento sobre a realidade social dos brasileiros e dos programas sociais junto à comunidade acadêmica poderiam ajudar na distensão dos conflitos e resistências.

Os relatos dos alunos deixam bem claro que, sem o auxílio de familiares, amigos, benfeitores, da instituição e a própria bolsa do Prouni, não teriam condições de frequentar uma faculdade e ter uma profissão que melhorasse as suas vidas. A preocupação com a evasão, com o sustento no dia a dia e com o cumprimento dos compromissos acadêmicos paira o tempo todo no seu cotidiano. Diminuir o impacto dessas preocupações deve ser uma tarefa de todos os entes envolvidos: alunos, professores, gestores, instituição, governo e mercado.

A partir dos relatos e das observações, percebe-se uma deficiência na comunicação e no suporte acadêmico aos bolsistas. A instituição deveria atuar de forma mais sistemática e preventiva para minimizar as dificuldades nas etapas de ingresso, como as questões de integração e aspectos legais e burocráticos. Com um número significativo de bolsistas na PUCPR, a criação de um comitê de representantes da instituição e dos alunos seria muito interessante para melhorar as experiências acadêmicas e minimizar o impacto da integração.



O acesso à Educação Superior tem relação com o capital cultural e social das famílias e, portanto, tem relação com as políticas públicas, em especial as políticas sociais, implementadas em cada país. É necessário introduzir uma dose de discriminação positiva, a fim de assegurar maior igualdade de oportunidades. Assim, entende-se que, ao se considerar o acesso à Educação Superior, é preciso levar em consideração as condições existentes e propor políticas educacionais que garantam uma trajetória escolar que favoreça o acesso ao conhecimento, independente da origem social dos estudantes, como um direito (ZABLONSKY, 2015, p. 175).

Por fim, políticas de Educação Superior mostram-se mais efetivas quando entendidas como estratégias de atendimento a um direito, e vão apresentar resultados mais equânimes ao materializarem uma política de Estado e de governo voltada para o desenvolvimento da sociedade, e não apenas da economia.

## Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR – ABRAES. Associada à ANUP. Disponível em: <<http://www.anup.com.br/portal/pagina/index/id/30/secao/2>>. Acesso em: 10 mar. 2017.

BORGES, M. C. A. Princípios norteadores da educação em Direitos Humanos na instituição universitária. *Verba Juris*, v. 7, n. 7, p. 133-176, jan./dez. 2008.

BONETI, L. W. As políticas públicas no contexto do capitalismo globalizado: da razão moderna à insurgência de processos e agentes sociais novos. *PRACS - Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da Unifap, Macapá*, v. 5, n. 5, p. 17-28, dez. 2012.

BOURDIEU, P. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (Orgs.). *Escritos de Educação*. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 39-64.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. *Diário Oficial [da] União*, 05 out. 1988, Seção 1, p. 1.

CONDORCET, M. J. A. N. Cinco memórias sobre a instrução pública. São Paulo: Editora Unesp, 2008.

DUBET, F. O que é uma escola justa? *Cadernos de Pesquisa*, v. 34, n. 123, p. 539-555, set./dez. 2004.

GISI, M. L. Políticas educacionais para a Educação Superior: acesso, permanência e formação. *Revista Diálogo Educacional, Curitiba*, v. 4, n. 11, p. 43-52, jan./abr. 2004.

MARTINS, C. B. A pluralidade dos mundos e das condutas sociais: a contribuição de Bourdieu para a sociologia da educação. *Revista Em Aberto, Brasília*, v. 9, n. 46, p. 59-72, abr./jun. 1990.

NEAVE, G. *Educación superior: historia y política - estudios comparativos sobre la universidad contemporánea*. Buenos Aires: Gedisa, 2001.

NOGUEIRA, M. A.; NOGUEIRA, C. M. M. Bourdieu e a educação. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

TANEGUTI, L. Y. Desenvolvimento, aprimoramento e consolidação de uma educação nacional de qualidade. Brasília: Ministério da Educação/ Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior, 2013.

VALLE, I. R. Uma escola justa contra o sistema de multiplicação das desigualdades sociais. Educar em Revista, Curitiba, n. 48, p. 289-307, abr./jun. 2013.

VARGAS, H. M. Democracia, cidadania e direitos humanos na Educação Superior? In: CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI, 17., 2008, Brasília. Anais... Brasília: CONPEDI, 2008. Disponível em: <[http://www.dhnet.org.br/educar/academia/textos/vargas\\_democracia\\_cidadania\\_ensino\\_superior.pdf](http://www.dhnet.org.br/educar/academia/textos/vargas_democracia_cidadania_ensino_superior.pdf)>. Acesso em: 10 mar. 2017.

VASCONCELLOS, M. D. Pierre Bourdieu: a herança sociológica. Educação & Sociedade, Rio de Janeiro, v. 23, n. 78, p. 77-87, abr. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v23n78/a06v2378.pdf>>. Acesso em: 6 mai. 2014.

ZABLONSKY, M. J. Políticas educacionais de acesso e permanência na Educação Superior: uma trajetória do Brasil e Portugal no campo da Educação Superior. 2015. 197 f. Tese (Doutorado em Educação) - Escola de Educação e Humanidades, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2015.

# PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS (PROUNI) – EXPERIÊNCIAS VIVENCIADAS PELOS ALUNOS DA ESCOLA DE MEDICINA

Solena Ziemer Kusma<sup>1</sup>

## Introdução

Há mais de 50 anos, a Escola de Medicina da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR) vem formando médicos humanistas, com a função principal de cuidar da saúde das pessoas. Há quase 15 anos vem trabalhando no planejamento e implantação de um método próprio de ensinar Medicina. O curso propicia a inserção dos alunos em atividades que os desafiam a assumir seu papel de médico com profunda visão social e desenvolver a liderança que a formação exige. O currículo, ao longo dos seis anos de curso, utiliza metodologias ativas de aprendizagem, com um modelo de Aprendizagem Baseada em Cenários, em que os alunos se deparam com situações semelhantes às que enfrentarão no seu cotidiano, aprendendo técnicas de comuni-

---

<sup>1</sup> Doutora em Odontologia pela PUCPR e Professora do Curso de Medicina da PUCPR.

cação, tomada de decisão e estudo autodirigido. As atividades levam o aluno a aprender a conhecer e respeitar a população a que ele vai servir em sua vida profissional. O curso está comprometido em desenvolver a competência profissional, com profundo conhecimento teórico, com treinamento de habilidades profissionais voltadas para o desenvolvimento de atitudes compatíveis com um profissional moderno e humano (GONZÁLEZ; ALMEIDA, 2010; ESCOLA DE MEDICINA PUCPR, 2016).

De maneira ampliada, os cursos de Medicina em nosso país apresentam características peculiares, como a dificuldade de entrada na universidade por motivo da grande concorrência, período de estudo integral durante seis anos (impossibilitando exercer atividades laborais) e altos valores de mensalidades praticados pelas universidades particulares, inviabilizando o acesso da população em geral.

No primeiro semestre do ano de 2016, o curso de Medicina da PUCPR contou com 1.075 alunos matriculados, entre eles 108 eram alunos bolsistas do Programa Universidade para Todos (Prouni) (10% do total). O programa oferta bolsas que cobrem integral ou parcialmente os custos das mensalidades, para alunos de curso de período integral, e o bolsista recebe um auxílio financeiro simbólico. Em contrapartida, o governo oferece às instituições abatimentos tributários no imposto de renda das pessoas jurídicas, na contribuição social sobre o lucro líquido, na contribuição social para financiamento da seguridade social e na contribuição para o programa de integração. Possui uma política de quotas destinadas aos alunos portadores de necessidades especiais, afrodescendentes ou indígenas, cujas vagas são

distribuídas conforme a proporção dessas populações nos estados (SARAIVA; NUNES, 2011; BRASIL, 2015).

O Prouni engloba diferentes expectativas e interesses por parte dos estudantes, das instituições e do governo. Para os estudantes, apresenta a possibilidade de acesso ao Ensino Superior; para as instituições privadas, possibilita a redução da carga tributária; para o governo, possibilita o desenvolvimento do país, com o aumento de brasileiros no Ensino Superior, e, em consequência, proporciona impactos na diminuição das desigualdades econômicas e raciais (GUARNIERI; MELO-SILVA, 2007; SARAIVA; NUNES, 2011; BRASIL, 2015).

No ano de 2015, completaram-se 10 anos da institucionalização do Prouni, e torna-se necessária uma profunda análise de desempenho do programa social para melhorar os resultados no uso e no controle dos recursos aplicados, sendo preciso avaliar se os programas atendem ou não às necessidades sociais.

Nesse contexto, o Observatório das Juventudes do Instituto Ciência e Fé (ICF) da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), preocupado em potencializar pesquisas sobre Juventudes na Universidade, tem como eixo norteador de pesquisa a condição juvenil, com ênfase para as práticas culturais, biossociais e religiosas. O Observatório ICF demonstrou um interesse em favorecer a investigação e apoiar a divulgação de resultados de pesquisas sobre o tema Políticas Públicas com enfoque nos direitos humanos de acesso e formação no Ensino Superior. Assim, este capítulo tem como proposta apresentar a percepção sobre o processo de inclusão dos alunos beneficiados pelo Programa Prouni da Escola de Medicina da PUCPR, bem como identificar as oportunidades e dificuldades encontradas a partir das experiências vivenciadas por eles.

## Desenvolvimento da pesquisa

A pesquisa foi desenvolvida em três etapas<sup>2</sup>: 1) Identificação dos alunos vinculados ao Programa Prouni da Escola de Medicina da PUCPR; 2) Aplicação de entrevistas individuais, semiestruturadas, com um roteiro preliminar de questões; 3) Realização de grupo focal.

A primeira etapa aconteceu por meio do levantamento de dados dos alunos beneficiados pelo Programa Prouni junto ao Sistema do Suporte Integrado de Gestão Acadêmica (Siga) da Universidade. Esses alunos foram contatados de maneira particular pela professora orientadora do projeto, ocasião em que se apresentaram as propostas da pesquisa a ser realizada: benefícios que os resultados poderiam trazer para o Programa na Universidade, bem como na esfera regional e nacional. Os alunos interessados foram convidados a assinar um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, garantindo o sigilo de identificação dos participantes e das informações a serem compartilhadas, e a participar de uma entrevista individual e/ou do grupo focal.

A segunda etapa da pesquisa aconteceu por meio de entrevista semiestruturada, individual. Foram convidados a participar dessa etapa os alunos beneficiados pelo Prouni que estavam cursando os últimos dois anos da faculdade (alunos do 8º ao 12º período do curso de Medicina). Essa opção foi definida pelo fato de o aluno ter cursado mais da metade da grade curricular. A coleta de informações aconteceu no período de março

---

<sup>2</sup> A pesquisa aqui relatada foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da PUCPR, segundo protocolo CAAE: 54443116.6.0000.0020, parecer de nº 1.474.887.

a maio de 2016. Para a entrevista, o participante foi convidado a uma conversa informal, em uma das salas da Universidade, sendo preservada sua privacidade. O conteúdo do roteiro da entrevista foi dividido em três blocos: a) Socialização e trajetória até o Ensino Médio; b) Processo de admissão no Ensino Superior e permanência no Programa Social; c) Facilidades e dificuldades financeiras no ambiente universitário.

Participaram das entrevistas dez alunos no total. Todas as informações de identificação dos participantes do estudo foram mantidas em sigilo. Para apresentação dos resultados encontrados por meio das entrevistas, os participantes serão identificados como entrevistado 1 (E1), entrevistado 2 (E2) e assim por diante, até o entrevistado 10 (E10).

A terceira etapa da pesquisa aconteceu por meio do desenvolvimento de um grupo focal. Essa atividade tem como objetivo realizar uma reunião com as pessoas que fazem parte do público alvo e a partir do diálogo e debate com e entre eles, coletar informações acerca do tema específico. Participaram do grupo focal cinco alunos do curso de Medicina, sendo eles: dois alunos do 3º período, um aluno do 4º período, uma aluna do 7º período e uma aluna do 8º período. A proposta foi intermediar uma discussão a respeito da identificação de como o programa Prouni se efetiva na Escola de Medicina da PUCPR, quais são as potencialidades e as dificuldades encontradas pelos alunos beneficiados, além de inquirir a opinião sobre como seria possível melhorar a inserção e permanência de alunos bolsistas no Ensino Superior. Para apresentação dos resultados da atividade, optou-se por identificar os participantes como GF1 (par-



ticipante 1), GF 2 (participante 2) e assim por diante, até GF5 (participante 5).

As entrevistas individuais e a atividade do grupo focal foram gravadas com aparelho digital. Além da gravação, foram observadas e registradas as falas, os comportamentos e reações durante a entrevista e o grupo focal. Cada uma das entrevistas individuais teve a duração de 15 a 20 minutos e toda a atividade do grupo focal aconteceu em um único dia, com duração de uma hora e 30 minutos. Em seguida, as falas foram transcritas na íntegra para posterior análise, em que quatro pesquisadores utilizaram diferentes procedimentos inspirados na análise do discurso. Iniciou-se com uma leitura flutuante (pré-análise), exploração do material (releitura e discussão entre os pesquisadores), seguindo a seguinte ordem: a) análise dos principais aspectos da composição lexical; b) análise dos principais temas e figuras (explícitos ou implícitos) dos discursos, inclusive os personagens; c) análise dos principais percursos semânticos estruturados a partir dos temas e figuras; d) análise dos principais aspectos interdiscursivos e intradiscursivos; e) análise dos principais aspectos da sintaxe discursiva e f) análise dos principais aspectos refletidos e refratados nos discursos e tratamento dos resultados (inferência e interpretação).

Para alcance do objetivo proposto, foram destacados os temas principais identificados nas falas com conteúdos convergentes, divergentes e que se repetiam. Assim, foram feitos recortes dos extratos de falas correspondentes a cada tema principal.

## Resultados encontrados

A análise do material empírico está dimensionada em quatro temas principais: 1) Socialização e trajetória até o Ensino Médio; 2) Processo de admissão no Ensino Superior e permanência no Programa Social; 3) Facilidades e dificuldades financeiras no ambiente universitário; 4) Saúde mental.

### Socialização e trajetória até o Ensino Médio

A trajetória de cada indivíduo se dá por meio de escolhas individuais, esforços particulares e oportunidades encontradas. A escolha de uma profissão acontece na transição do final da adolescência para a vida adulta, processo que, em decorrência das grandes transformações físicas e psicológicas, apresenta dificuldades. O adolescente/jovem em processo de transformação se vê em um mundo complexo, no qual precisa definir seu futuro, e, para que isso aconteça, precisa responsabilizar-se, comprometer-se, cumprir certas tarefas de desenvolvimento, entre elas a autorregulação (autocontrole), conseguir independência emocional dos pais e/ou responsáveis, confiar em suas habilidades e definir seus interesses, preparar-se para a vida adulta em um mundo também em rápida metamorfose, com alterações visíveis do dia para a noite (MELO-SILVA; OLIVEIRA; COELHO, 2002). Nesse contexto, observou-se que, no presente estudo, todos os alunos entrevistados individualmente e os que participaram do grupo focal são pessoas que se diferenciaram em sua comunidade local. Existiu um planejamento e esforço individual para que fosse possível concorrer a uma vaga universitária de um dos cursos mais concorridos no Brasil, como mostra a fala

da experiência do entrevistado E3: "Meu modelo nunca foi seguido pelos colegas da minha comunidade".

Apesar de os entrevistados terem feito o Ensino Fundamental em escolas públicas, todos conseguiram obter bolsa em cursos preparatórios para o vestibular ou mesmo durante o Ensino Médio em instituições particulares, por seu excelente desempenho escolar. Para elucidar melhor essa situação, tomamos como exemplo quatro diferentes depoimentos:

- E9: "Eu liguei para todos os colégios particulares de Curitiba e, então, finalmente, eu consegui uma entrevista no Santa Maria, e lá eu consegui a bolsa. Eu fui sozinho na entrevista. Eu lembro que tinha só 15 anos e consegui a bolsa. Eu acho que foi um dos dias mais felizes da minha vida".
- E10: "No Ensino Médio, eu tive o privilégio de estudar em um colégio particular. Eu era bolsista e estudei nesse colégio por indicação. Eu prestei a bolsa e consegui. Era um colégio bom, com material didático do Positivo. Eu senti que isso me ajudou bastante".
- GF4: "Eu sou do estado de São Paulo, interior, e eu escolhi Medicina no primeiro colegial e fazia escola pública. No terceiro colegial eu prestei um concurso de bolsa em escola particular e consegui 100%, fui estudar só para o vestibular".
- GF5: "[...] eu sempre estudei em escola pública... desde criança eu participava das atividades na escola, sempre fui muito esforçada, meus professores sempre me motivaram a estudar Medicina. Só que meus pais não tinham muita condição de bancar um cursinho, aí o que que eu fiz? Eu não sei o que me levou, mas eu estudei Inglês, desde criança eu estudava Inglês

sozinha, consegui bolsa de Inglês e consegui um intercâmbio. A partir desse intercâmbio, quando eu voltei, comecei a dar aula de Inglês em duas escolas. Daí, graças a isso, consegui pagar um cursinho, consegui estudar sem precisar muito dos meus pais. Só que eu não sei se passaria na [universidade] federal, é muito difícil...”.

Assim, fica evidente que o ingresso do aluno na Escola de Medicina demanda esforço individual, persistência e perseverança.

### Processo de admissão no Ensino Superior e permanência no Programa Social

A entrada na universidade não é fácil, principalmente no curso de Medicina. Entram somente os melhores alunos, os mais preparados e selecionados, o que, via de regra, acontece apenas com aqueles que tiveram acesso a um nível educacional de excelência (AVILA; KRAWULSKI, 2011).

Todos os anos, a maioria das universidades divulga a relação de candidatos inscritos por vaga oferecida. Esse número no curso de Medicina é em torno de 60 candidatos-vaga, com pequena variação de acordo com instituições privadas e públicas. A obtenção de uma vaga na universidade é apenas a primeira limitação com a qual o bolsista Prouni se depara. Há várias questões intrínsecas nesse processo envolvendo relações sociais, relações financeiras e relações de aprendizado.

No Brasil, existem constatações da notória diferença de desempenho entre estudantes de escolas públicas e privadas. Em uma pesquisa realizada por dois pesquisadores brasileiros, em 2009, identificou-se que, desde 1995, o desempenho

médio dos estudantes vem apresentando média de queda de 10% ao ano, principalmente quando se trata dos estudantes das escolas públicas, já que estudantes que frequentaram escolas privadas têm maiores chances de entrar no Ensino Superior por meio do vestibular (SAMPAIO; GUIMARÃES, 2009). O relato do participante GF5 corrobora esta constatação: “Estudei o máximo que pude e não consegui passar em Medicina no primeiro ano. Fiz cursinho particular, com bolsa, no mesmo lugar do 3º ano colegial e não consegui passar de novo, nem com o Prouni, nem em alguma pública. Comecei Farmácia com o Prouni, fiz um ano de Farmácia na minha cidade, no interior. Eu sempre quis Medicina, mas não tinha dado certo, fiz dois anos de Farmácia e continuei tentando vestibular nas escolas públicas, não passei. Aí, quando fiz o Enem, cursando Farmácia, a minha nota foi boa e aí consegui a Medicina.... passei aqui...”.

O primeiro ponto abordado foi o preconceito ou resistência entre os colegas de turma em relação ao programa. Todos os entrevistados negaram ter sofrido qualquer tipo de hostilização dessa natureza, como mostra a fala do E4: “Já no primeiro período, a recepção do pessoal foi tranquila. Não tive nenhum julgamento ou nada parecido”. No entanto, o E3 referiu que os colegas por vezes não compreendiam as implicações de ser um bolsista Prouni e as dificuldades ligadas a esse processo: “A partir do momento que você entra, você se dá conta de um muro de coisas que existem na sua vida e que vai ter que pular, que para os outros alunos isso não existe. Isso é o que mais me incomoda até hoje. É um entendimento dos problemas, que ninguém consegue te entender, a não ser

a pessoa que vive a mesma realidade”. O E6 concorda: “Algumas pessoas com quem eu me identifiquei mais, um dos meninos que é um dos meus melhores amigos, era [bolsista] Prouni também, tinha uma vivência semelhante, uma trajetória de vida parecida, então me entendia mais. O restante da turma são pessoas muito diferentes, com prioridades, visões e experiências de vida diferentes e nem sempre abertos a entender outros sentidos”.

Em relação à convivência com os professores, apenas o entrevistado E4 relatou alguma forma de atrito: “Alguns professores já deram alfinetadas, justificando que quem vai mal na faculdade são os alunos do Prouni”. No entanto, essa situação não pode ser extrapolada para o restante dos alunos, já que não narraram experiência semelhante.

Logo no início do curso, alguns entrevistados se depararam com dificuldades para acompanhar a extensa rotina de aulas e cobrança dos professores com atividades extras, contra turno. Assim, foi necessário um tempo de adaptação à nova rotina. Os entrevistados E1 e E6 afirmaram, respectivamente: “No início foi complicado. Eu nunca tive que manter um ritmo na escola pública. Os alunos de escola particular já vêm com um ritmo de estudo, já sabem estudar. E nós, da escola pública temos que aprender sozinhos”; “É um ritmo de estudo muito diferente do que você está acostumado, pois em colégio público não tem cobrança, então você não está habituado a ter um tempo de estudo pré-estabelecido”.

## Facilidades e dificuldades financeiras no ambiente universitário

A Bolsa Permanência é uma ferramenta de auxílio financeiro que tem por finalidade contribuir para a permanência e diplomação dos estudantes com vulnerabilidade socioeconômica. Em 2015, de acordo com o Ministério da Educação, o valor cedido aos alunos do programa limita-se a 400 reais mensais para cursos de no mínimo seis semestres de duração e cuja carga horária média seja superior ou igual a seis horas diárias de aula (BRASIL, 2005, 2015). No entanto, o pagamento do benefício está sujeito à disponibilidade orçamentária financeira do Ministério da Educação (MEC), o que não garante que a bolsa seja distribuída sem atrasos (CARMO et al., 2014).

Esse valor, teoricamente, deveria custear todas as despesas básicas do acadêmico, incluindo transporte, alimentação e moradia. No caso dos alunos do curso de Medicina, o turno é integral, exigindo a permanência no ambiente universitário e hospitalar por tempo maior. Além dos gastos adicionais com alimentação, transporte para diferentes unidades, a compra de jalecos, instrumentos médicos e livros técnicos.

Quando questionados sobre o valor da bolsa, foi unânime entre os participantes dizer que era insuficiente. Para se manterem no curso, obrigatoriamente, todos precisavam de auxílio financeiro de terceiros, seja dos pais, parentes e responsáveis, e seria impossível realizar o curso se dependessem somente da bolsa permanência. O participante E3 foi incisivo em sua opinião: “É uma quantidade irrisória diante das necessidades de um estudante universitário. Você tem que ficar o dia na universidade, tem que comer fora de casa, gastar com xerox, transportes, material, jaleco,

estetoscópio, esfigmomanômetro. O dinheiro não durava até o fim do mês, eu tinha que pedir ajuda pra minha mãe”. O E1 concorda: “A questão financeira é limitada, então eu moro em uma kitnet que é pequena, apertada e não é em um bairro legal. E quanto ao material, a maioria dos livros que eu tenho foram xerox. Basicamente, a bolsa não dá, tem que ter uma ajuda de fora mesmo”.

Um fator não levado em consideração é que, para concorrer às vagas do Prouni, é possível que o aluno não seja da mesma cidade da instituição de interesse. Isso amplifica as despesas do estudante, visto que se somam ao montante de gastos o aluguel da moradia em questão e as contas referentes à água, luz, internet e telefone, conforme dito pelos participantes E2 e E1, respectivamente: “Se a pessoa é de fora, com R\$ 400,00 ela não consegue se sustentar”; “O valor da bolsa não dá nem para comprar um livro, e você ainda tem o aluguel. Acabei abrindo mão de muita coisa que talvez se eu tivesse na minha cidade, em uma universidade pública, eu não precisaria”.

Para driblar os custos com transporte e moradia, os participantes tentaram encontrar moradia em lugares próximos à Universidade. É o exemplo do E5: “Quatrocentos reais não é quase nada, né, é só pra dar um fôlego um pouquinho maior. Eu uso esse dinheiro pra comer, basicamente, daí aluguel é bem difícil aqui em Curitiba, meu pai que tem que pagar. Eu peguei uma kitnet aqui perto, que é um dos alugueis mais baratos da região, mas ainda tem os outros gastos”. De modo semelhante, o E8 diz: “A dificuldade maior aqui era a moradia e alimentação, pois Curitiba é uma cidade maior que Cascavel, aonde eu até conseguia me manter com 400 ou 500 reais, porque lá o aluguel é bem mais barato”.



Outra questão de extrema importância abordada é o transporte. Já não é fácil para estudantes fora do programa a aquisição de um carro e, para alunos bolsistas, então, é praticamente inviável. Não obstante, o curso de Medicina demanda transporte para os diferentes campos de estágio (unidades de saúde, hospitais etc.), muitas vezes no mesmo dia, requerendo do aluno uma maior flexibilidade de locomoção. Além do custo extra exigido do estudante, a localização não é de fácil acesso, o que requer um maior coleguismo dos alunos entre si, conforme afirma o E6: “Os horários, os lugares de aula, as mudanças de um lugar pro outro são bem mais adaptados pra quem tem um carro, aí você depende da colaboração do seu colega pra te dar uma carona”. A maioria dos entrevistados sentiu-se acolhida pelos colegas de sala nesse quesito, como demonstrado pelo E4: “Todos cooperaram entre si, desde o primeiro período é assim”. Mas houve situações em que o aluno experimentou o contrário, como o E6: “A maior parte das pessoas achava ruim ter que desviar um pouco do trajeto pra me deixar num lugar mais próximo pra pegar o ônibus ou passar mais cedo pra me pegar e chegar ao destino. Ainda assim tinha uma resistência, mesmo que a pessoa fosse da sua sala e tivesse os mesmos horários que você”.

## Saúde mental

Sabe-se que a rotina do curso de Medicina, em geral, é bastante estressante, a começar pelo concorrido processo seletivo ao qual tanto alunos bolsistas quanto não bolsistas são submetidos. Desde o início até o final da graduação, há um grande número de atividades acadêmicas, alto volume de informações a serem assimiladas, provas e testes de avaliação, competição

entre os alunos e preocupações financeiras e até mesmo familiares, dificultando uma vida social. Além disso, a profissão futura exige ter que lidar com questões delicadas, como ética médica, pacientes paliativos e até mesmo a morte.

Não é fácil chegar ao final do processo sem impactos sobre a saúde mental. Algum grau de estresse até pode ser considerado normal e inevitável entre os estudantes de Medicina, mas, se extrapolado, gera graves consequências, como o suicídio e abuso de álcool e outras drogas.

Diferentes estudos sugerem que o estresse varia conforme o tempo e o período da graduação (CAVESTRO; ROCHA, 2006; COSTA et al., 2010; LEÃO et al., 2011; COSTA et al., 2014; OKU et al., 2015; ANGKURAWARANON et al., 2016). Uma revisão sistemática levantando dados de 40 artigos desde janeiro de 1980 a maio de 2005 verificou a maior prevalência de depressão e ansiedade, além de maiores níveis de estresse psicológico, entre os estudantes de Medicina de instituições nos Estados Unidos e Canadá, em comparação com a população geral e faixa etária analisada (DYRBYE; THOMAS; SHANAFELT, 2006).

Essa realidade também pode ser aplicada ao nosso país. Um estudo realizado entre alunos da área da saúde (Medicina, Enfermagem, Educação Física e Odontologia) da Universidade de Pernambuco (UFPE) apontou a incidência de transtornos mentais em mais de um terço da população abordada (COSTA et al., 2014). Um estudo da Universidade Federal de Sergipe (UFS) demonstrou uma maior prevalência de transtornos mentais comuns entre os estudantes de Medicina, se comparado à população geral brasileira, além de ser maior do que o veri-

ficado nos estudantes de Odontologia e Enfermagem da UFS (COSTA et al., 2010).

Diante desse quadro, são necessárias medidas preventivas imediatas no quesito da saúde mental dos estudantes de Medicina. A melhora dos programas de apoio psicopedagógico para alunos, palestras sobre estresse e manejo do tempo e discussões entre professores e acadêmicos podem amenizar a ocorrência de transtornos mentais (COSTA et al., 2014; ANGKURAWARANON et al., 2016).

## Propostas para potencializar a qualidade de vida de estudantes bolsistas

A PUCPR é uma instituição que tem princípios atrelados à transmissão de valores, posturas e condutas cidadãs, não somente a transmissão de conteúdos e competências específicas. Assim, por meio do apoio do ICF, diferentes escolas da PUCPR se preocuparam em ouvir os alunos bolsistas Prouni da instituição. Fica evidente que a oportunidade de ter uma bolsa integral no curso de Medicina para alunos provenientes de famílias de baixa renda é uma oportunidade única, visto que isso muitas vezes impacta no futuro financeiro da vida familiar. Em contrapartida, alguns apontamentos feitos pelos participantes do estudo indicam que algumas situações podem ser melhoradas e potencializadas dentro do ambiente universitário.

A realização de um reajuste no valor da Bolsa Permanência mostra-se urgente diante das necessidades enfrentadas pelos alunos participantes do programa. A proposta da Bolsa Permanência é de custear somente as despesas educacionais, quando, no entanto, a partir da experiência relatada pelos entrevistados, deve haver uma ampliação da proposta ao custeio de alimentação e transporte, já que a maioria dos alunos beneficiados se encontra em situação de vulnerabilidade social e econômica.

Outra opção que pode ter sua viabilidade colocada em discussão é a inserção de restaurantes universitários, ao exemplo das universidades públicas, que oferecem alimentação de qualidade por preço justo. No caso das universidades privadas, uma quantia simbólica poderia ser cobrada por refeição, permitindo a manutenção do restaurante e uma facilidade a todos os alunos, independentemente de ser bolsista do Prouni ou não.

A dificuldade de deslocamento dos alunos pelos locais de estágio também deve ser abordada. Uma solução viável seria a criação de um sistema de transporte integrado entre a universidade e os principais hospitais, no caso do curso de Medicina, que resolveria a questão de gastos com estacionamento privados, custos com combustível e excessivas passagens de ônibus. Uma opção a curto prazo também seria a estimulação por parte da Universidade de ações solidárias entre colegas, ajuda mútua, inclusive auxiliando com os custos para todos e a preservação do meio ambiente.

A questão da moradia dos beneficiários do programa não deve ser deixada de lado, pois envolve o maior custo

dos estudantes. No país, já existem programas que servem de inspiração, como a Casa do Estudante Universitário (CEU) da Universidade de São Paulo (USP), que conta com 172 vagas, cuja seleção é anual e leva em conta a situação social e econômica para definir os seus moradores.

Conforme relatado por alguns entrevistados, a dificuldade para acompanhar a rotina de estudo poderia ser solucionada por meio de maior divulgação dos programas já existentes na Universidade sobre métodos e organização de estudo (atendimento psicopedagógico). Isso ajudaria os alunos bolsistas a enfrentarem a maior sobrecarga de conteúdos e aulas ministradas que a vivência universitária exige.

Com os resultados obtidos, percebe-se que os alunos bolsistas do Prouni são diferenciados, que se destacam da maioria em suas comunidades e com esforço conseguem bolsas em instituições de ensino privado. E, só dessa forma, conseguem um ensino de qualidade que pode propiciar o acesso a um dos cursos de graduação mais concorridos, a Medicina. Além disso, os alunos somente conseguem se manter financeiramente com o auxílio de terceiros, já que, como citado anteriormente, as despesas são extensas.

Por isso, é realmente necessária a implantação de algumas medidas, além da realização de mais estudos sobre orçamentos, vivências e experiências do aluno bolsista do Prouni.

## Referências

ANGKURAWARANON, C.; JIRAPORNCHAROEN, W.; SACHDEV, A.; WISETBORISUT, A.; JANGIAM, W.; UAPHANTHASATH, R. Predictors of quality of life of medical students and a comparison with quality of life of adult health care workers in Thailand. *SpringerPlus*, v. 5, p. 584, 2016.

AVILA, G. T. D.; KRAWULSKI, E. Acesso ao Ensino Superior e o projeto de “ser alguém” para vestibulandos de um cursinho popular. *Psicologia & Sociedade*, v. 23, n. 2, p. 350-358, mai./ago. 2011.

BRASIL. Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Lei do Prouni. Institui o Programa Universidade para Todos - Prouni, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no Ensino Superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] União, Brasília, DF*, 14 jan. 2005, seção 1, p. 7.

BRASIL. Ministério da Educação. PROUNI - Programa Universidade para todos. Disponível em: <<http://prouniportal.mec.gov.br/o-programa>>. Acesso em: 23 abr. 2015.

CARMO, E. F.; CHAGAS, J. A. S.; FIGUEIREDO FILHO, D. B.; ROCHA, E. C. Políticas públicas de democratização do acesso ao Ensino Superior e estrutura básica de formação no Ensino Médio regular. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 95, n. 240, p. 304-327, mai./ago. 2014.

CAVESTRO, J. M.; ROCHA, F. L. Prevalência de depressão entre estudantes universitários. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, v. 55, n. 4, p. 264-267, 2006.

COSTA, E. F. O. et al. Common mental disorders among medical students at Universidade Federal de Sergipe: a cross-sectional study. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, v. 32, n. 1, p. 11-19, mar. 2010.

COSTA, E. F. O.; ROCHA, M. M. V.; SANTOS, A. T. R. A.; MELO, E. V.; MARTINS, L. A. N.; ANDRADE, T. M. Common mental disorders and associated factors among final-year healthcare students. *Revista da Associação Médica Brasileira*, v. 60, n. 6, p. 525-530, nov./dez. 2014.

DYRBYE, L. N.; THOMAS, M. R.; SHANAFELT, T. D. Systematic review of depression, anxiety, and other indicators of psychological distress among U.S. and Canadian medical students. *Academic Medicine*, v. 81, n. 4, p. 354-373, apr. 2006.

ESCOLA DE MEDICINA PUCPR. Curso de Medicina - Informações Gerais. Disponível em: <<http://www.pucpr.br/graduacao/medicina/>>. Acesso em: 1 jul. 2016.

GONZÁLEZ, A. D.; ALMEIDA, M. J. Movimentos de mudança na formação em saúde: da medicina comunitária às diretrizes curriculares. *Physis*, v. 20, n. 2, p. 551-570, 2010.

GUARNIERI, F. V.; MELO-SILVA, L. L. Ações afirmativas na Educação Superior: rumos da discussão nos últimos cinco anos. *Psicologia & Sociedade*, v. 19, n. 2, p. 70-78, mai./ago. 2007.

LEÃO, P. B. O. S.; MARTINS, L. A. N.; MENEZES, P. R.; BELLODI, P. L. Well-being and help-seeking: an exploratory study among final-year medical students. *Revista da Associação Médica Brasileira*, v. 57, n. 4, p. 379-386, jul./ago. 2011.

MELO-SILVA, L. L.; OLIVEIRA, J. C.; COELHO, R. S. Avaliação da orientação profissional no desenvolvimento da maturidade na escolha da profissão. *Psic: Revista da Vetor Editora*, v. 3, n. 2, p. 44-53, dez. 2002.

OKU, A.; OKU, O.; OWOAJE, E.; MONJOK, E. An assessment of mental health status of undergraduate medical trainees in the University of Calabar, Nigeria: a cross-sectional study. *Open Access Macedonian Journal of Medical Sciences*, v. 3, n. 2, p. 356-362, jun. 2015.

SAMPAIO, B.; GUIMARÃES, J. Diferenças de eficiência entre ensino público e privado no Brasil. *Economia Aplicada*, v. 13, n. 1, p. 45-68, jan./mar. 2009.

SARAIVA, L. A. S.; NUNES, A. S. A efetividade de programas sociais de acesso à Educação Superior: o caso do Prouni. *Revista de Administração Pública*, v. 45, n. 4, p. 941-964, ago. 2011.

# DESAFIOSE PERSPECTIVAS DO PROUNI ENQUANTO POLÍTICA PÚBLICA DE INCLUSÃO UNIVERSITÁRIA NAS PONTIFÍCIAS UNIVERSIDADES CATÓLICAS DO BRASIL

Cezar Bueno de Lima<sup>1</sup>

Aline do Rocio Neves<sup>2</sup>

## Introdução

Este artigo traz algumas contribuições de um projeto integrante do Programa de Iniciação Científica (Pibic) PUCPR 2015/2016, que teve por objetivo analisar ações desenvolvidas por instituições privadas de Ensino Superior a respeito do acesso, permanência e assistência estudantil, com foco específico nos bolsistas ProUni das universidades católicas brasileiras. Do ponto de vista teórico, o artigo pressupõe a educação como direito humano e aborda o modo como os processos de desigualdade

---

<sup>1</sup> Doutor em Ciências Sociais e Professor do curso de Licenciatura em Ciências Sociais e do Programa de Mestrado em Direitos Humanos e Políticas Públicas da PUCPR.

<sup>2</sup> Graduanda do 7º período do curso de Licenciatura em Ciências Sociais, bolsista no Programa de Iniciação Científica em Sociologia pela PUCPR e bolsista ProUni.



se reproduzem no Brasil, a ideologia da meritocracia socialmente excludente e como o Prouni se insere no contexto de democratização do acesso e permanência estudantil, cujo público-alvo provém de famílias e classes social, econômica e politicamente excluídas da sociedade brasileira. Espera-se que as reflexões e a exposição das informações contidas neste trabalho contribuam para inverter e mitigar uma série de obstáculos relacionados às políticas públicas de acesso e permanência dos estudantes com bolsa Prouni.

## Herança histórica da desigualdade e seu rebatimento no processo de educação brasileira

Diversos estudos – elaborados por autores como Oliveira (2004), Noronha (2009), Souza (2009) – apontam que, desde a época colonial, passando pelo governo imperial, o Brasil foi caracterizado pelo predomínio de padrões educacionais de origem europeia, que podem ser identificados, por exemplo, pela importação de modelos de aprendizagem trazidos de Portugal, de caráter econômico, político e missionário, para fins de aculturação e assimilação dos povos colonizados ou pela imposição de princípios político-religiosos voltados para o exercício da autoridade patriarcal dirigida aos filhos dos colonos e/ou aos “selvagens” nativos. Cabe ressaltar que a experiência racionalizadora de matriz iluminista, expressa na reforma pombalina (1759), teve por escopo instaurar a laicidade e, posteriormente, abrigar, via implementação das aulas régias, a experiência pioneira de ensino

público. É importante lembrar que o acesso público à educação ficou restrito aos filhos dos colonizadores brancos.

A base da produção era garantida pelo trabalho escravo, executado por crianças, mulheres e homens negros oriundos da África, a quem foi negado o direito de acesso ao ensino. Segundo Oliveira (2004, p. 946), “O ensino no período era composto exclusivamente por homens brancos que estudavam em colégios religiosos ou que, devido às condições precárias e de pouca estrutura organizativa das bases educacionais no período colonial, viajavam à Europa”.

Para Noronha (2009), os quatro séculos de experiência escravista no Brasil deixaram suas marcas nos projetos de construção dos processos pedagógicos e, por esse motivo, o país viria a conhecer, nos séculos posteriores, reflexos de enorme relevância acerca do caráter democrático do Estado e das políticas vinculadas ao desenvolvimento da educação formal e profissionalizante brasileira. O modelo de sociedade pré-capitalista fundado sob a lógica do trabalho escravo e políticas de negação de direitos condenou, na época, vastos contingentes da população brasileira a condições desumanas de existência. Segundo Oliveira (2004), algo próximo de 85% da população era analfabeta e ainda não tinha acesso ao ensino formal e superior. O modelo educacional elitista e excludente limitou-se, na maioria das vezes, a conferir acesso e permanência educacional voltada à formação de administradores, políticos, jornalistas e advogados e, desse modo, converteu-se em um elemento poderoso de unificação ideológica da política imperial.

As reflexões do autor são importantes no sentido de explicitar a continuidade dos mecanismos de exclusão que ainda hoje

caracterizam o sistema educacional brasileiro e proporcionam uma sucessão de desigualdades. Para Oliveira:

Todas essas reformas [educacionais], além de frustradas, representaram posições isoladas dos comandos políticos; não foram, em nenhuma hipótese, orientadas por uma política nacional de educação e acabaram por perpetuar o modelo educacional herdado do período colonial. Com isto, podemos afirmar que durante os primeiros anos da República a importação da ideologia liberal atuou de forma difusa: ao mesmo tempo em que validou um arranjo político em favor de uma parte da elite, produziu um imediato ressurgimento das propostas para a adequação da estrutura educacional aos desígnios de uma nova ordem “democrática” em implantação. (OLIVEIRA, 2004, p. 949).

Segundo o autor (2004), a superação do modelo político-pedagógico imperial deu lugar ao projeto pedagógico liberal, em que o pensamento de ascensão social pela via da escola ganha espaço, apesar do abismo econômico estrutural entre os herdeiros das elites dominantes e a população oriunda das classes economicamente desfavorecidas. Apesar disso, a possibilidade de uma estrutura de ensino com bases nacionais ganha mais força, uma vez que a industrialização irá permitir a ascensão das classes médias urbanas.

É oportuno ressaltar que, já a partir do final do século XIX e primeira metade do século XX, a evolução do processo de ensino começa a gerar contornos diferentes no que tange às reformas educacionais, através de ações governamentais. Iniciativas de ensino como a “Escola Nova”, por exemplo, traziam propostas de edificação autônoma do ensino. Nessa direção, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932) define e propõe a renovação na educação nacional, atribuindo maior

responsabilidade da organização do ensino e maior acessibilidade a todos os cidadãos, inclusive espaço escolar reservado aos pobres.

As alterações da configuração econômica, política e social brasileira no período pós-primeira guerra, caracterizadas pela crescente urbanização e industrialização, produziram novas demandas sociais, conferindo lugar e maior protagonismo político às camadas populares e, como consequência, gerando a necessidade de mudanças no sistema educacional. Entretanto, a herança do processo histórico de negação da universalização da educação no Brasil representou uma dívida social e histórica e converteu os desafios de acesso e permanência em um dos maiores problemas a ser enfrentado e superado. Para Lemme (1984, p. 178), a perpetuação dos processos de desigualdade e exclusão social está associada à lentidão e intermitência dos processos de democratização da sociedade e do ensino no país. Sobre esse ponto, é interessante compreender como o sistema escolar corrobora para a reprodução das desigualdades.

O pensamento sociológico contemporâneo de autores como Souza (2009) permite inferir, por exemplo, que a inexistência da igualdade de oportunidades no âmbito escolar é um fator agravante da desigualdade social. Segundo Souza (2009), a estrutura social e o meio em que as crianças crescem e se desenvolvem interferem no seu estado cognitivo e, conseqüentemente, no seu progresso no ambiente escolar. Ao fazer alusão à precariedade da educação pública no Brasil e buscar compreendê-la, o autor sustenta que os reflexos da má qualidade da educação, sobretudo em termos de “insucessos dos desfa-

vorecidos socioeconomicamente”, estão ligados à “desorganização familiar” e a “má-fé institucional” (SOUZA, 2009, p. 281).

Para Souza (2009), uma família “bem estruturada” teria mais chances de transmitir carinho, segurança, autoconfiança às suas crianças, o que acarretaria maior êxito em seu processo de ensino e aprendizagem. A troca simbólica de sentimentos (positivos ou negativos) faz com que a criança seja recompensada através da transmissão de afeto por seus desempenhos escolares. Essa troca simbólica não ocorre, ou não é bem trabalhada, entre famílias empobrecidas, as quais “quase sempre transmitem aspectos negativos e, desta forma, a criança não compreende os incentivos que estão a sua volta visto que não há, por parte dos pais, a legitimação para que isso ocorra”. Para o autor:

Sem confiança no afeto dos pais, ele não pôde adquirir confiança em si mesmo. Sem um ritmo regular de vida doméstica, sem um ambiente seguro e protegido não poderia haver uma rotina para as lições de casa ou para a dedicação a qualquer outra atividade [...]. (SOUZA, 2009, p. 289).

Desse modo, prossegue o autor, é compreensível que as crianças das classes mais baixas, com famílias desorganizadas, não atribuam importância à escola, ou às tarefas escolares, já que, em grande medida, elas reproduzem o comportamento socialmente aprendido, alimentando a crença na incapacidade de aprender e a impossibilidade de progredir em suas trajetórias pessoais e profissionais (SOUZA, 2009, p. 292). Considerando que a sociedade é caracterizada pela produção e reprodução de relações de poder e sabendo que tais relações se manifestam de for-

ma implícita nos diferentes domínios da existência social, é, de igual modo, importante considerar a família e o pertencimento de classe de cada indivíduo em termos de fracasso ou mobilidade social ascendente.

## A escola como fator de democratização do sucesso profissional e da manutenção da meritocracia como ideologia

O pertencimento a determinada classe social, escreve Souza (2009), é um exemplo que pode condicionar um indivíduo ao fracasso ou atribuir-lhe uma “superioridade natural”, oriunda do status de “bem-nascido”. Nas sociedades contemporâneas, comenta o autor, “os privilégios continuam a ser transmitidos por herança familiar e de classe, porém, sua aceitação deriva da crença de que os mesmos não se originam de laços consanguíneos, ou ‘herança’, mas de um ‘mérito’ individual incontestável” (SOUZA, 2009, p. 43). Essa compreensão baliza o conceito usual de meritocracia como forma de legitimar e perpetuar “as desigualdades do modo de produção capitalista”, considerando-a como “privilégio moderno justo [desde que provenha de] esforços individuais” (SOUZA, 2009, p. 43). A meritocracia baseia-se, portanto, no pressuposto da existência de liberdade e igualdade em uma sociedade aberta e democrática.

No caso de uma sociedade formada à base de valores, ideologias e práticas que engendram desigualdades e exclusão, escreve Souza (2009, p. 46), é lícito questionar “o princípio desta suposta igualdade, uma vez que determinamos os indivíduos so-

cialmente”. À medida que não se leva em consideração a dimensão social enquanto aspecto de determinação, incluindo suas condições de existência/subsistência; a meritocracia, enquanto fator de democratização do acesso e mobilidade social, revela seu aspecto puramente ideológico facilitando, inclusive, culpabilizar os socioeconomicamente desfavorecidos pelo seu fracasso. A análise do autor foge do determinismo econômico quando propõe mostrar que o conceito de classe social não se restringe à condição econômica. Ou seja, é preciso considerar as heranças simbólicas, visões de mundo, valores morais e existenciais que são transmitidos por meio dela, tornando possível fazer a “distinção de classe”. O autor discorda do prisma teórico segundo o qual “renda econômica é efeito (resultado do mérito individual), e não a causa das diferenças entre classes” (SOUZA, 2009, p. 46).

Sem ignorar ou desprezar a importância de iniciativas governamentais de democratização da Educação Superior, através da criação de políticas públicas de acesso e ampliação educacional, Souza (2009) admite que a sociedade brasileira reproduz as relações de poder dominantes, e continuará nesse processo até que as causas da dominação e da desigualdade sejam reveladas.

## Os desafios do Prouni no processo de democratização do Ensino Superior no Brasil

Se é certo que a diminuição das desigualdades, que servem de pano de fundo à violação dos direitos humanos e ameaçam fraturar a convivência pacífica da sociedade brasileira, requer um amplo e contínuo processo de democratização da própria

sociedade e de suas instituições, a luta em defesa e promoção de políticas educacionais inclusivas, passando pelo direito universal de acesso e permanência estudantil junto às instituições universitárias, representa uma etapa imprescindível para reverter a desigualdade social, a exclusão social, a naturalização da violência e para promover a afirmação da cidadania. A Unesco defende que o Ensino Superior deve estabelecer ações que vão além da viabilização do acesso,

[...] a fim de educar e formar pessoas altamente qualificadas, cidadãos e cidadãs responsáveis [...]; promover um espaço aberto de oportunidades para o Ensino Superior e para a aprendizagem permanente [...]; promover, gerar e difundir conhecimentos por meio da pesquisa [...]; contribuir para a compreensão, interpretação, preservação, reforço, fomento e difusão das culturas nacionais e regionais, internacionais e históricas, em um contexto de pluralismo e diversidade cultural; contribuir na proteção e consolidação de valores da sociedade, formando a juventude de acordo com os valores nos quais se baseia a cidadania democrática [...]; contribuir para o desenvolvimento e melhoria da educação em todos os níveis, em particular por meio da capacitação de pessoal docente. (UNESCO, 1998).

Nos últimos anos, as políticas públicas governamentais têm viabilizado o acesso ao Ensino Superior e assistência para a permanência dos estudantes de baixa renda nas universidades privadas. O Programa Universidade para Todos (Prouni) foi institucionalizado em 13 de janeiro de 2005 pela Lei nº 11.096 e protagonizou mudanças significativas no Ensino Superior, possibilitando que um número relevante de jovens ingressasse nas universidades. De acordo com os dados disponibilizados pelo

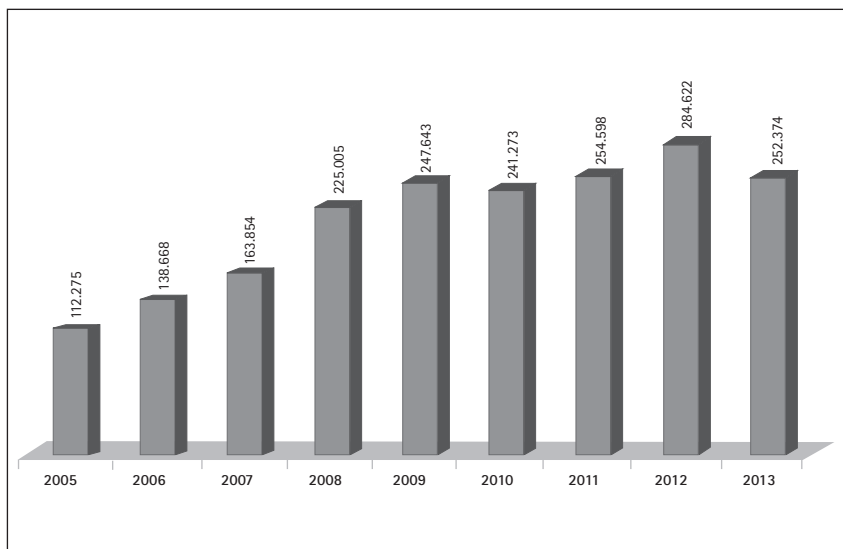


Banco Mundial (2003), as políticas públicas educacionais auxiliavam na redução das disparidades sociais, sendo provável que:

[...] os ganhos em educação também se traduzam em termos de redução da pobreza e das desigualdades, dado que as diferenças de renda no Brasil estão relacionadas, em grande medida, a diferenças de níveis educacionais. A expansão do acesso dos pobres a serviços de infraestrutura (sic) não apenas alivia a pobreza, em sentido amplo, mas também cria as condições para o subsequente (sic) crescimento das rendas familiares (BANCO MUNDIAL, 2003, p. 4).

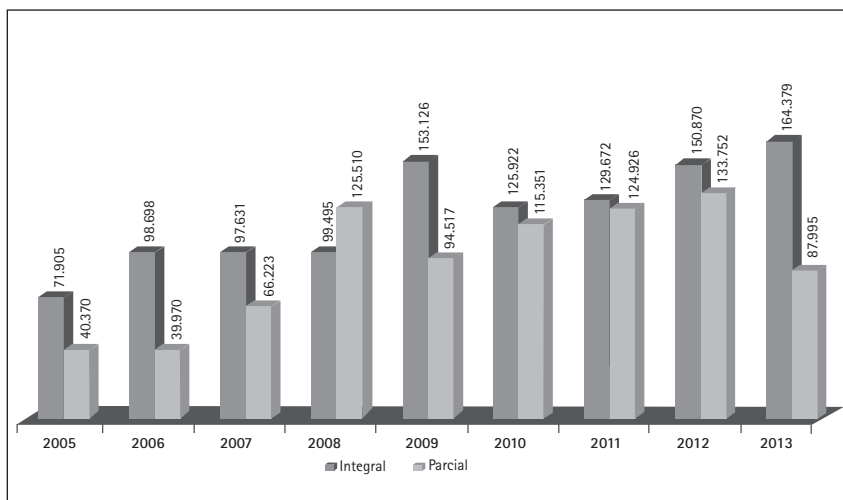
Os gráficos a seguir permitem observar a institucionalização do Prouni no período de 2005-2013 e a ampliação do número de vagas nas modalidades de bolsa integral e bolsa parcial.

Gráfico 1 - Bolsas Prouni ofertadas por ano (2005-2013)



Fonte: Sisprouni (2013); Prouni (2005).

Gráfico 2 - Distribuição de bolsas Prouni por ano e modalidade (2005-2013)



Fonte: Sisprouni (2013); Prouni (2005).

O Gráfico 1 mostra a ampliação do número de vagas Prouni junto às instituições de Ensino Superior privadas. Nesse período, mais de 1,2 milhão de estudantes foram atendidos pelo programa, sendo que 69% dos estudantes beneficiados conseguiram bolsas integrais.

Outro aspecto a ressaltar é que a realidade das instituições privadas de Ensino Superior vem sofrendo profundas transformações diante de público-alvo mais heterogêneo socialmente. No plano das desigualdades relativas à distribuição do capital educacional no seio das famílias brasileiras, o Prouni permitiu que muitos jovens economicamente desfavorecidos fossem os primeiros em suas famílias a ingressarem no Ensino Superior. É provável que o ingresso e a permanência desses jovens, até a conclusão do curso, sirvam como importante mecanismo de

política pública para romper o ciclo de vulnerabilidade e pobreza.

Do ponto de vista da democratização do acesso e permanência escolar, é importante apresentar as condicionalidades adotadas pelo Prouni para a obtenção desse benefício, configurado como política pública governamental.

Entre os critérios de acesso aos cursos de Ensino Superior privado, o Prouni exige que o jovem tenha concluído o Ensino Médio em estabelecimento público de ensino e apresente renda per capita familiar que não ultrapassasse o salário-mínimo vigente. Ao estabelecer tais critérios, o Prouni pode ser configurado como uma política pública de inclusão educacional direcionada aos jovens filhos das famílias de baixa renda, a fim de que tenham possibilidade de ingresso nos cursos de Ensino Superior, antes restritos aos jovens pertencentes às classes médias, que estão em melhores condições de comprar o tempo livre dos seus filhos, garantindo-lhes o acesso privilegiado aos cursos ofertados pelas universidades públicas ou, ainda, pagar mensalidades nos ofertados pelas instituições privadas e custear os gastos com locomoção, alimentação e materiais necessários à formação do educando.

Apesar de o Prouni representar uma iniciativa governamental de política pública inclusiva, o programa é parte de uma política meritocrática. Estabelece, por exemplo, a média adquirida pelo participante no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) como um critério para a candidatura ao curso de sua preferência, já que cada curso possui uma nota de corte, isto é, nota mínima.

Segundo Dubet (2004, p. 540), a existência da “[...] meritocracia escolar justa não garante a diminuição das desigualdades”, uma vez que estas encontram-se previamente estabelecidas em termos de distinção de classe e de relações de poder em que o indivíduo está imerso e se desenvolve. Por isso, o ingresso no Ensino Superior não garante êxito, ao candidato selecionado, no processo de ensino-aprendizagem, considerando que o aluno desfavorecido socioeconomicamente trará consigo o seu capital cultural<sup>3</sup>, social e linguístico que, em muitos casos, reverbera a realidade e o funcionamento cotidiano das instituições educacionais configuradas a partir de valores e políticas pedagógicas de viés elitista.

A esse respeito, é importante mencionar a existência de relações de convivência universitárias desiguais, uma vez que a política de acesso governamental dos estudantes via Prouni superou apenas um dos aspectos de inclusão social relativos aos jovens de baixa renda. A criação da Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, o Estatuto da Juventude, um importante mecanismo legal de garantia e promoção dos direitos juvenis, prevê que “as escolas e as universidades deverão formular e implantar medidas de democratização do acesso e permanência, inclusive programas de assistência estudantil, ação afirmativa e inclusão social para os jovens estudantes” (BRASIL, 2013, art. 13). Entretanto, o Prouni tem “garantido” apenas o acesso, e não a permanência universitária. É oportuno destacar que a igualdade de acesso difere da igualdade de oportunidade, uma vez que esta pressupõe igualdade de condições para permanência estudantil.

---

<sup>3</sup> O capital em geral e o capital escolar são o “produto garantido dos efeitos acumulados da transmissão cultural assegurada pela família e da transmissão cultural assegurada pela escola (cuja eficácia depende da importância do capital cultural diretamente herdado da família)”. (BOURDIEU, 2008, p. 27).

Em relação ao Estatuto da Juventude, é importante frisar que:

Todos os jovens têm direito de viver em um ambiente seguro, sem violência, garantida sua incolumidade física e mental, sendo-lhes asseguradas a igualdade de oportunidades e facilidades para seu aperfeiçoamento intelectual, cultural e social. (BRASIL, 2013, art. 37).

Além disso, a permanência estudantil no curso superior almejado requer, tanto em relação aos estudantes em condições economicamente favoráveis beneficiados pelo Prouni quanto àqueles pertencentes às classes sociais abastadas, uma série de condições adicionais para custear os gastos com locomoção, alimentação, moradia e outras demandas.

## Desafios de perspectivas do Programa Universidade para Todos–Prouni–nas pontifícias universidades católicas do Brasil

A questão norteadora deste capítulo consiste em investigar quais as possibilidades concretas de permanência desses acadêmicos após o ingresso nas universidades católicas brasileiras. Como/em quais condições os estudantes bolsistas do Prouni permanecem nas PUCs para concluir seus respectivos cursos? Quais contrapartidas, em termos de permanência estudantil, as pontifícias universidades católicas brasileiras oferecem para atender aos estudantes prounistas?

No Quadro 1 podemos verificar, entre as universidades pesquisadas, quais possuem políticas de acesso ao Ensino Superior, e, no Quadro 2, podemos verificar quantas possuem políticas de assistência e permanência estudantil.

Quadro 1 - Políticas de acesso ao Ensino Superior (2016)

Instituição Pontifícia Universidade Católica	Políticas de acesso ao Ensino Superior
Paraná	Crédito educacional institucional, bolsas e financiamentos em parceria com o governo federal (Prouni e Fies)
Campinas	Crédito educacional institucional, bolsas e financiamentos em parceria com o governo federal (Prouni e Fies)
Goiás	Crédito educacional institucional, bolsas e financiamentos em parceria com o governo federal (Prouni e Fies)
Minas Gerais	Bolsas e financiamentos em parceria com o governo federal (Prouni e Fies)
Rio de Janeiro	Bolsas acadêmicas (Vice-Reitoria Acadêmica): Bolsa Desempenho Vestibular, Bolsa Prêmio, bolsas acadêmicas em convênio com órgãos governamentais (Prouni e Fies)
Rio Grande do Sul	Proed, CREDPUC, Bolsas PUCRS (Bolsa Mérito, Bolsa Família, Bolsa Diplomados), parceria com o governo federal (Prouni e Fies)
São Paulo	Bolsas e financiamentos em parceria com o governo federal (Prouni e Fies), Bolsa Fundasp, Bolsa Mérito Acadêmico

Fonte: Dados organizados pelos autores.

A leitura do Quadro 1 permite inferir que todas as instituições pesquisadas possuem políticas internas de acesso ao Ensino Superior. É importante mencionar a oferta de Programas de Iniciação Científica e Tecnológica (Pibic) e Iniciação à Docência, cuja remuneração é, à data da elaboração deste ca-

pítulo, de 400 reais mensais, disponível para bolsistas e não bolsistas. Entretanto, apesar do benefício financeiro e da importância do Pibic no processo de formação do estudante de graduação, cabe salientar que a participação nessa modalidade de programa exige do acadêmico dedicação de 20 horas semanais e, por isso, essa modalidade de política científica adotada atende apenas superficialmente à demanda estudantil de bolsistas Prouni. A quantidade limitada de bolsas ofertadas e a condição de estudante trabalhador impedem que muitos bolsistas se enquadrem e participem do Pibic.

Quadro 2 - Políticas de assistência e permanência estudantil (2016)

Instituição Pontifícia Universidade Católica	Políticas vigentes que atendem parcialmente à demanda estudantil	Políticas de assistência e permanência estudantil
Paraná	Programas de Iniciação Científica e Tecnológica e de Iniciação à Docência	Colação de Grau Institucional (sem custos para o formando); Trabalho desenvolvido pela equipe de bolsas de assistentes sociais junto aos bolsistas Prouni; Combos com preços especiais aos bolsistas Prouni nas cantinas da PUCPR; Acolhida às famílias no período de matrícula; Programa de Estudos Habilidades do Núcleo Básico (HNB) para preencher lacunas da Educação Básica junto aos estudantes Prouni; Pastoral da Universidade.
Campinas	Programas de Iniciação Científica e Tecnológica e de Iniciação à Docência	Não possui.

(continua)

(conclusão)

Goiás	Programas de Iniciação Científica e Tecnológica e de Iniciação à Docência	Moradia estudantil: Casa de Estudantes Universitários–CEUII; BolsadelIncentivoàCultura–BIC; Restaurante Universitário.
Minas Gerais	Programas de Iniciação Científica e Tecnológica e de Iniciação à Docência	Não possui.
Rio de Janeiro	Programas de Iniciação Científica e Tecnológica e de Iniciação à Docência	Restaurante Universitário – “Bandejão”.
Rio Grande do Sul	Programas de Iniciação Científica e Tecnológica e de Iniciação à Docência	Restaurante Universitário.
São Paulo	Programas de Iniciação Científica e Tecnológica e de Iniciação à Docência	Restaurante Universitário; Subsídio-Alimentação.

Fonte: Dados organizados pelos autores.

O Quadro 2 evidencia que cinco das sete universidades confessionais em avaliação possuem uma ou mais políticas de assistência e permanência estudantil. Ou seja, as Pontifícias Universidades Católicas brasileiras vêm discutindo e promovendo políticas específicas para melhor atender aos estudantes prounistas.

A PUCPR possui algumas políticas de assistência estudantil que servem de suporte aos estudantes prounistas, com destaque para uma equipe especializada de assistentes sociais. Quando o estudante ingressa na universidade, a instituição oferece uma cerimônia de acolhida à sua família no período de matrícula. Ao término da graduação, a PUCPR viabiliza a colação de grau institucional. No caso das políticas de permanência estudantil, a instituição criou o Programa de Estudos Habilidades do Núcleo Básico (HNB), que funciona como uma espécie de suporte para preencher as la-



cunas da Educação Básica e sanar as dificuldades dos estudantes. Em relação à alimentação, as cantinas existentes no interior da universidade oferecem combos com preços especiais à comunidade estudantil de bolsistas.

Identificar os desafios e as perspectivas do Prouni nas Pontifícias Universidades Católicas do Brasil é uma tarefa complexa e desafiadora, cujos contornos e soluções vão além da pesquisa realizada. Afinal, a realidade social, bem como as demandas estudantis, comporta feições diferentes, como apontam alguns estudos já realizados, incluindo as pesquisas apresentadas neste livro. Isto é, de um estado para outro, de um câmpus universitário para o outro dentro do mesmo estado ou, ainda, entre os cursos existentes no interior de uma mesma universidade, é possível deparar-se com necessidades totalmente diferentes.

Apesar disso, o Quadro 2 mostra que todas as instituições pesquisadas fornecem programas que enriquecem a formação de seus estudantes. A opção em classificar os programas de Iniciação Científica e Tecnológica e de Iniciação à Docência como “Políticas vigentes que atendem parcialmente à demanda estudantil” deve-se ao fato de tais programas exigirem muitas horas de dedicação do estudante. Sua remuneração contribui positivamente para a permanência, porém, não supre todas as necessidades econômicas dos estudantes, tais como os custos com alimentação e com locomoção até a universidade usando transporte público coletivo, recursos para a aquisição de material didático, como livros e apostilas, e acesso a outros materiais. A inexistência ou insuficiência no atendimento às demandas em questão dificulta a vivência do estudante com bolsa Prouni e provavelmente está associada à evasão universitária.

A realização de pesquisas que aprofundem e problematizem as especificidades de cada bolsista Prouni, com foco nas universidades católicas, ajuda a delinear os perfis e as demandas dos estudantes, a fomentar o diálogo e a criar iniciativas que promovam ações efetivas de assistência e permanência estudantil no Ensino Superior.

Para compreender a importância da implantação do Prouni como política pública de inclusão social, não se pode descuidar, como aponta a coletânea dos estudos e pesquisas empíricas neste livro, da existência de diversos fatores que impactam a permanência estudantil de um aluno desfavorecido em uma instituição de Ensino Superior. Cabe ressaltar, ainda, que, além das questões econômicas, há que se observar aspectos sociais que permeiam a vivência estudantil, bem como aspectos relacionados ao desenvolvimento físico, cognitivo e afetivo desse estrato social que compõem a comunidade universitária.

Uma das questões mais importantes no processo de inclusão dos bolsistas Prouni refere-se à abertura de mecanismos democráticos de participação dos jovens na formulação de programas que lhes dizem respeito. Para tanto, o conceito de democracia participativa/deliberativa representa um importante passo.

Segundo Faria (2000), a participação ativa dos cidadãos nas tomadas de decisões remete ao ideal de “soberania popular”. Ao referir-se à democracia deliberativa, a autora afirma que “o processo de decisão do governo tem de ser sustentado por meio da participação dos indivíduos racionais em fóruns amplos de debate e negociação” (FARIA, 2000, p. 47). A vanta-

de popular ou a opinião democrática está associada ao poder político, que monitora e pressiona o sistema em sua totalidade. A partir da teoria da democracia deliberativa, podemos entender que o processo decisório no interior do sistema político subdivide-se em duas esferas: centro e periferia. No centro, localizam-se o núcleo do sistema político e as instituições burocráticas (administração, judiciário, legislativo, partidos políticos) e, na periferia, encontra-se a esfera pública, composta por associações formadoras de opinião (movimentos sociais, sindicatos, igrejas, associações culturais, entre outras), que influenciam a massa populacional.

Para Lima e Silveira (2016), a implementação de políticas públicas sociais perpassa as duas esferas supracitadas e sua efetividade percorre graus de democratização, desde sua criação até a institucionalização. Descentralizar a política é fundamental para que as reivindicações da coletividade possam ser incorporadas de forma participativa.

As políticas públicas de proteção social são orientadas por princípios e diretrizes que demandam o necessário fortalecimento de mecanismos e processos democráticos, construídos a partir de pactos entre os entes federados e materializados nas regulamentações que qualificam a política social na esfera pública estatal, impulsionadas por uma direção política, que enfrentem os constrangimentos da descentralização e da formação social brasileira. (LIMA; SILVEIRA, 2016, p. 157).

Em relação à sociedade e ao Estado brasileiro, o grande desafio para promover políticas públicas sociais de caráter emancipatório deve-se ao fato de a sociedade e o Estado apresentarem:

[...] Marcas históricas que aprofundaram a desigualdade em suas diversas expressões, influenciaram a estruturação de políticas públicas residuais e reprodutoras das relações de poder em sociedade, e ao mesmo tempo constituem o desafio no processo de consolidação dos direitos humanos e fortalecimento de mecanismos democráticos. (LIMA; SILVEIRA, 2016, p. 154).

No caso específico do Prouni, como processo de democratização do Ensino Superior no Brasil, o conceito e a abertura de experiências focadas no aprendizado da democracia deliberativa poderão propiciar a participação dos estudantes bolsistas nos processos de debate, avaliação e tomada de decisão, visando o aperfeiçoamento do Programa enquanto modelo de política pública de inclusão social. Em termos mais amplos, a edificação dos direitos humanos está diretamente relacionada à legitimação dos mecanismos democráticos deliberativos entre os bolsistas, os quais poderão incidir de modo positivo no processo de identificação das causas de desistência e, com isso, garantir a permanência universitária.

## Conclusão

Entre as políticas governamentais de inclusão social vigentes no Brasil, o Prouni representa uma modalidade de política pública com significativo potencial de inclusão e emancipação dos jovens estudantes pobres e em situação de vulnerabilidade social. Entretanto, é preciso ressaltar que a persistência de inúmeros obstáculos, no que tange à permanência com dignidade desses estudantes nos diversos cursos universitários, requer a urgência de pensar e dis-

ponibilizar estratégias para suprir uma série de necessidades estudiantis no âmbito da vivência universitária. Em que pese a existência de um contexto social e acadêmico marcado por desigualdades e assimetrias, os estudantes bolsistas podem, via a conjugação de esforços individuais e institucionais, superar as duras condições de vida de seus familiares e verem seus sonhos realizados. Afinal, o Prouni permite viabilizar o senso autobiográfico, redigir histórias individuais e coletiva, construir projetos de vida, sair da invisibilidade social e afirmar uma cultura de respeito e promoção dos direitos humanos. Sugere-se que a continuidade e o aperfeiçoamento do Prouni estejam vinculados à implementação de instrumentos e fóruns democráticos abertos à participação e à coprodução de decisões partilhadas entre representantes do poder público, as instituições de Ensino Superior comunitárias (PUCs) e os estudantes beneficiados pelo Prouni.

No caso da PUCPR, o Observatório da Juventude, órgão vinculado ao Instituto Ciência e Fé, é responsável pelo projeto Advocacy Prouni, cuja finalidade é desenvolver ações e políticas de acesso e permanência de estudantes bolsistas no Ensino Superior. Essa experiência contribui para a superação de discursos e práticas sociais que veem as políticas públicas como mera “benevolência do Estado”. Nesse sentido, a aproximação entre os objetivos do projeto Advocacy e arenas deliberativas postas ao alcance dos sujeitos interessados, isso é, dos estudantes bolsistas Prouni, constitui um exemplo bem sucedido de democracia deliberativa, em que o processo de interação dialogada entre representantes do poder público, instituições de Ensino Superior e os beneficiários de políticas públicas estudiantis assumem o compromisso democrático de constituir fóruns deliberativos para debater e decidir sobre os problemas que lhes dizem respeito.

## Referências

BANCO MUNDIAL. Brasil: Avaliação da assistência do Banco Mundial ao país. Washington: Banco Mundial; Departamento de Avaliação de Operações, 2003.

BOURDIEU, P. A Distinção: crítica social do julgamento. Porto Alegre: Zouk, 2008.

BRASIL. Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos Prouni, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no Ensino Superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 14 jan. 2005, seção 1, p. 1, 2005. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/lei/L11096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/L11096.htm)>. Acesso em: 15 mai. 2015.

BRASIL. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – Sinajuve. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 6 ago. 2013, seção 1, p. 1.

NORONHA, O. M. Educação e trabalho no contexto histórico da formação da Primeira República no Brasil (1889-1930). In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D.; NASCIMENTO, M. I. M. (Orgs.). Navegando pela História da Educação Brasileira: 20 anos de Histedbr. Campinas: Autores Associados, 2009.

DUBET, F. O que é uma escola justa? Cadernos de Pesquisa, v. 34, n. 123, p. 539-555, set./dez. 2004.

FARIA, C. F. Democracia deliberativa: Habermas, Cohen e Bohman. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, n. 50, p. 47-68, 2000.

LEMME, P. O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova e suas repercussões na realidade educacional brasileira. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, v. 65, n. 150, p. 255-272, mai./ago. 1984.

LIMA, C. B.; SILVEIRA, J. I. Direitos Humanos e Política Social: instrumentos sóciojurídicos não punitivos e mecanismos democráticos. *Revista de Filosofia Aurora*, v. 28, n. 43, p. 147-166, jan./abr. 2016.

OLIVEIRA, M. As origens da educação no Brasil: da hegemonia católica às primeiras tentativas de organização do ensino. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, v. 12, n. 45, p. 945-958, out./dez. 2004.

UNESCO. Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: Visão e Ação – 1998. Conferência Mundial sobre Educação Superior, 9 de outubro de 1998, Paris. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direito-a-Educa%C3%A7%C3%A3o/declaracao-mundial-sobre-educacao-superior-no-seculo-xxi-visao-e-acao.html>>. Acesso em: 15 mar. 2016.

SOUZA, J. *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

# SERBOLSISTANAUNIVERSIDADE: UMA CARTOGRAFIA DAS DIFICULDADESENCONTRADASPOR ESTUDANTESBOLSISTASNA PUCPR – CÂMPUS LONDRINA

Ana Priscilla Christiano<sup>1</sup>  
Marcela Alves de Souza<sup>2</sup>  
Nicoly Martini de Oliveira<sup>3</sup>

Este texto apresenta uma discussão a respeito de algumas dificuldades relatadas por estudantes bolsistas do Prouni matriculados nos cursos de graduação da PUCPR – Câmpus Londrina. Os dados que possibilitaram esta discussão foram obtidos por meio da realização do projeto de pesquisa Dificuldades encontradas por estudantes bolsistas durante a realização do curso de graduação na PUCPR – Câmpus Londrina, proposto por Ana Priscilla Christiano, professora do curso de Psicologia, com a colaboração das estudantes de iniciação científica Marcela Alves de Souza e Nicoly Martini de Oliveira. Inicialmente, faremos uma contextualização de nossa aproximação com o tema da pesquisa. Em seguida, apresentaremos como a pesquisa se delineou e a

---

<sup>1</sup> Professora de Psicologia da PUCPR (Câmpus Londrina).

<sup>2</sup> Graduanda do curso de Psicologia da PUCPR (Câmpus Londrina).

<sup>3</sup> Graduanda do curso de Psicologia da PUCPR (Câmpus Londrina).



forma de tratamento dos dados, para, na sequência, discutir alguns dos aspectos analisados. Por último, apresentamos nossas considerações finais sobre o tema.

## Contextualização do projeto de pesquisa

Assim como as outras pesquisas apresentadas neste livro, a relatada aqui também se encontra vinculada ao Observatório das Juventudes do Instituto de Ciência e Fé da PUCPR. Entretanto, somos o único grupo fora do câmpus sede de Curitiba, e, por isso, faz-se necessário apresentar algumas de nossas especificidades e aproximações com o objeto da pesquisa.

A Pontifícia Universidade Católica do Paraná foi fundada em 1959 na cidade de Curitiba. Atualmente, conta com três câmpus fora da sede: Londrina, Maringá e Toledo.

O Câmpus Londrina foi criado em 2001 e iniciou suas atividades em fevereiro de 2002 no Colégio Marista, com os cursos de Administração, Direito e bacharelado em Sistemas de Informação. Sua instalação atual está localizada na região oeste da cidade, tendo sido inaugurada em março de 2004.

Atualmente, conta com sete cursos de graduação: Administração, Ciências Contábeis, Direito, Engenharia de Produção, Medicina, Psicologia e Teologia. O curso de Psicologia, ao qual as autoras deste capítulo estão vinculadas, foi autorizado em 02 de agosto de 2011 e formará sua primeira turma em 2017. Em nível de pós-graduação, oferece anualmente cerca de dez cursos *lato sensu*.

Passados 15 anos, a PUCPR (Câmpus Londrina) conta com aproximadamente 170 professores e quase 2000 estudantes, dos

quais 380 são bolsistas do Prouni, o que equivale a quase 20% do total de estudantes do câmpus, sem considerar aqueles que possuem financiamento pelo Fies e pela própria instituição, o que aumentaria ainda mais o percentual de alunos que recebem algum tipo de auxílio financeiro.

Uma das preocupações da administração do Câmpus Londrina, em consonância com o Câmpus Curitiba e com os valores do Grupo Marista, tem sido a atenção integral às necessidades dos estudantes durante o tempo em que permanecem vinculados à instituição. Nessa direção, uma série de ações que atendam, de alguma forma, à diversidade de demandas presentes no câmpus têm sido pensadas e executadas por professores dos diferentes cursos, buscando assim a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, ao mesmo tempo em que se preza pelo cuidado com os jovens em processo de formação que passam pela universidade.

No curso de Psicologia, temas como violências do mundo moderno, sistemas de inclusão e exclusão, questões étnico-raciais, educação inclusiva, processos de socialização e integração, entre outros presentes na atualidade, que perpassam pela formação e atuação do psicólogo, têm recebido atenção de professores e estudantes, por meio de projetos de pesquisa, extensão, estágios e trabalhos de conclusão de curso. Foi nesse contexto que surgiu o interesse por conhecer melhor a situação dos estudantes bolsistas da instituição, identificando suas especificidades e propondo alternativas de acompanhamento para uma melhor vivência da graduação.

Não perdendo de vista que o principal meio de conhecer a realidade sobre a qual se quer intervir é a realização de pesquisa, e ainda considerando que o primeiro passo para tal é sempre um levantamento bibliográfico sobre o assunto, entramos em contato

com os dados obtidos pelo projeto Advocacy<sup>4</sup>, que traziam, entre outros aspectos, uma análise quantitativa das dificuldades encontradas pelos estudantes que recebem bolsa Prouni na PUCPR, entre as quais nos chamou atenção a existência de dificuldades de socialização e de aprendizagem.

A análise quantitativa realizada pelo Projeto Advocacy trazia indicadores de que, no Câmpus Londrina, os estudantes bolsistas também passavam por um conjunto significativo de dificuldades, entretanto, os dados não permitiam conhecer as especificidades desse câmpus. Assim, surgiu a proposta de pesquisa que originou as discussões apresentadas neste texto e que teve por objetivo conhecer e analisar qualitativamente algumas das dificuldades dos estudantes que recebem bolsa Prouni na PUCPR – Câmpus Londrina.

Focamos a investigação nas dificuldades de aprendizagem e desempenho acadêmico e também nas dificuldades de socialização e participação na vida universitária. Para este texto, selecionamos as discussões referentes às duas últimas categorias - socialização e participação na vida universitária, que foram obtidas por meio de aplicação de um questionário com questões abertas e fechadas, as quais, mais tarde, foram associadas a outras constatações feitas pelas pesquisadoras durante o processo da pesquisa, tendo como resultado do tratamento dos dados a cartografia que apresentamos neste texto.

Durante o levantamento bibliográfico, enfrentamos certa dificuldade para encontrar estudos sobre o tema, em especial aqueles que abordassem os aspectos subjetivos e de socialização. Em

---

<sup>4</sup> Desde 2012, a Rede Marista de Solidariedade (RMS), em parceria com a PUCPR, desenvolve o Projeto Advocacy do acesso ao Ensino Superior, que inclui uma série de pesquisas quantitativas a respeito das juventudes Prouni da universidade, que subsidiam propostas de intervenção ao programa federal e contribuem com reflexões e novas práticas institucionais em busca da efetivação do direito à educação com qualidade.

sua maioria, os textos traziam análises pautadas em dados objetivos que não permitem uma maior reflexão sobre os processos vivenciados pelos estudantes durante sua vida acadêmica.

Essa dificuldade foi corroborada por Felicetti, Rossoni e Gomes (2012, p. 10-11), quando pesquisaram sobre as causas da evasão de estudantes bolsistas na graduação. Segundo as autoras, é importante que haja mais estudos consistentes que enfoquem temas como abandono, evasão e permanência do corpo discente no meio acadêmico.

Encontramos, ainda, que as dificuldades dos estudantes que recebem bolsa Prouni são muitas e incluem até mesmo condições objetivas para realizar o curso. Uma dificuldade bastante presente é a necessidade de trabalhar, que está diretamente associada à falta de tempo para estudo fora do horário de aula, o que, em tese, resultaria em um melhor desempenho acadêmico, conforme identificaram autores como Carelli e Santos (1998). Outra delas diz respeito ao relacionamento com colegas e professores, por sentir-se “diferente”, ou ainda, experiências reais de exclusão e preconceito, como as relatadas em diversas reportagens e blogs da internet (CARELLI; SANTOS, 1998).

Quanto às dificuldades de aprendizagem, a aquisição de conhecimento no Ensino Superior ocorre, principalmente, mediante leituras, mas, segundo Oliveira e Santos (2005, p. 119 apud GARRIDO, 1988, s.p.), “as evidências apontam que diversos alunos saem do Ensino Fundamental e Médio sem essa habilidade. Tais alunos ingressam no Ensino Superior com sérias deficiências no comportamento de leitura”.

Essas deficiências no comportamento de leitura podem levar a dificuldades nos primeiros anos da graduação, já que o hábito

da leitura e do estudo demora a fazer parte do cotidiano dos estudantes. Carelli e Santos (1998) verificaram que “quase metade dos alunos [...] afirmou não saber estudar e/ou aprendeu a fazê-lo depois da entrada na universidade”. Associada à defasagem, advinda dos tempos do Ensino Fundamental e Médio, está a necessidade de usar o tempo fora da sala de aula para realização de atividades que garantam a sua subsistência, ou o pagamento do restante da mensalidade. Assim, todo o tempo do estudante fica comprometido, acarretando, muitas vezes, em baixo rendimento escolar, desinteresse e até evasão acadêmica.

Autores como Teixeira, Souza e Farias (2012) e Nascimento, Santos e Davoglio (2013) discutem essa problemática. Segundo estes últimos, “[...] a bolsa que isenta o pagamento de mensalidades é muito valiosa e fator decisivo para o ingresso desses alunos na Educação Superior, mas as demais limitações socioeconômicas continuam sendo fator de preocupação e de exigência ao aluno” (NASCIMENTO; SANTOS; DAVOGLIO, 2013, p. 6).

Quanto aos aspectos relacionados à socialização dos jovens que recebem bolsa do Prouni, encontramos a pesquisa realizada por Souza et al. (2015), na qual quase a metade dos entrevistados afirmaram ter se sentido discriminados em algum momento da sua vida universitária. Já Faceira (2009) salientou que os estudantes não relataram dificuldades de interação social, entretanto, deixaram explícita a superficialidade dessas interações e a falta de envolvimento com a vida social da universidade. Carvalho (2007) corroborou esses dados em sua pesquisa, a qual indicou que os estudantes sentem preconceito por parte dos docentes, do pessoal técnico-administrativo e, principalmente, dos próprios colegas.

## Delineando a cartografia como possibilidade de conhecer as dificuldades dos estudantes

As questões norteadoras que surgiram em meio à construção do projeto e ao levantamento bibliográfico estiveram permeadas pela necessidade de conhecer as especificidades desses estudantes. Entre elas estavam questões como: Os estudantes do Câmpus Londrina esperavam encontrar dificuldades no ambiente universitário? Quais? Será que eles também apresentam dificuldades de socialização? E de aprendizagem? Quais são elas? A que atribuem essas dificuldades? Será que encontram relação entre sua condição de bolsista e as dificuldades encontradas? Quais as saídas buscadas para lidar com elas?

Decidimos realizar uma pesquisa exploratória, que nos possibilitasse conhecer algumas das especificidades do Câmpus Londrina. Para responder às questões norteadoras, muitos instrumentos de pesquisa poderiam ser utilizados. Optamos por construir um questionário com questões abertas e fechadas com informações relacionadas às dificuldades de socialização e de aprendizagem, dividido em três partes: uma com os dados iniciais – como idade, gênero, curso, cidade onde o estudante reside, trabalho, estágio e renda atual; outra com dados específicos sobre a socialização do estudante na universidade e um terceiro grupo de questões que abordavam as dificuldades de aprendizagem encontradas.

Foram ainda elaborados os termos de consentimento livre e esclarecido, a solicitação de autorização de acesso a dados sigilosos da instituição e o preenchimento da Plataforma Brasil, para submissão do projeto ao Comitê de Ética em Pesquisa com

Seres Humanos. O projeto foi aprovado sob o número de protocolo CAAE 50457015.7.0000.0020 em dezembro de 2015.

Tivemos como público-alvo os 380 estudantes bolsistas do Prouni da PUCPR – Câmpus Londrina e, após autorização da instituição para acesso aos dados de identificação, entramos em contato via e-mail com todos os estudantes, convidando-os a participarem da pesquisa e solicitando que respondessem ao e-mail para agendamento de um horário com as pesquisadoras/estudantes de iniciação científica.

Esse procedimento foi repetido por três vezes em um intervalo de dois meses. Com aqueles que se disponibilizaram a participar, foram agendados encontros com uma das pesquisadoras em sala reservada e em horário contrário ao das aulas do estudante. Compareceram e responderam ao questionário 20 estudantes. Nesse encontro foram explicados os objetivos da pesquisa e, após sentirem-se esclarecidos e assinarem o termo de consentimento, preencheram, auxiliados pelas pesquisadoras, o questionário.

Entretanto, observamos que os dados mais interessantes não foram aqueles capturados pelo questionário e sim os movimentos realizados durante todo o processo da pesquisa. Trocas de e-mails, encontros nos corredores, comentários. Esse processo chamou a nossa atenção e, como nosso principal intuito era nos aproximar desses estudantes, conhecer um pouco de sua realidade ao longo de sua trajetória de formação, concluímos que não bastava analisar suas respostas, pois tal análise não permitiria contemplar as relações de forças e redes discursivas que se deram durante a “fase de coleta de dados”.

Foi assim que nos aproximamos do método cartográfico e da possibilidade de tratar esses dados como movimentos discursivos dentro de um processo de construção e transformação da realidade e da própria subjetividade de cada estudante. Segundo Kastrup (2015, p. 32):

A cartografia é um método formulado por Gilles Deleuze e Félix Guattari (1995) que visa acompanhar um processo e não representar um objeto. Em linhas gerais, trata-se sempre de investigar um processo de produção. De saída, a ideia de desenvolver o método cartográfico para utilização em pesquisas de campo no estudo da subjetividade se afasta do objetivo de definir um conjunto de regras abstratas para serem aplicadas. Não se busca estabelecer um caminho linear para atingir um fim. A cartografia é sempre um método ad hoc. Todavia, sua construção caso a caso não impede que se procurem estabelecer algumas pistas que têm em vista descrever, discutir e, sobretudo, coletivizar a experiência do cartógrafo.

Um dos principais aspectos que define o método cartográfico está na atenção dada aos movimentos presentes durante a investigação, o que leva à ideia de que uma pesquisa nunca se conclui com a descoberta de verdades não reveladas, apenas mostra processos em constante relação de forças e, por isso, em vias de construção e transformação (KASTRUP, 2015; BARROS; KASTRUP, 2015).

Segundo Barros e Kastrup (2015), quando falamos em processo no método cartográfico, estamos nos referindo à investigação de processos de produção de subjetividade que atravessam a rede informacional da coleta de dados e se emaranham em redes de discursos para além daquilo que é dito formalmente.



A leitura do “território” no qual a cartografia se delinea é feita considerando-o como um organismo vivo e pulsante.

Esse entendimento nos permitiu tratar o questionário como uma das pistas de análise dos processos pelos quais os estudantes da PUCPR – Câmpus Londrina passam durante a realização de sua graduação, e aqui, especificamente, aqueles relacionados às dificuldades de socialização. Outras pistas foram obtidas através das práticas discursivas e não discursivas<sup>5</sup> que atravessaram nosso contato com os estudantes, como o envio e as respostas aos e-mails de solicitação de participação na pesquisa; os agendamentos com as pesquisadoras e suas presenças, ausências e desistências; a preocupação com o sigilo das informações; as conversas informais; as recusas em disponibilizar certos dados.

Em nossa análise, então, consideramos as seguintes afirmações de Barros e Kastrup (2015, p. 73):

A processualidade se faz presente nos avanços e nas paradas, em campo, em letras e linhas, na escrita, em nós. A cartografia parte do reconhecimento de que, o tempo todo, estamos em processos, em obra. O acompanhamento de tais processos depende de uma atitude, de um ethos, e não está garantida de antemão. Ela requer aprendizado e atenção permanente, pois sempre podemos ser assaltados pela política cognitiva do pesquisador cognitivista: aquele que se isola do objeto de estudo na busca de soluções, regras invariantes. O acompanhamento dos

---

<sup>5</sup> Foucault (2008, p. 133) considera os discursos como práticas, já que se referem a “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística dada, as condições de exercício da função enunciativa”. Entretanto, conforme integra aos estudos do saber as relações de poder, junto à análise das práticas discursivas, Foucault propõe a análise das práticas não discursivas, que são compostas por todas as relações travadas nas instituições e no cotidiano do sujeito. Assim, o discurso não deve ser considerado sem que se considerem as condições objetivas de sua formação e, por isso, pode-se falar em um conjunto de práticas discursivas (saber) indissociáveis das práticas não discursivas (relações de poder).

processos exige também a produção coletiva do conhecimento. Há um coletivo se fazendo com a pesquisa, há uma pesquisa se fazendo com o coletivo. A produção dos dados é processual e a processualidade se prolonga no momento da análise do material, que se faz também no tempo, com o tempo, em sintonia com o coletivo. Da mesma maneira, o texto que traz e faz circular os resultados da pesquisa é igualmente processual e coletivo, resultado dos muitos encontros. (grifos dos autores).

Partimos agora para a análise e discussão desse material construído ao longo dos meses de “coleta de dados”.

## Algumas discussões possíveis

Muitas são as leituras e análises para o mesmo material. Optamos, neste texto, por realizar a discussão em três eixos norteadores: a) o território; b) o movimento dos jovens estudantes e suas dificuldades e c) as respostas ao questionário.

### O território

O território é o lugar onde as relações acontecem. Conhecê-lo é de fundamental importância para construir uma cartografia, pois é nele e com ele que se constroem os sujeitos que ali circulam. Para conhecer o território, é necessário habitá-lo e lançar para ele um novo olhar (ALVAREZ; PASSOS, 2015). A PUCPR – Câmpus Londrina também está em processo de construção. Possui um prédio central com três andares, que até pouco tempo atrás era o único espaço da instituição. No térreo estão os setores administrativos, coordenação de cursos, sala dos

professores, lanchonete, biblioteca. No primeiro andar estão as salas de aula, laboratórios de Química, Física e Informática e, no último, mais salas de aula, o setor da pós-graduação e a sala da direção do câmpus. Com a implantação dos cursos de Medicina e de Psicologia, foram construídos, fora do prédio, os laboratórios de Anatomia, Fisiologia, Cirurgia e, ao lado, os laboratórios de Engenharia de Produção. Recentemente, foi inaugurado também o Núcleo de Práticas Psicológicas e o Ambulatório Médico, sendo que o terreno onde será construído o Hospital da Zona Oeste de Londrina está a poucos metros da entrada do câmpus, tendo sido doado pela PUCPR para o governo do estado.

Nesse espaço, circulam colaboradores técnico-administrativos, professores e estudantes dos sete cursos de graduação e de pós-graduações *lato sensu* nos turnos da manhã e da noite, sendo a Medicina o único curso de graduação que ocupa as salas, com aulas regulares, no período da tarde.

Os estudantes chegam em seus próprios carros, com colegas, de ônibus e de vans que se deslocam das cidades vizinhas. Alguns chegam a pé, vindos dos condomínios de apartamentos de um ou dois quartos que foram construídos recentemente no terreno em frente ao câmpus. O estacionamento está sempre cheio, a lanchonete e os espaços de convivência também. A biblioteca recebe muitas visitas ao longo do dia.

Nesse ambiente tão pequeno e com alta concentração de pessoas, muitas se conhecem, se encontram em outros ambientes, conversam, fazem atividades junto à Pastoral Universitária, têm amigos em comum. Um aspecto que chamou nossa atenção é que tanto estudantes quanto professores e colaboradores têm uma forma bastante padronizada de se vestir. Não há grandes

diferenças. Os cabelos, maquiagem das garotas e moletons dos rapazes apresentam semelhanças incríveis. Foi nesse contexto vivo e pulsante que entramos em contato com os estudantes bolsistas do Prouni – na grande maioria, jovens que já havíamos visto pelos corredores da instituição.

### Movimentos dos jovens estudantes e suas dificuldades

Durante o trabalho de pesquisa, seguindo a perspectiva do método cartográfico, a atenção às tessituras do movimento dos sujeitos diz muito sobre sua subjetividade e sobre a relação estabelecida com o espaço pelo qual circulam; no nosso caso, a PUCPR – Câmpus Londrina. Atentar a esses movimentos não é tarefa fácil e implica em observar, através de atenção flutuante, as relações de forças que se estabelecem no território existencial (KASTRUP, 2015). Durante a pesquisa, muitos movimentos aconteceram, entre os quais destacamos alguns.

No primeiro contato com os estudantes, nos surpreendemos com o fato de que, de 380 estudantes contemplados pelo Prouni convidados a participar dos levantamentos de dados, apenas uma pequena parcela respondeu aos e-mails, alguns responderam ao primeiro contato e não responderam mais, assim como alguns não compareceram nos dias agendados para a aplicação dos questionários, apesar de terem confirmado. Foram agendados encontros com os estudantes em horários diversos: no intervalo, antes do horário da aula ou logo após. Outros afirmaram que iriam responder ao questionário, mas desviavam das pesquisadoras, evitavam encontrá-las pelos corredores ou simplesmente não abordavam o assunto.

Entretanto, muitos dos estudantes que responderam ao questionário indicaram amigos que eram contemplados também pela bolsa para responder às questões, informando-nos o número do celular, e-mail e Facebook. É interessante o fato de saberem quem são os bolsistas, mesmo que essa informação seja sigilosa.

Alguns estudantes fizeram perguntas referentes ao significado das palavras presentes no questionário, como por exemplo, a palavra “gênero”. Também ocorreram comentários relevantes dos estudantes durante as respostas aos questionários – por exemplo, um dos jovens, ao falar sobre socialização na universidade, afirmou que “disfarça bem ser bolsista, pois ele se veste bem e igual aos outros estudantes”, o que pudemos associar ao padrão de vestimenta dos estudantes, de comportamento de professores, de relações entre sujeitos e até mesmo de meios de locomoção que observamos.

Outros comentários foram feitos pelos estudantes, elogiando a iniciativa do projeto – de conhecer e trabalhar com os estudantes bolsistas, inclusive se mostrando interessados no andamento e perguntando se haveria divulgação da pesquisa quando finalizada.

Entre tantos encontros e desencontros, 20 questionários foram respondidos. Uma amostra de menos de 10% do público-alvo. Partindo dos movimentos observados durante o processo de coleta dos dados, podemos inferir que essa baixa representatividade esteja relacionada com a dificuldade em expor sua situação de bolsista, resguardando sua identificação, já que a regra, na instituição, é vestir-se e comportar-se o mais parecido com os outros; é melhor perder-se na multidão do que

evidenciar suas particularidades. As respostas ao questionário corroboraram essa inferência.

## As respostas ao questionário

As respostas dadas pelos estudantes ao questionário também compõem esta cartografia. Assim, apresentaremos e discutiremos alguns aspectos do material escrito. Para tanto, algumas linhas discursivas foram traçadas e agrupadas de modo a aproximar e distanciar algumas respostas, na intenção de construir um mapa discursivo das falas dos estudantes.

A primeira linha traçada abarca as expectativas desses estudantes antes da entrada na universidade. Entre suas respostas, estão dificuldade financeira, inclusive para pagar a outra metade da mensalidade, quando recebiam meia bolsa; para comprar materiais de estudo, financiar transporte e alimentação e medo de diversas situações: de sofrer discriminação e exclusão; de ter problemas com os colegas da classe; de não conseguir interagir com os colegas; de não conseguir manter-se na cidade de Londrina; de sofrer preconceito por sua classe social; de não conseguir acompanhar o ritmo de estudos e tirar boas notas; de apresentar atraso com relação ao conteúdo aprendido no colégio; de ter dificuldade com os conteúdos da faculdade pela rasa bagagem trazida do ensino público; de ter dificuldade de adaptação em um ambiente novo, em uma cidade longe da cidade natal; de ter dificuldade de adaptação com os outros estudantes, por ter entrado algum tempo depois do início das aulas; de ter dificuldades de socialização.

Destacamos que, além das dificuldades financeiras e das dificuldades de aprendizagem em decorrência de falhas no Ensino Fundamental e Médio, o que mais preocupava os estudantes era a

possibilidade de sofrerem exclusão, discriminação e algum tipo de preconceito, como um dos estudantes, que trouxe em sua resposta que tinha medo de sofrer “preconceito por ser de uma classe social menos favorecida em relação aos alunos da PUCPR”.

Quando indagados se suas expectativas foram confirmadas, oito estudantes responderam que sim e 12 disseram que não. Essas respostas nos indicam que muitas das dificuldades temidas pelos estudantes têm sido confirmadas durante o dia a dia da vida na universidade, que têm passado por dificuldades financeiras ou de aprendizagem ou por vivências de discriminação, preconceito ou exclusão.

Apesar da pequena amostra das respostas, quando as consideramos junto aos movimentos dos estudantes e da instituição, torna-se explícito que esses jovens têm vivenciado situações difíceis, que muitas vezes passam despercebidas por professores, colaboradores e talvez até colegas e familiares. Sem acompanhamento efetivo, essas dificuldades podem gerar consequências diversas e prejudicar ainda mais a vida desses jovens, o que nos oferece indicativos para a necessidade de que um trabalho seja desenvolvido com os mesmos durante o período em que realizam a graduação.

Uma segunda linha discursiva foi posta em circulação, atravessada pela primeira. Em algumas questões, exploramos os aspectos relacionais desses estudantes com professores e colegas. Entre as respostas, constatamos que parte dos estudantes acredita que tanto colegas quanto professores e colaboradores sabem de sua condição de bolsista, ora porque eles mesmos forneceram essa informação, ora porque acreditam que alguns professores mais atentos percebem, ora porque foram tratados de maneira “diferente” dos demais, ou, ainda, pela forma como os colegas e professores “olham” para eles.

Outras falas, ainda mais significativas, vieram daqueles que acreditam que ninguém sabe de sua condição, como por exemplo: “Não exponho minhas intimidades financeiras e não tenho características que socialmente provocam discriminação (cor de pele e vestimentas)”, ou que, como “não há nenhum tipo de perguntas sobre o assunto, em geral os professores presumem que você é aluno pagante”. Ou ainda: “aparentemente, alunos com uma situação econômica mais favorecida usam roupas e celulares muito caros, porém sempre tentei me vestir ‘bem’ em relação aos demais, tentando me adequar ao contexto”.

Entre as respostas, também houve aqueles que afirmaram não se sentir diferentes dos demais e que acreditavam que ninguém soubesse, já que não viam a necessidade e a “universidade disponibilizar esse tipo de informação aos seus funcionários e professores, [...] parece algo estritamente desnecessário, a não ser que a universidade tivesse interesse em um acompanhamento mais metódico desses alunos”.

Ao analisar essas falas, observamos o quanto é construído um modelo de estudante bolsista, isto é, parece ser necessário se vestir mal e não ter produtos caros e importados. Então, para não se portar assim, esses jovens se esforçam para se “adequarem ao contexto”, na intenção de que, assim, em seu imaginário, ninguém possa perceber ou julgar sua condição financeira.

Por outro lado, existem alunos que consideram que os professores sabem que eles são bolsistas. Sete estudantes responderam que sim para tal pergunta e dois disseram que talvez.

Em meio a todos os “sim” dados como resposta, chamaram nossa atenção as justificativas de dois deles. Em uma, o jovem diz: “Alguns professores, porque já foi perguntado por alguns professores no primeiro dia de aula e precisamos mostrar uma declaração



para todos”. Seria válido investigar qual o tipo de pergunta que foi feita para esses estudantes, já que essa informação é sigilosa e tal indagação seria irregular, o que causou estranhamento para nós pesquisadoras.

Por outro lado, indagamos se o medo da exposição é tanto que o sujeito se sente vulnerável a qualquer tipo de pergunta ou comentário que se refere a esse assunto. Outro estudante justifica: “Sim, pelo modo como eles olham”. Para compreendermos melhor esse aspecto, indagamos: o medo da exposição é que geraria essa sensação? Como é esse olhar que o estudante sente estar voltado para si e como esse estudante esperava ser olhado?

Entre os 20 questionários respondidos, todos declararam ter um excelente ou bom relacionamento com os professores, afirmando, algumas vezes, que estes se mostravam sempre disponíveis para explicar ou tirar dúvidas quando necessário. Já com relação aos colegas, foram 17 respostas entre bom e excelente e três, regular.

As justificativas para a boa relação entre os alunos não variaram muito; os discentes, em sua maioria, responderam que o diálogo é bastante importante para que haja interação. Entretanto, apenas um estudante se referiu à receptividade dos colegas como ponto importante. Todos os outros focaram suas respostas em suas atitudes e comportamentos, como por exemplo, a sua simpatia, facilidade de comunicação ou sua postura de liderança. Desta forma, apesar de considerarem a interação importante, a maioria das respostas não incluiu as características de receptividade e aceitação da turma para que esta ocorra, focando apenas naquilo que eles mesmos têm ou deveriam ter para garantir que esta interação ocorra.

Alguns comentaram sobre o respeito existente entre os grupos, mesmo que não tivessem tantas afinidades uns com os outros;

ponto importante, já que, entre as expectativas dos estudantes, estava, justamente, o medo da exclusão e do preconceito. Entretanto, não deixaram de dizer sobre as divisões de grupos, as chamadas “panelinhas”, que, muitas vezes, segundo eles, contribuem para a exclusão de alguns e o mau relacionamento entre pessoas da mesma sala. Entre as respostas, uma disse não se relacionar bem com os colegas e justificou sua resposta afirmando que é “pela forma como eles tratam os bolsistas”.

Ainda nessa linha, investigamos como esses estudantes resolvem os conflitos que surgem em sua vida universitária. Em sua maioria, as saídas encontradas envolvem diálogo e tentativa de argumentação. Foi possível observar que muitos deles procuraram conversar e entender o motivo da discussão para poder opinar. Alguns contaram que, por assumir papéis de liderança, precisavam sempre se posicionar diante do assunto. Entretanto, alguns relataram a busca por não se envolver em situações de conflito, ignorar e procurar a coordenação do curso.

A terceira e última linha quanto às dificuldades de socialização tratou das limitações quanto à participação em atividades propostas pela universidade. Dezesseis estudantes declararam não perceber limitações desse tipo e apenas quatro apresentaram respostas positivas, nas quais a questão financeira foi a principal justificativa, seguida pela necessidade de trabalhar no contra turno das aulas. Em uma das respostas, o estudante considerava que não conseguia participar das atividades propostas pela universidade por “não dispor do mesmo nível econômico dos demais estudantes para arcar com as despesas”, o que novamente remete à ideia de que existe a comparação com outros estudantes e a crença de que estes têm, de fato, condições financeiras para pagar atividades diversas.

## Algumas considerações possíveis

A pesquisa aqui sintetizada possibilitou uma aproximação com as dificuldades e as especificidades das condições dos estudantes que recebem bolsa do Prouni na PUCPR – Câmpus Londrina. O acompanhamento dos movimentos discursivos e não discursivos durante a pesquisa, entendida aqui como um processo que resultou em uma cartografia, nos ofereceu condições de constatar a necessidade de que, junto à efetivação de políticas afirmativas, como o Prouni, desenvolvam-se na universidade serviços de atendimento e acompanhamento a esses estudantes, para que sejam criadas condições de permanência e conclusão da graduação.

Além da relação direta com as políticas de educação, este estudo contribui com a produção de conhecimento nessa área, que, conforme foi constatado no levantamento bibliográfico, é precária, e necessita urgentemente de mais estudos e pesquisas. Essa constatação foi corroborada por Felicetti, Rossoni e Gomes (2012, p. 10-11), quando afirmam que há:

[...] a importância de estudos consistentes que enfoquem a questão do abandono, ou seja a evasão dos bolsistas Prouni, a fim de se analisar a viabilidade deste Programa de ação afirmativa, não só na garantia de ingresso ao Curso Superior, como também na permanência do corpo discente no meio acadêmico e em extensão a graduação.

Como desdobramento dessa pesquisa, foi proposto um projeto de criação e implantação de um programa de atendimento e acompanhamento dos estudantes bolsistas na PUCPR – Câmpus Londrina, em consonância com a política de inclusão e inserção social que vem sendo proposta e incentivada pelo MEC e desen-

volvida e implantada na PUCPR. Esse projeto foi aprovado e contemplado com financiamento da PUCPR e está, atualmente, em fase de implantação.

## Referências

ALVAREZ, J.; PASSOS, E. Cartografar é habitar um território existencial. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2015. p. 131-149.

BARROS, L. P.; KASTRUP, V. Cartografar é acompanhar processos. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2015. p. 52-75.

CARELLI, M. J. G.; SANTOS, A. A. A. Condições temporais e pessoais de estudo em universitários. *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 2, n. 3, p. 265-278, 1998. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pee/v2n3/v2n3a06>>. Acesso em: 15 fev. 2016.

CARVALHO, J. C. O Prouni como política de inclusão: estudo de campo sobre as dimensões institucionais e intersubjetivas da inclusão universitária, junto a 400 bolsistas no biênio 2005-2006. In: REUNIÃO CIENTÍFICA DA ANPED, 30., 2007, Caxambu. Anais... Caxambu: ANPED, 2007. Disponível em: <<http://30reuniao.anped.org.br/trabalhos/GT11-3336-Int.pdf>>. Acesso em: 07 nov. 2016.

FACEIRA, L. S. O Prouni como política pública em suas instâncias macro-estruturais, meso-institucionais e microssociais: pesquisa sobre a sua implementação pelo MEC e por duas universidades na Região Metropolitana do Rio. 229 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

FELICETTI, V. L.; ROSSONI, J. C.; GOMES, K. A. Prouni: análise de teses do banco de dados da CAPES (2007-2011). In: CONFERÊNCIA LATINOAMERICANA SOBRE EL ABANDONO EN LA EDUCACIÓN SUPERIOR, 2., 2012, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre: PUCRS, 2012. p. 1-12.

FOUCAULT, M. A arqueologia do saber. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

KASTRUP, V. O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2015. p. 32-51.

NASCIMENTO, L. M.; SANTOS, B. S.; DAVOGLIO, T. R. Desafios à permanência dos alunos de Prouni no curso de Pedagogia: uma análise qualitativa. In: CONFERÊNCIA LATINOAMERICANA SOBRE EL ABANDONO EN LA EDUCACIÓN SUPERIOR, 3., 2013, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre: PUCRS, 2013. p. 1-9.

OLIVEIRA, K. L.; SANTOS, A. A. A. Compreensão em leitura e avaliação da aprendizagem em universitários. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 18, n. 1, p. 118-124, jan./abr. 2005.

SOUZA, C.; PRADO, C.; BRASCA, G.; MONTANS, J.; XAVIER, S. O Prouni e suas faces: os desafios da inclusão em uma sociedade excludente. 2015. 27 f. Relatório de Pesquisa (Disciplina de Modelos de Investigação) - Curso de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

TEIXEIRA, P. L. F.; SOUZA, M. G.; FARIAS, M. A. O analfabetismo funcional em alunos universitários. In: CONGRESSO NORTE E NORDESTE DE PESQUISA E INOVAÇÃO, 7., 2012, Palmas. Anais... Palmas: IFTO, 2012. p. 1-5.

# AS POLÍTICAS DE ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR E OS DESAFIOS DO PROCESSO DE FORMAÇÃO

Maria Lourdes Gisi<sup>1</sup>

Estamos longe de um cenário em que a educação seja vista como formação integral, que inclui o pensamento crítico, a capacidade de ler o mundo, de indignar-se com as injustiças, reconhecer e se alegrar com as manifestações de inovação e criatividade dos seres humanos, ou seja, de refletir de maneira autônoma.

GHON (2011, p. 349)

---

<sup>1</sup> Professora Titular do Programa de Pós-Graduação em Educação da PUCPR. Bolsista Produtividade da Fundação Araucária/PR – Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná.

# Introdução

Este estudo busca discutir as políticas de acesso e permanência e o processo de formação na Educação Superior, tomando como foco de análise<sup>2</sup> a “contrária dimensão do ideal de igualdade – ‘igualdade de oportunidades’ e ‘igualdade de resultados’”<sup>3</sup>, já que a oferta de vagas pode não significar o acesso, a permanência e a conclusão com sucesso.

A ampliação de vagas, quer seja em instituições públicas ou em instituições privadas, não tem sido suficiente para atingir as metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação 2014-2024, no qual se propõem 33% de matrículas na Educação Superior de jovens de 18 a 24 anos (BRASIL, 2014), tampouco os programas de bolsas e auxílios aos estudantes, no que se refere à permanência. Além dessa problemática, o processo de formação também requer atenção especial, considerando os desafios existentes na sociedade atual.

Ao longo das últimas décadas, tem-se observado um extraordinário desenvolvimento científico e tecnológico e uma mudança significativa na organização e operacionalização do trabalho. Nesse contexto, o conhecimento passou a ser considerado requisito fundamental para que empresas e instituições adquiram vantagem competitiva, exigindo a ampliação do acesso e a formação de competências específicas, alinhadas às necessidades do mercado de trabalho. Nessa perspectiva, embora imprescindível, o diploma não seria suficiente,

---

<sup>2</sup> Trata-se de analisar políticas educacionais para a Educação Superior como políticas públicas de corte social.

<sup>3</sup> Draibe (1990, p. 4, grifos da autora), quando se refere às respostas dadas pelos países para as políticas de bem-estar social, utiliza as concepções de justiça e igualdade, segundo a dupla e contraditória dimensão de ideal de igualdade – “igualdade de oportunidades” e “igualdade de resultados”.

o que indica a necessidade de uma formação que contemple novas habilidades, próprias dos avanços ocorridos na sociedade contemporânea.

Tais avanços, de acordo com Ferreira e Oliveira (2011, p. 39-40), vêm “[...] evidenciando mudanças significativas nas concepções e nos papéis sociais que desempenham” as universidades na chamada sociedade do conhecimento, um movimento internacional cujo pressuposto é que “[...] sociedade e economia devem estar assentadas no conhecimento como estratégia de competitividade, tanto no cenário local como no regional e no internacional” (FERREIRA; OLIVEIRA, 2011, p. 39-40).

Assim, a partir da década de 1990, são propostas reformas para a Educação Superior que somente podem ser compreendidas considerando a conjuntura econômica, política e social e a sua influência nas políticas educacionais em todos os países. No Brasil, tais reformas tiveram como preocupação a adequação às políticas emanadas dos organismos internacionais, com foco na formação de competências, o que pode ser observado nas diretrizes curriculares nacionais. Segundo Lima (2013, p. 2), essa ênfase teve relação, principalmente, com a realização da Conferência Mundial sobre o Ensino Superior, realizada em 1998, em Paris, um marco para o debate ao denunciar a inadequação da Educação Superior diante de um mundo globalizado e da reestruturação econômica. É nesse contexto, também, que são propostos programas para a ampliação do acesso e a permanência nesse nível de ensino.

A partir das considerações apresentadas, surge o questionamento: como vêm sendo efetivados o acesso, a permanência e a formação de jovens na Educação Superior? Com



o objetivo de analisar esse processo é que se buscou realizar uma pesquisa junto a professores de diferentes instituições privadas de Curitiba<sup>4</sup>.

## Metodologia

Desenvolvida a partir de análise documental e grupo focal, optou-se, neste estudo, por uma pesquisa qualitativa que, de acordo com Giroulx (2010), possibilita o emprego de novas perspectivas e interpretações mais próximas dos contextos das situações, trazendo novos esclarecimentos; embora dados quantitativos, divulgados por organismos nacionais e internacionais sobre a temática, também sejam considerados.

A análise documental foi realizada com base em documentos oficiais, legislação vigente e dados em relatórios disponibilizados por organizações governamentais, tais como MEC/Inep e IBGE. Segundo Cellard (2010), na pesquisa documental, é fundamental avaliar a credibilidade e a representatividade dos documentos, o que exige esforço no reconhecimento de fontes potenciais para uma rigorosa seleção da informação.

O estudo mediante a técnica de grupo focal – que propicia o aprofundamento de um tema, assim como contribui para novas ideias – foi realizado com o objetivo de conhecer as percepções dos professores sobre a temática investigada, com dois grupos de diferentes áreas de conhecimento, o que favoreceu a expressão de diferentes pontos de vista. Os professores participantes da pesquisa atuam em instituições privadas de Educação

---

<sup>4</sup> Neste trabalho constam apenas os depoimentos de nove professores da PUCPR.

Superior de Curitiba e o requisito para participar foi estar atuando na sua área profissional há no mínimo três anos e ter disponibilidade para os encontros. Os dados foram coletados a partir da discussão sobre o tema, em dois momentos com duração de uma hora e meia com cada grupo, tomando-se o cuidado em criar um ambiente propício, sem que os participantes se sentissem pressionados (GATTI, 2005; IERVOLINO; PELICIONI, 2001).

A coordenadora da pesquisa atuou como moderadora e os relatos foram gravados para posterior análise de conteúdo. O primeiro grupo foi realizado no segundo semestre de 2015 e o segundo grupo, no primeiro semestre de 2016. Dois estudantes<sup>5</sup> participaram como observadores.

Os dados foram analisados com base em Bardin (2011, p. 134-135), mediante análise temática, que é “a unidade de significação que se liberta naturalmente de um texto segundo certos critérios relativos à teoria que serve de guia à leitura [...]”.

## Caracterização dos participantes da pesquisa

Apresentam-se, a seguir, os resultados obtidos junto aos professores do grupo focal, indicando inicialmente a caracterização dos participantes. No Quadro 1, a formação acadêmica evidencia que todos possuem graduação e mestrado em diferentes áreas; quatro são doutorandos em Educação, um é doutorando em Física e outro, em Matemática Aplicada; três são doutores em Educação e um é doutor em Educação e em Ciências Sociais.

---

<sup>5</sup> Otavia Kreitlow Basso e Andrey Alves Kochake, estudantes de iniciação científica (Pibic) da PUCPR participaram de todas as etapas de realização do grupo focal.

Quadro 1 - Formação acadêmica dos participantes

PARTICIPANTES	GRADUAÇÃO	ESPECIALIZAÇÃO	MESTRADO	DOUTORANDO	DOUTORADO
A	• Zootecnia	• Agronegócio • Tutoria de Educação à Distância	• Educação		
B	• Economia	• Administração	• Administração	• Educação	
C	• Relações Públicas	• Marketing Avançado	• Educação		• Educação
D	• Medicina Veterinária • Licenciatura em Biologia • Pedagogia	• Metodologia do Ensino de Biologia	• Tecnologia em Saúde	• Educação	
E	• Física		• Física	• Física	
F	• Educação Física	• Administração Esportiva	• Educação Física	• Educação	
G	• Pedagogia	• Metodologia de Ensino	• Educação		
H	• Geografia	• Geografia Humana • Antropologia Cultural	• Educação		• Educação
I	• Engenharia Civil	• Administração	• Educação		• Educação
J	• Pedagogia		• Educação		• Educação

(continua)

(conclusão)

L	<ul style="list-style-type: none"><li>• Filosofia</li><li>• Direito</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Metodologia do Ensino</li><li>• MBA em Gestão</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Educação</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Educação</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Ciências Sociais e Educação</li></ul>
M	<ul style="list-style-type: none"><li>• Matemática</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Educação Matemática</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Métodos Numéricosem Engenharia</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Matemática Aplicada</li></ul>	
N	<ul style="list-style-type: none"><li>• Ciências Sociais</li><li>• Arte: Educaçãoem Música</li><li>• Estudos Sociais</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Pesquisa Educacional</li><li>• Gestão em Educação Superior</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Educação</li></ul>		<ul style="list-style-type: none"><li>• Educação</li></ul>

Fonte: Elaborado pela autora (2016).

O Quadro 2 apresenta dados relacionados às experiências anteriores e à função ou ao cargo que cada participante estava exercendo.

Quadro 2 - Atuação profissional dos participantes

PARTICIPANTES	EXPERIÊNCIASPROFISSIONAIS ANTERIORES	FUNÇÃO/CARGO ATUAL
A	<ul style="list-style-type: none"><li>• BANCÁRIO</li><li>• ZOOTECNISTA</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• PROFESSOR DE ZOOTECNIA</li><li>• COORDENADOR DE CURSO</li></ul>
B	<ul style="list-style-type: none"><li>• EXECUTIVO</li><li>• CONSULTOR</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• PROFESSOR DE ECONOMIA</li><li>• CONSULTOR</li></ul>
C	<ul style="list-style-type: none"><li>• EXECUTIVO</li><li>• PROFESSORUNIVERSITÁRIO</li><li>• MINISTÉRIO DA MARINHA</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• PROFESSOR DE RELAÇÕES PÚBLICAS E JORNALISMO</li></ul>

(continua)

(conclusão)

D	<ul style="list-style-type: none"><li>• PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• PROFESSOR DE PEDAGOGIA E DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU</li></ul>
E	<ul style="list-style-type: none"><li>• PROFESSOR UNIVERSITÁRIO</li><li>• UTFPR/CEFET</li><li>• PROFESSOR NA EDUCAÇÃO BÁSICA</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• PROFESSOR DE FÍSICA</li></ul>
F	<ul style="list-style-type: none"><li>• GESTÃO PÚBLICA DE ESPORTE E LAZER</li><li>• PROFESSOR DA REDE PRIVADA</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA</li></ul>
G	<ul style="list-style-type: none"><li>• PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• DIRETOR DE INSTITUTO DE PÓS-GRADUAÇÃO</li></ul>
H	<ul style="list-style-type: none"><li>• PROFESSORA NO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO</li><li>• ASSESSORIA EM EDUCAÇÃO</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• PROFESSORA DO MESTRADO E LICENCIATURAS</li></ul>
I	<ul style="list-style-type: none"><li>• PROFESSOR DA EDUCAÇÃO BÁSICA E UNIVERSIDADE PRIVADA</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• PROFESSOR PESQUISADOR</li><li>• COORDENADOR DE INTERCÂMBIO</li></ul>
J	<ul style="list-style-type: none"><li>• PROFESSORA DO ENSINO BÁSICO</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• PROFESSORA DE PEDAGOGIA</li></ul>
L	<ul style="list-style-type: none"><li>• PROFESSOR</li><li>• COORDENADOR DE CURSO</li><li>• DIRETOR DE ENSINO</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• DIRETOR DE ENSINO DE FACULDADE DE PEDAGOGIA</li></ul>
M	<ul style="list-style-type: none"><li>• TÉCNICO EM TELECOMUNICAÇÕES</li><li>• MICROEMPRESÁRIO</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• PROFESSOR DE MATEMÁTICA</li></ul>
N	<ul style="list-style-type: none"><li>• PROFESSORA DA EDUCAÇÃO BÁSICA E ENSINO MÉDIO</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• COORDENADORA DE CURSO</li><li>• PROFESSORA DE CIÊNCIAS SOCIAIS</li></ul>

Fonte: Elaborado pela autora (2016).

## Percepções sobre o acesso, a permanência e o processo de formação

A partir dos depoimentos obtidos junto ao grupo focal, foram identificadas as seguintes categorias: Acesso à Educação Superior; Qualidade da Educação; Desmotivação dos alunos e Políticas educacionais.

Acesso à Educação Superior. O acesso à Educação Superior ainda é para poucos, como explica Oliveira (2013, p. 273):

A história do acesso à Educação Superior no Brasil revela uma tensão permanente entre continuidade e ruptura com os mecanismos de seletividade social, mas com prevalência da continuidade dos modelos ou processos de seleção dos melhores, segundo as capacidades individuais, ainda que embasado, em geral, no discurso da igualdade de oportunidades e mesmo da democratização do acesso.

Assim, os esforços para ampliar o acesso à Educação Superior, como os programas de cotas e o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), destinado aos estudantes de instituições públicas federais e, ainda, o Prouni e Fies em instituições privadas, não conseguem resolver o problema do acesso, que tem suas raízes na Educação Básica e na situação econômica das famílias.

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic), o Programa de Monitoria e o Programa de Iniciação à Docência (Pibid) também, de alguma forma, contribuem para a permanência e a melhoria da aprendizagem, mas ainda são poucos os estudantes matriculados na Educação Superior – apenas 21,2% dos jovens na faixa etária de 18 a 24 anos, de acordo com os dados

do Censo da Educação Superior, relativos à taxa líquida de 2015<sup>6</sup> (BRASIL, 2016). Tais esforços são insuficientes, como já mencionado, pois muitos jovens nem conseguem terminar o Ensino Médio ou não tiveram oportunidade de adquirir os conhecimentos necessários para o acesso e a permanência nesse nível de ensino.

Não se pode negar, porém, o impacto desses programas para aqueles estudantes que têm dificuldades para pagar as mensalidades e não conseguiram vaga em uma instituição pública.

Houve um acréscimo, os alunos têm mais oportunidades pelas políticas de acesso como o Prouni e o Fies, este último possibilita maior acesso, pois não exige que o aluno tenha estudado em escola pública. (C)

A permanência dos estudantes na Educação Superior depende de vários fatores, sendo o financeiro um dos mais importantes; mas, as dificuldades de aprendizagem também se constituem em motivo significativo, como afirma o participante (J):

[...] encontrei um aluno de Química [...] e perguntei por que ele tinha saído, ele disse que não estava conseguindo acompanhar os conteúdos, porque o que ele teve de Química no Ensino Fundamental e Médio foi muito fraco. (J)

Outro fator relacionado à evasão refere-se aos alunos que entram pela segunda chamada, o que não é, em geral, em uma opção desejada, como indica a participante (N), que afirma:

[...] aluno fica animado porque tem vaga [...] ao decorrer do curso ele vai vendo que não é o que ele queria. (N)

<sup>6</sup> Taxa de escolarização líquida se refere ao percentual de estudantes de 18 a 24 anos, matriculados na Educação Superior, comparado com a proporção que essa faixa representa na população total. No Paraná, esta taxa é de 21,39% (BRASIL, 2015).

Em relação, especificamente, aos alunos bolsistas Prouni, tem-se constatado que, de modo geral, o rendimento é igual, ou, às vezes, melhor que o dos alunos não bolsistas, como indica a participante (H). Muitas vezes, os professores não sabem quem é bolsista, somente quando eles mesmos se identificam ou quando entram, posteriormente, em segunda chamada. De acordo com as respostas dos professores, esses estudantes apresentam mais dificuldades de aprendizagem no início, mas são muito esforçados, conforme indica (F): “Eles têm alguns problemas para acompanhar [as aulas], mas o rendimento muitas vezes é igual”, e segundo o participante (B): “Eles têm dificuldades, o que é superado pelo esforço” e o participante (E): “São alunos mais esforçados, buscam entender e compreender mais, são mais interessados”. E, ainda, o participante (C): “São mais fracos na entrada, mas crescem durante o curso”. Pelas respostas dos entrevistados, percebe-se que são estudantes que não possuem as mesmas oportunidades de acesso aos bens culturais (BOURDIEU; PASSERON, 2014) dos demais colegas, o que dificulta o acompanhamento das aulas. Para melhorar essa situação, o participante (C) considera que se faz necessária a atuação do professor no sentido de incentivar esses estudantes a participar ativamente em todos os momentos da aula, pois, muitas vezes, retraem-se.

Em relação às dificuldades econômicas, na maior parte das vezes, somente estar isento de pagar as mensalidades não é suficiente, como indicou a participante (J), ao se referir ao transporte, à alimentação e às fotocópias. Essa é uma dificuldade enfrentada por estudantes bolsistas e não bolsistas de instituições públicas e privadas.



Observa-se, de acordo com o último Censo da Educação Superior, disponível para consulta (BRASIL, 2015), que houve um leve decréscimo nas matrículas na Educação Superior em relação ao ano de 2014, totalizando 8.033.574 matrículas em 2015, sendo que, destas, 75,7% se encontram em instituições privadas. Para essa realidade é que vem sendo proposto um programa de bolsas, na tentativa de ampliar o acesso e a permanência daqueles estudantes com problemas financeiros.

Qualidade da Educação. A necessidade de garantir a qualidade da Educação tem sido enfatizada por vários autores, tais como Silva (2009) e Amaral (2013), e consta em documentos nacionais e internacionais, embora, conforme Bertolin (2009, p. 128), com frequência observem-se diferentes modos de definir a qualidade e havendo até uma “[...] certa confusão na utilização conceitual do termo”. Da mesma forma, segundo Cunha (2014, p. 455), a qualidade “[...] pressupõe um sujeito ou uma comunidade que aceita determinados padrões como desejáveis. Para que se possa definir qualidade, é preciso primeiro explicitar o sentido da ação e a dimensão sobre a qual se estabelece sua intencionalidade”.

Uma das exigências para falar de qualidade é a sua relação com os objetivos propostos pela instituição de Educação Superior. Em relação à pesquisa realizada, foram levantadas questões relativas às condições de trabalho e à falta de interesse dos professores em aprimorar sua prática, demonstrando também dificuldades decorrentes do contexto de trabalho e da sobrecarga, as quais interferem no alcance da qualidade. As críticas se referem à instituição, aos professores e aos alunos.

[...] o que eu queria destacar também é que há uma dicotomia, eu ouço muito nos corredores, assim, na teoria é uma coisa, na prática é outra, não se consegue ou não se entende a relação da prática com a teoria, assim, o que eu quero dizer com isso, muitas vezes quem está na academia, não quero generalizar, mas há um distanciamento do campo de atuação profissional. (F)

Tem alunos muito pragmáticos, eles têm uma cobrança muito grande em relação ao mercado [...] eles vêm com defasagem e exigem da gente uma sensibilidade quanto a começar com o “bê a bá”. (H)

**Desmotivação do aluno.** Foram levantadas questões relacionadas à imaturidade e ao desinteresse dos estudantes, à falta de conhecimentos básicos e ao estudo prejudicado em função do trabalho.

[No início do curso] o perfil de muitos ainda é de imaturidade. Alguns ainda não escolheram uma profissão, apenas escolheram um curso, mas não significa que eles escolheram uma profissão. [...] Nós temos hoje alunos que estão assistindo aula e não participando das aulas, eles sentam, ficam, termina a aula. [...] Eu fico vendo o sacrifício do aluno de chegar, sentar e ficar até a hora de levantar e ir embora. [...] A dificuldade dele, aquela cara de “me deixa dormir, me deixa em paz, me largue aqui”, e toda vez que você o provoca ele prefere dizer “eu não sei” sem ao menos fazer uma tentativa. (C)

**E ainda sobre o sentimento de ser especial:**

[...] De modo geral as gerações atuais têm um sentimento de que são especiais [no sentido de ter facilidade, em especial com a tecnologia], aí na hora que entram numa universidade começam a sofrer e ao constatarem que têm que estudar e não conseguem, começam a ficar frustrados, “Cadê o sucesso? - Porque eu sou especial!”. (E)

Segundo (J), há necessidade de mudar a metodologia de ensino, pois a ênfase tem sido conteudista, com pouca participação dos estudantes no seu processo de aprendizagem, devendo-se incentivá-los a serem mais autônomos. Para (N): “[...] eles são muito dependentes”, mas, como considera (J), “[...] os professores também ainda não estão preparados para essa mudança”.

Nesses depoimentos, aparecem problemas antigos, como o da relação teoria/prática e metodologias que não contemplam a participação dos estudantes, mas também uma percepção de falta de interesse dos estudantes, o que pode ser causado ou potencializado por um ensino que se paute apenas na transmissão do conteúdo não contextualizado e centrado no professor.

Políticas educacionais. Nas falas dos participantes da pesquisa indicou-se que é dada pouca importância pelo governo à Educação, o que é evidente pela sua trajetória histórica no país.

[...] Eu vejo o seguinte, sob duas perspectivas, uma macro, que é a questão do interesse econômico regional em como conduzir a Educação e depois vêm os efeitos todos, efeitos de políticas, que vêm lá de trás, desde a formação das primeiras políticas, dos governos, a Educação serve pra que? (C)

E ainda conforme o participante (F):

Um outro nó [da política educacional] é a disparidade nacional, [...] o ensino aqui em Curitiba é um, na cidade ao lado é outro; [o mesmo ocorre] entre os estados, existe disparidade do ensino e do aprendizado.

Observa-se, assim, que são vários os fatores que interferem no processo de formação com implicações na permanência

dos estudantes na Educação Superior e que as iniciativas de melhoria têm sido tímidas.

## Os desafios das instituições de Educação Superior

Segundo Pochmann (2010, p. 164 e passim), o Brasil neste novo século tem diante de si quatro desafios estratégicos: a demografia nacional, a sustentabilidade ambiental, a desigualdade regional e, por fim, o investimento produtivo e educacional mediante apoio ao Ensino Básico e Superior. Faz referência às dificuldades de acesso ao Ensino Superior e indica que os jovens pobres não ultrapassam cinco anos de estudo. Tal constatação coloca as pesquisas relacionadas ao acesso à Educação Superior como fundamentais no contexto das investigações e em especial com relação à mobilidade social dos estudantes.

Os dados da pesquisa coordenada pelo autor (POCHMANN, 2010) mostram um esforço na ampliação do acesso, mas insuficiente para atingir a Meta proposta no Plano Nacional de Educação, e evidenciam que há muito por ser feito. Faz-se urgente repensar o processo de formação. É voz corrente em todos os âmbitos sociais a necessidade de um novo trabalhador, com competências e conhecimentos técnico-científicos, entre os quais o conhecimento tácito<sup>7</sup>, para atuação no

<sup>7</sup> Santos (2004, p. 7), com base nos estudos de Nonaka e Takeuchi, indica que o conhecimento tácito se encontra enraizado nas experiências dos indivíduos e também em valores e emoções e que, portanto, comporta uma dimensão técnica e uma dimensão cognitiva, esta última compreendida como uma representação da realidade e uma projeção de como deveria ser no futuro. Esse conhecimento, que tem como base a experiência dos indivíduos em determinada área profissional, tem sido muito valorizado como sendo um componente fundamental das competências dos profissionais que atuam no mercado de trabalho.

cotidiano profissional, exigindo a reorganização dos projetos de formação profissional com currículos direcionados para atender às novas necessidades do mercado.

No entanto, a proposta de formar profissionais competentes a partir de uma concepção mecânica e uniforme é, segundo Rasco (2011, p. 221 e passim), um equívoco, por dois motivos: primeiro, porque essa não é a missão da universidade e, segundo, porque elaborar listas de competências não pode dar conta de um mundo em mudanças tão aceleradas. Propõe que a formação universitária deveria assumir valores éticos e de responsabilidade social. Gatti, Barreto e André (2011, p. 29) fazem análise semelhante, pois entendem que é preciso ter cuidado com o termo competência, dada a sua polissemia, podendo, nessa concepção, ser negada a dimensão social e relacional, uma vez que as competências requeridas dar-se-ão “[...] em um determinado contexto sociocultural”. Afirmam, com base em Severino (2009), que a educação institucionalizada deve ter como horizonte a formação humana de modo integrado.

É importante, também, não desconsiderar as críticas que vêm sendo feitas à universidade no que se refere, em especial, à distância do ensino e da pesquisa das necessidades que se colocam no cotidiano profissional e que não são novas. Santos (2010), por exemplo, abordava as crises da universidade na década de 1990<sup>8</sup>, o que ele retoma no seu livro, no qual se refere ao fato de que a universidade, mesmo se constituindo

---

<sup>8</sup> Ver, em Santos, as três crises das universidades, em seu livro “Pela mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade”, publicado em 1995: a crise da hegemonia (contradição entre conhecimentos exemplares e conhecimentos funcionais); a crise da legitimidade (contradição entre hierarquização e democratização) e a crise institucional (contradição entre autonomia institucional e produtividade social).

em uma “[...] instituição por excelência de conhecimento científico, tenha perdido a hegemonia que tinha e se transformado num alvo fácil da crítica social” (p. 40). Explica que o conhecimento disciplinar se tornou descontextualizado em relação às necessidades das sociedades e sem preocupação com a sua aplicação. Propõe um conhecimento contextual em que o princípio organizador da sua produção seja a aplicação que lhe pode ser dada; mercantil, mas também não mercantil e, nesse caso, sendo cooperativo e solidário, por meio de parcerias entre pesquisadores e grupos sociais diversos (p. 40-43).

Na perspectiva da “contrária dimensão do ideal de igualdade – ‘igualdade de oportunidades’ e ‘igualdade de resultados’” (DRAIBE, 1990, p. 4) – a partir do estudo realizado, duas frentes requerem atenção na Educação Superior: uma relacionada à ampliação do acesso - que se refere à igualdade de oportunidades -, e uma outra dimensão relacionada às condições para a permanência e ao processo de formação, de modo a favorecer a conclusão com sucesso - esta se refere à igualdade de resultados.

Para tanto, requerem-se políticas educacionais para a Educação Básica e Superior de modo articulado, se configurando como um Sistema Nacional de Educação, e um processo de formação que contemple competências assentadas no domínio de conhecimentos técnico-científicos, na responsabilidade social e na atuação ética. É preciso entender o processo de formação em uma perspectiva ampliada a partir da articulação teórico/prática e de uma proposta pedagógica interdisciplinar.

## Referências

AMARAL, N. C. Os recursos financeiros aplicados nas universidades federais nos governos de FHC e Lula e um olhar sobre a qualidade. In: SOUSA, J. V. (Org.). Educação superior: cenários, impasses e propostas. Campinas: Autores Associados, 2013. p. 315-341.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.

BERTOLIN, J. C. G. Avaliação da Educação Superior brasileira: relevância, diversidade, equidade e eficácia do sistema em tempos de mercantilização. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas), v. 14, n. 2, p. 351-383, jul. 2009.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J-C. Os herdeiros: os estudantes e a cultura. Tradução de Ione Ribeiro. Florianópolis: Editora UFSC, 2014.

BRASIL. Censo da Educação Superior 2015: Os desafios para acelerar o ritmo e a direção da expansão da Educação Superior em sintonia com o Plano Nacional de Educação. Brasília: MEC/Inep, 2016. Disponível em: <[download.inep.gov.br/educacao\\_superior/censo\\_superior/apresentacao/2015/Apresentacao\\_Censo\\_Superior\\_2015.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/apresentacao/2015/Apresentacao_Censo_Superior_2015.pdf)>. Acesso em: 03 nov. 2016.

BRASIL. Censo da Educação Superior 2015. Brasília: MEC/Inep, 2015. Disponível em: <[http://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/censo\\_superior/documentos/2015/notas\\_sobre\\_o\\_censo\\_da\\_educacao\\_superior\\_2015.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2015/notas_sobre_o_censo_da_educacao_superior_2015.pdf)>. Acesso em: 03 nov. 2016.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 26 jun. 2014, seção 1, Edição Extra, p. 1. 2014.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J.; DESLAURIERS, J-P.; GROULX, L-H. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 295-316.

CUNHA, M. I. A qualidade e ensino de graduação e o complexo exercício de propor indicadores: É possível obter avanços? Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas), v. 19, n. 2, p. 453-462, jul. 2014.

DRAIBE, S. M. As políticas sociais brasileiras: diagnósticos e perspectivas. In: Para a década de 90: prioridades e perspectivas de políticas públicas. Brasília: IPEA; IPLAN, 1990. p. 1-66.

FERREIRA, S.; OLIVEIRA, J. F. As influências da reforma da Educação Superior no Brasil e na União Europeia nos papéis sociais das universidades. In: OLIVEIRA, J. F. O campo universitário no Brasil: políticas, ações e processos de reconfiguração. Campinas: Mercado de Letras, 2011. p. 39-62.

GATTI, B. A.; BARRETO, E. S. S.; ANDRÉ, M. E. D. A. Políticas docentes no Brasil: um estado da arte. Brasília: Unesco, 2011.

GATTI, B. A. Grupo focal na pesquisa em Ciências Sociais e Humanas. Brasília: Liber Livro, 2005.

GHON, M. G. Movimentos sociais na contemporaneidade. Revista Brasileira de Educação, v. 16, n. 47, p. 333-361, mai./ago. 2011.

GIROULX, L-H. Contribuição da pesquisa qualitativa à pesquisa social. In: POUPART, J.; DESLAURIERS, J-P.; GIROULX, L-H. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 95-124.

LIMA, P. G. Política de Educação Superior no Brasil na primeira década do século XXI: alguns cenários e leituras. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas), v. 18, n. 1, p. 85-105, mar. 2013.

IERVOLINO, S. A.; PELICIONI, M. C. A utilização do grupo focal como metodologia qualitativa na promoção da saúde. Revista da Escola de Enfermagem, v. 35, n. 2, p. 115-121, jun. 2001.

OLIVEIRA, J. F. Acesso à Educação Superior no Brasil: entre o elitismo e as perspectivas de democratização. In: SOUSA, J. V. (Org.). Educação superior: cenários, impasses e propostas. Campinas: Autores Associados, 2013. p. 274-313.

POCHMANN, M. Desenvolvimento e perspectivas novas para o Brasil. São Paulo: Cortez, 2010.



RASCO, F. A. O desejo de separação: as competências nas universidades. In: SACRISTÁN, J. G. (Org.). Educar por competências: o que há de novo? Porto Alegre: Artmed, 2011. p. 198-232.

SANTOS, B. S. Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1995.

SANTOS, B. S. A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipadora da universidade. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, M. F. T. Teoria do capital intelectual e teoria do capital humano: estado, capital e trabalho na política educacional em dois momentos do processo de acumulação. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 27., 2004, Caxambu. Anais... Caxambu: ANPED, 2004. p. 1-18.

SEVERINO, A. J. Humanismo, personalismo e os desafios sociais da educação contemporânea. Revista de Educação Pública, v. 18, n. 36, p. 155-164, jan./abr. 2009.

SILVA, M. A. Qualidade social da educação pública: algumas aproximações. Caderno CEDES, v. 29, n. 78, p. 216-226, mai./ago. 2009.

# PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS – PROUNI: UMA POLÍTICA PÚBLICA DE ACESSO E DE DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

Ana Sílvia Juliatto Bordini<sup>1</sup>  
Daniele Setsuko Praxedes Ribaski<sup>2</sup>

O Programa Universidade para Todos (Prouni), como política pública desenvolvida pelo Ministério da Educação (MEC), foi criado pela MP nº 213/2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005 (BRASIL, 2005). O programa trata da concessão de bolsas de estudos nas modalidades integral e parcial a estudantes em situação de vulnerabilidade social, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de Ensino Superior. É dirigido aos estudantes, com renda per capita familiar máxima de até três salários mínimos. Podem concorrer à bolsa egressos do Ensino Médio da rede pública e, na condição de bolsistas inte-

---

<sup>1</sup> Mestre em Bioética pela PUCPR e Assistente Social da PUCPR.

<sup>2</sup> Especialista em Filosofia e Direitos Humanos pela PUCPR e coordenadora de Bolsas e Financiamentos da PUCPR.

grais, da rede particular. O candidato deve apresentar nota do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) superior a 450 pontos e obter nota na redação diferente de zero, de forma que o Enem garante a democracia na oferta das vagas.

O Prouni reserva bolsas às pessoas com deficiência e aos autodeclarados indígenas, pardos ou negros. O número de bolsas destinadas aos cotistas é proporcional ao percentual de cidadãos negros, pardos e indígenas em cada estado, de acordo com os dados do censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O candidato que, no momento da inscrição, optar por estas vagas também deve se enquadrar nos demais critérios de seleção do Prouni.

Devido à sua abrangência e à necessidade de seu aprimoramento, enquanto instrumento no combate à desigualdade, é essencial submeter essa política pública de acesso ao Ensino Superior a constante avaliação. Nesse sentido, o Grupo Marista, por meio da Rede Marista de Solidariedade, instituiu o ADVOCACY – PROUNI, que tem o propósito de compreender o contexto geral do Programa Universidade para Todos, identificando seu impacto nas instituições de Ensino Superior (IES), na agregação de valor à qualidade de vida dos beneficiados (bolsistas) e na perspectiva de transformação social, por meio do entendimento dos pontos fortes, fracos, oportunidades e ameaças acerca do programa, possibilitando gerar adaptações estruturais, culturais, comportamentais, societárias, administrativas e tributárias no ambiente interno da PUCPR, assim como proposições legais por meio da prática do advocacy.

O advocacy é uma ação política baseada em princípios e valores, que abre a possibilidade de incidência na formula-

ção de legislação e de políticas públicas, além do acompanhamento e controle social de sua implementação. Caracteriza-se como forma de agir politicamente sobre uma causa. É um processo sustentado em métodos argumentativos e ações de mobilização, construção de alianças e negociações com os poderes do Estado, nas três esferas (municipal, estadual e federal), e com diferentes níveis, como na sociedade civil, que conhece e analisa o problema para formular pontos-chaves para a ação política, tendo como foco a mudança das relações e práticas sociais.

Com esse objetivo, a PUCPR, por meio do projeto Advocacy, faz parte de um Grupo de Trabalho de Boas Práticas, que consiste em uma ação de pesquisa, buscando compreender o contexto geral sobre o acesso e a permanência de estudantes bolsistas na instituição, identificando e gerando adaptações estruturais, culturais, comportamentais e administrativas no ambiente interno da universidade, para desenvolver e implementar boas práticas internas, sob a ótica dos direitos humanos, bem como para contribuir nas estruturações administrativas no que tange aos estudantes bolsistas Prouni.

Dessa forma, foi realizada, em 2014, uma pesquisa com os bolsistas Prouni dos cinco câmpus da PUCPR (nas cidades de Curitiba, Maringá, Londrina, Toledo e São José dos Pinhais), abrangendo 5495 alunos. A amostra obtida foi de 3211 beneficiários do programa, os quais representam 58% da população. Optou-se pela estratégia de investigação quantitativa.

A coleta de dados foi realizada de forma eletrônica, abrangendo a totalidade dos beneficiários do Prouni. Aplicou-se questionário com questões estruturadas na plataforma

Qualtrics, que é uma plataforma de gerenciamento de questionários via internet – Survey. Nesse instrumento, os sujeitos de pesquisa não são identificados e sua identidade é preservada.

A adesão à pesquisa foi voluntária e obedeceu à resolução do Comitê de Ética em Pesquisa (Resolução nº 466 de 12 de dezembro de 2012 do Conselho Nacional de Saúde).

As análises resultaram na percepção dos alunos bolsistas no que tange ao perfil, aspectos relacionados à bolsa e à instituição de Ensino Superior filantrópica, as quais poderão apresentar contribuição para o processo de gestão da IES.

A pesquisa foi dividida em três etapas, sendo que a primeira contempla questões que investigaram os dados pessoais, profissionais e socioeconômicos dos participantes; a segunda trata de aspectos relacionados à bolsa e a terceira diz respeito a aspectos relacionados à instituição de Ensino Superior filantrópica.

Para conhecer o perfil do bolsista, foi necessário indagar aos participantes sobre o curso, modalidade de bolsa recebida, sexo/gênero, raça, idade, estado civil, número de filhos, meio de locomoção até a IES, renda familiar, condições de moradia e cidade de origem.

A partir dos dados coletados, se observa que: a maior parte dos bolsistas eram do sexo/gênero feminino, representando 60,20% dos respondentes, destacando-se aqui a predominância da mulher buscando se atualizar e conquistando seu espaço no mercado de trabalho. A maioria se declarou da raça branca.

No que tange à faixa etária dos respondentes, a predominante é de jovens de 17 a 23 anos, que recém concluiu o Ensino

Médio, tanto pelo processo normal de conclusão quanto por meio da convalidação via nota do Enem, o que possibilita pleitear bolsa de estudos.

Com relação ao estado civil, em sua maioria (85,39%) eram solteiros e não possuíam filhos (88,03%). Apenas 0,68% dos respondentes eram portadores de necessidades especiais.

Indagou-se aos participantes qual era o meio de locomoção para os deslocamentos até a IES. A grande maioria dos bolsistas (74,8%) utilizava transporte coletivo público, 17,1% utilizavam veículo próprio, 16,9% carona, 9,9% a pé, 6,9% transporte escolar e 6,9% utilizavam bicicleta, veículo da prefeitura, táxi e outros.

Esse dado evidencia que a condição social da grande maioria dos sujeitos permitia seu deslocamento até a IES utilizando o transporte coletivo, levando-se em conta o baixo custo e não ser proprietário de veículo próprio. Deve-se considerar também que o bolsista Prouni tinha um desconto de 50% na compra do passe escolar, mediante a comprovação da sua situação econômica e matrícula ativa como beneficiário do programa, evidenciando-se assim uma maior economia para o bolsista.

Grande parte dos alunos bolsistas responderam ser provenientes de lares em que eram os primeiros da família a cursar o Ensino Superior, o pai ou mãe eram analfabetos, ou nem chegaram a concluir o Ensino Fundamental. Isso demonstra que os investimentos realizados na Educação Superior estão possibilitando a inserção de um maior número de pessoas que até então não tinham acesso. Dessa forma, o Prouni con-

segue atingir um público que nunca imaginaria ter um curso superior.

Para conhecer mais sobre os beneficiários do Prouni, questionou-se sobre a modalidade de bolsa com que os participantes eram beneficiados, e 95% dos respondentes eram bolsistas na modalidade integral, ou seja, não efetuavam pagamento de mensalidade, custeada em sua totalidade pelo governo federal, via Prouni.

A partir dos dados coletados referentes ao perfil do egresso, pode-se inferir que trata-se de uma população jovem que rompe o ciclo da pobreza, pois, na concepção dos respondentes, um diploma de curso superior torna-se um determinante de melhoria das condições de trabalho, superando a sua condição anterior de vulnerabilidade social. O acesso ao Ensino Superior provoca no bolsista a expectativa de futura melhoria de vida, de realização profissional e social.

A avaliação de políticas e programas sociais é caracterizada pelo esforço do governo em promover um desempenho satisfatório, a partir do fornecimento de dados que viabilizem a análise dos seus resultados e impactos, constituindo um instrumento fundamental para a tomada de decisões do ente público. Pelo fato de produzirem efeitos tangíveis e capazes de serem mensurados, os programas sociais alteram as condições de vida da população e produzem alterações no seu comportamento e opinião. A avaliação também compreende um possível instrumento que pode ser utilizado pela sociedade para o fortalecimento da pressão social sobre o Estado, no sentido de reivindicar os direitos sociais, já que as informações referentes à avaliação podem ser publicadas.

A educação contribui para a ampliação no nível intelectual e favorece a projeção da consciência. Contudo, devem ser oferecidas oportunidades de acesso e ensino de qualidade, além de condições materiais de permanência no ambiente educacional. A renda possui papel fundamental para a redução das privações, por propiciar recursos essenciais ao suprimento das necessidades humanas. No entanto, a transferência monetária, por meio de programas sociais, não contribui adequadamente para a ampliação das capacidades dos indivíduos. Para que haja uma verdadeira melhora nas condições e na qualidade de vida, é necessário que sejam dadas oportunidades de trabalho, que possibilita a geração de renda e se traduz num incentivo à autodeterminação dos indivíduos.

O Prouni destaca-se por ser uma política pública destinada a garantir o amplo acesso e a permanência no Ensino Superior. Desde sua criação, o Prouni concedeu mais de 1,4 milhão de bolsas, sendo 70% bolsas integrais. O Censo da Educação Superior para o ano de 2012 indica um total de 2.784.758 vagas ofertadas em instituições privadas. Em 2014, foram ofertadas 306.726 bolsas do Prouni, sendo 205.237 bolsas integrais e 101.489 bolsas parciais.

O Prouni pode ser entendido como uma política pública que garante o acesso da população, apesar dos problemas que apresenta na permanência do estudante na universidade. Deve ser reconhecido como um programa que promove a inserção educacional na Educação Superior e permite aos beneficiários o aperfeiçoamento de técnicas e saberes acadêmicos, profissionaliza os estudantes e garante a ampliação da renda familiar por meio do trabalho.



Por isso, é importante aprimorar o Prouni, no que se refere à permanência do estudante, sendo necessária a colaboração entre o MEC – gestor do programa –, instituições de Ensino Superior e estudante.

A PUCPR tem realizado iniciativas em prol da valorização e inserção acadêmico-social dos beneficiários do Prouni, oferecendo oportunidades de estágios, bolsa de iniciação científica e bolsa monitoria, além do apoio acadêmico e psicopedagógico, contribuindo para a sua permanência no Ensino Superior. No âmbito do serviço social, destacam-se a aferição da documentação apresentada e análise socioeconômica com parecer social da documentação entregue pelos candidatos selecionados pelo Prouni; a entrevista social para averiguação e esclarecimentos dos dados informados pelos candidatos no momento da inscrição, confrontando com a documentação apresentada. Realiza-se uma reunião de acolhimento com os alunos bolsistas ingressantes para fornecimento de informações sobre as funcionalidades e normas do programa e recursos disponibilizados pela IES (desempenho acadêmico, renovação/atualização da bolsa, trancamento de matrícula, suspensão da bolsa, encerramento, mudança de turno, mudança de curso, visita domiciliar, supervisão interna e externa, denúncias, período de utilização, novo Enem). Disponibilizam-se atendimento social para acompanhamento acadêmico semestral do bolsista com aproveitamento inferior a 75% durante todo o curso; atendimento social no Suporte Integrado de Gestão Acadêmica (Siga) semanalmente, com agendamento prévio, para informações e orientações às diversas situações apresentadas pelos alunos; o encaminhamento aos

setores internos da PUCPR (Serviço de Apoio Psicopedagógico – SEAP, Grupo de Trabalho de Apoio ao Universitário com Necessidades Especiais – GT-AUNE, Habilidades do Núcleo Básico – HNB, Clínica de Psicologia, Odontologia, Fisioterapia) e/ou recursos da comunidade externa. Executa-se supervisão dos bolsistas Prouni, nas modalidades interna – conforme necessidade apresentada pela IES – ou via denúncia externa – quando determinada pelo MEC. Realiza-se visita domiciliar para constatação in loco da realidade familiar do bolsista e para conhecer as condições em que vivem os alunos. Na Comissão Local de Acompanhamento e Controle Social (Colap)<sup>3</sup>, são apresentados os casos apontados na supervisão para parecer final de deferimento ou indeferimento da manutenção da bolsa, mediante documentação apresentada, entrevista, parecer social e visita domiciliar, quando necessário.

Como política pública, o Prouni precisa amadurecer para realmente realizar a democratização pretendida, já que os avanços, embora significativos, são mostrados lentamente, pois toda transformação envolve uma sucessão de ações integradas. Entretanto, não se pode negar que promove o resgate da cidadania, da plenitude dos direitos sociais, da participação social e política dos cidadãos em todos os aspectos da sociedade. Ao possibilitar o ingresso no Ensino Superior, o programa dá a oportunidade de mudança da realidade socioeconômica, facilitando o ingresso profissional e a melhoria de renda não só do beneficiário, mas de seu grupo familiar.

---

<sup>3</sup> A Comissão Local de Acompanhamento e Controle Social (COLAP) é um órgão colegiado, de natureza consultiva, instituído em cada instituição de Ensino Superior (IES) participante do Prouni, com a finalidade de promover a articulação entre a Comissão Nacional de Acompanhamento e Controle Social (Conap) e a comunidade acadêmica.

## Referências

BRASIL. Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Lei do Prouni. Institui o Programa Universidade para Todos - Prouni, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no Ensino Superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 14 jan. 2005, seção 1, p. 7.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. Censo Superior 2012. Disponível em: <[http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2012/resumo\\_tecnico\\_censo\\_educacao\\_superior\\_2012.pdf](http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2012/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2012.pdf)>. Acesso em: 19 set. 2016.

## Bibliografia consultada

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. Revista Prouni, Brasília, n. 1, 2008.

LIMENA, M. M.; RODRIGUEZ, M. L.; PETRAGLIA, I.; ALMEIDA, C. (Orgs.). Prouni e inclusão social. São Paulo: Editora Xamã, 2011.

# RELATOS

# O que eu carrego na minha bolsa?

Diego Alberto Oliveira Alves<sup>1</sup>

Como contar nossa história sem lembrar das escolhas que poderíamos ter feito e as mais diferentes oportunidades que deixamos passar? Tudo começou seis anos atrás. Na época, eu trabalhava como repositor de supermercado, com um buraco enorme na minha vida e a constante pergunta: “O que eu quero ser quando crescer?”.

Sem muitas perspectivas e possibilidades de ingressar no Ensino Superior particular, minha família sempre me aconselhava a estudar e tentar participar de algum programa do governo, que fomentasse meus estudos. Mas estudar o quê? Queria fazer alguma coisa que gostasse, mas que fosse algo que me desse algum retorno financeiro...

Na época, o conceito de fazer aquilo que gosta para ganhar a vida ainda não tinha força o suficiente, mas sempre achei que devíamos trabalhar com o que mais nos identificássemos. Foi então que fiquei sabendo do curso de Técnico em Biotecnologia do Senai-PR.

Pensei: “Caramba, sempre gostei de Biologia no Ensino Médio e trabalhar com isso deve ser bastante interessante”. Me inscrevi no processo seletivo e passei. Naquele momento, tracei um plano. Ousado, visionário e, por vezes, pensava, utópico. Começaria do zero, afinal estava atrasado e o tempo não pára. Com 24 anos e ainda sem uma profissão, acreditava que a formação técnica era o que precisava para dar um sentido à minha vida.

Trabalhava durante a semana no mercado e à noite ia estudar. Duas horas e nove ônibus por dia. Com um ano de curso fui estagiar em uma empresa que fabricava produtos para laboratório, onde, após seis meses, assumi o laboratório de Microbiologia como responsável. Um orgulho do que sempre acreditei ser fruto do meu esforço. Tudo

---

<sup>1</sup> Graduando do 7º período do curso de Agronomia pela PUCPR (Câmpus Curitiba).

corria como o planejado, até que um professor de Matemática me chamou num canto no final do semestre e me disse: “Cara, você pode ir mais longe!”.

Aquilo ficou na minha cabeça e me fez reformular meu plano. Agora, precisava da graduação. No mês de outubro, antes do final do curso técnico, fiz a prova do Enem, com a expectativa de ingressar no Ensino Superior. Tinha ouvido falar do curso de Engenharia Florestal e me encantava mais e mais com a possibilidade de aplicar meus conhecimentos em prol da Natureza e fazer a diferença na sociedade como profissional da área.

No mês de janeiro, veio o resultado. Com a minha nota, eu era capaz de conseguir uma bolsa integral na PUCPR. Quase não acreditei quando recebi o e-mail. Na inscrição, minha nota não foi alta o suficiente para o curso de Engenharia Florestal, então optei por Agronomia, sem saber o que o futuro me reservava e as maravilhas dessa escolha.

Já no mês de março, iniciei os estudos superiores. Envergonhado, entrei na sala uma semana após o início das aulas, pois havia sido convocado na segunda chamada. Sentei na primeira carteira da terceira fileira, escolha que até hoje eu repito. Deslumbrado com a possibilidade do futuro com a nova profissão, resolvi arriscar tudo e começar novamente do zero, apesar de acreditar que minha formação técnica iria gerar alguns bons frutos, conciliada ao estudo das Ciências Agrárias.

Deixei o emprego para poder me dedicar à faculdade, trabalhando nos finais de semana. Na época, já era casado e tinha que pagar aluguel e várias outras despesas de uma casa. Não era fácil. Dormia muito pouco e, às vezes, chegava na PUC às oito da manhã, sendo que minha aula começava somente às sete da noite. Sempre acreditei no esforço e trabalho duro, sem esperar por recompensas.

Acredito que existem dois tipos de pessoas... aquelas que apamham da vida e escolhem continuar levantando e aquelas que, no primeiro tombo, permanecem deitadas. O plano traçado continuava

de pé, agora com novas perspectivas. Queria e precisava me tornar o melhor, até porque dependia do rendimento acadêmico para futuras bolsas e oportunidades, as quais eu jamais poderia conseguir financiar, e também pelo fato de muitas pessoas acreditarem em mim.

Costumo dizer que estudo tanto e me dedico dessa maneira, não apenas para benefício próprio, mas para provar para todos que não devemos desistir e somos capazes de realizar tudo que quisermos. Quando descubro algo que todos desistiram, sou o primeiro a querer tentar fazer. Quanto maior a dificuldade, mais eu quero tentar e não desisto enquanto não conseguir o sucesso. Durante todo o curso, busquei por infindáveis conhecimentos. Já no começo do segundo semestre, resolvi me arriscar novamente, pegando um estágio na prefeitura municipal de São José dos Pinhais, na Secretaria de Agricultura, onde eu poderia aprender mais sobre a vida no campo e trabalhar diretamente com a área profissional que escolhi.

A bolsa de estágio mal dava para pagar o aluguel e as passagens de ônibus, que continuavam muitas, pois pegava cerca de sete ônibus por dia. A alimentação não era uma prioridade. Sempre busquei por fazer estágios em empresas corporativas, pois acreditava no meu potencial de conseguir a efetivação, mas por ser a Secretaria um órgão do governo, essa possibilidade estava fora do meu alcance.

Logo, deveria ter uma outra ocupação remunerada o quanto antes, pois por menos que recebesse, eu dependia daquela bolsa. Nesse meio tempo, apresentei um projeto de pesquisa para o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic), para o qual fui aprovado. A busca incessante por informação e conhecimento me consumia. Essa ideia conciliava diretamente com o meu plano. Trabalhei com o geoprocessamento aplicado às Ciências Agrárias, mapeando áreas de preservação ambiental. Contudo, o contrato de estágio estava chegando ao fim e eu percebi a necessidade de outra ocupação, afinal, tinha aluguel para pagar.

Foi então que comecei a procurar por novas oportunidades, arriscando-me em várias áreas, com a ideia fixa de que não deveria sair

do ramo, por mais difícil que fosse a situação. Com 1 ano e 7 meses de estágio, finalmente consegui a oportunidade de trabalhar em uma cooperativa de agricultores da região de São José dos Pinhais, da qual tenho muito orgulho de fazer parte, pois, além de me proporcionar um pouco mais de conforto, estou atuando na área, ajudando vários agricultores da região, com grande possibilidade de atuar como engenheiro agrônomo depois de formado, e ainda com o objetivo de proporcionar alimentos de qualidade para toda a região metropolitana de Curitiba, atentando para a responsabilidade social que esse cargo carrega nos ombros.

Como se não bastasse, nesse semestre resolvi ampliar meus horizontes, sabendo que a faculdade não é apenas sentar na cadeira e ouvir professor. Devemos usufruir de tudo que a instituição oferece, ainda mais um aluno do Prouni, que tem como compromisso praticar tudo que aprendeu em prol de uma sociedade melhor. Em meados de agosto, fiquei sabendo sobre o Programa Institucional de Bolsas de Empreendedorismo e Pesquisa da PUCPR (Pieb). Pensei: “Preciso entrar nessa”. Juntamente com quatro colegas, apresentamos uma ideia envolvendo a utilização de drones na Agricultura. Após várias mentorias e oficinas durante esse semestre, nosso projeto chegou na final. Ficamos em segundo lugar nesta edição, o que apenas serviu de maior motivação. Hoje, nossa ideia virou uma empresa e já estamos atuando com alguns clientes na região metropolitana de Curitiba e mais alguns espalhados no Paraná. Não é fácil, mas a PUC contribuiu para a formação de mais essa startup com a marca PUC registrada.

Enfim, o que quero dizer com esse relato é que nós, tanto alunos do Prouni, quanto mensalistas, devemos nos esforçar ao máximo para aplicar esse vasto aprendizado que conseguimos na universidade, pois são poucos que conseguem ingressar no Ensino Superior. Temos o compromisso com a sociedade em agir de forma ética, sempre ajudando e contribuindo para a evolução do homem como um só!

Ainda tenho um longo caminho pela frente, com muitas possibilidades, e não quero parecer arrogante ao dizer isso, mas espero



do fundo do coração que muitos pensem semelhante a mim e nunca desistam de seus sonhos e desejos, pois dentro de cada um existe uma fagulha apenas esperando que você injete o combustível da vontade aprender. Não desista, o seu sonho pode mudar o amanhã!

## Os passos que dei

Dieila Giomo de Lima<sup>2</sup>

“Vem colação”, talvez seja a frase que hoje tenho mais proclamado aos quatro cantos com orgulho, mesmo que a terra seja redonda, durante esse último semestre de graduação. Não foi fácil, mas não foi impossível, graças à ajuda, principalmente de Deus e de muitos “anjos” d’Ele na terra.

Meus pais são do interior de São Paulo, mais especificamente de Santa Bárbara d’Oeste. E quando recebi a notícia de que tinha conseguido a bolsa do Prouni de 100% para o curso de Odontologia, foi uma mistura de medo e incertezas, porém dei um passo de muita fé, afinal, não conhecia ninguém em Curitiba.

Fiz duas viagens iniciais, nas quais eu saí de noite da minha cidade e cheguei em Curitiba pela manhã. Não tinha ideia de como chegar à PUCPR, por isso, na primeira vez em que peguei o ônibus, passei pela universidade sem que eu percebesse, pelo menos umas quatro vezes, e como o cobrador viu que eu não saía do ônibus, resolveu me perguntar e então me ajudou, foi cômico. Era inverno, final do mês de julho de 2012, e eu estava com meus 20 anos de idade. Na primeira visita, levei os documentos exigidos – tudo o que eu podia e não podia – e um dos atendentes do Siga (SUPORTE INTEGRADO DE GESTÃO ACADÊMICA) se dirigiu a mim, surpreso, e me disse que eu, de

<sup>2</sup> Mestranda em Biologia Buco-Dental pela Unicamp e graduada no curso de Odontologia da PUCPR (Câmpus Curitiba).

150 pessoas, tinha sido a primeira a trazer todos os documentos certos, sem que houvesse falta de algum. Isso, pra mim, já significou tanto, que me deu mais forças para prosseguir. Passei a tarde toda na rodoferroviária, esperando o horário do ônibus que sairia para a minha cidade apenas às 22 horas.

Passados uns dias, recebi um e-mail da PUCPR para que eu voltasse e fizesse a minha matrícula, porém não sabia que as aulas já teriam começado. Sendo assim, voltei e levava comigo apenas uma malinha de mão com duas peças de roupa, pois minha intenção era voltar pra casa no mesmo dia. No entanto, para minha surpresa, assim que me direcionei ao Siga para fazer a matrícula, o atendente me informou do local em que já estavam ocorrendo as aulas. Naquele momento, fiquei estática por alguns minutos, sem saber o que fazer, pois não tinha dinheiro, não conhecia ninguém e muito menos tinha um lugar para morar. Porém, falei comigo mesma, “seja feita a vontade Deus” e fui para o local indicado. Meio perdida, cheguei à sala de aula, da qual nunca me esquecerei, pois lá estava eu, entrando atrasada na primeira aula de Anatomia Geral. Meio sem graça, pedi licença e me dirigi para o fundo da sala. Pelo fato de não ter levado nada, pedi, então, folha emprestada de um, caneta de outro e assim consegui fazer as anotações da disciplina.

Ao chegar o intervalo, comecei minha jornada e fui conversando com todos e explicando minha situação de que não tinha lugar para ficar. Foi aí que um anjo chamado André me ofereceu sua casa, para que eu me acomodasse com sua família. A princípio, fiquei muito insegura, porém, depois que os conheci, pensei: “Que família maravilhosa”. Fiquei por lá durante uma semana, até que chegasse o final de semana e eu pudesse ir para a casa dos meus pais buscar meus objetos pessoais. A mãe do André me ajudou a encontrar lugares para morar. Logo o primeiro lugar que morei, era perto da PUCPR e veio no momento certo. Aos poucos, as coisas foram se encaixando, porém continuava sendo difícil, pois meus pais aposentados e eu morando em um quarto num pensionato que me custava R\$500,00 mensalmente, quase não dava para pensar em gastar, pois eu tinha R\$100,00 para lidar com alimentação, fotocópias e

alguns imprevistos que aconteciam, recebendo a ajuda dos meus pais em R\$600,00.

No meu segundo ano, já tinha me mudado, porém passei por muitos momentos de insegurança e saudade. Nesse período, passei a morar com mais duas meninas que conheci no pensionato, com as quais dividia as despesas de um apartamento no centro de Curitiba. No começo não tinha energia, por vezes tomei banho gelado no inverno, dormi no chão e não tinha um móvel. Meu desejo era que quando elas chegassem para morar comigo tudo estivesse pronto e bem confortável. Logo, mais um milagre acontecia, recebi uma doação de cama, geladeira, colchão, fogão e máquina de lavar de membros de uma igreja que eu frequentava desde que me mudei para Curitiba. Foi um bom tempo. Além desses presentes maravilhosos, ainda fui convidada por uma renomada professora do curso para participar de seu projeto de pesquisa, realizando iniciação científica com bolsa... fiquei extasiada.

Já no terceiro ano, passei a morar sozinha, as dificuldades aumentaram e tive mais responsabilidades. Consegui alugar uma kitnet e passei a trabalhar em feriados e finais de semana em um shopping para ajudar nas despesas, pois meus pais não conseguiam mais me manter sozinhos, e mesmo com a bolsa ainda havia gastos que eu não conseguia suprir sozinha. Fiquei um ano trabalhando, estudava todos os dias até por volta das 20 horas na biblioteca pós término das aulas, para compensar os finais de semana que não conseguia estudar. Foi uma experiência desgastante, porém ainda assim incrível e necessária, amadureci muito mais.

Hoje já são quase quatro anos e meio morando e estudando em Curitiba. Muito aprendi, muito conheci e muito vivi. Posso dizer que foi a melhor experiência da minha vida. Estou saindo com a sensação de dever cumprido, de sonho realizado.

Aprendi que eu devo sempre viver cada dia, dar um passo de cada vez e confiar no melhor que Deus tem pra nossas vidas, por isso um versículo que segue minha caminhada e que me vinha à memória em

cada momento de angústia e ansiedade é: “Basta a cada dia o seu próprio mal” (Mt 6,34).

Meus planos para os próximos anos é seguir a carreira acadêmica, pois aprendi a ter muito amor e admiração pelos meus mestres, sempre tão atenciosos, cuidadosos, além de verdadeiros exemplos de profissionais e amigos.

Minha gratidão eterna a Deus e por todos que estiveram, estão e ainda estarão comigo!

## Prouni: uma oportunidade que gera oportunidades

Izabel Borges da Silva<sup>3</sup>

“Oportunidades geram oportunidades”. Recentemente ouvi essa frase numa palestra de um jovem negro e periférico que teve a oportunidade de estudar Economia numa das melhores universidades do país. Refleti por um tempo acerca dessa frase e fez tanto sentido para mim que não a esqueço. Desde a minha infância, nunca imaginei que teria a chance que tenho hoje de estudar tão longe de casa e em um curso tão elitizado quanto Medicina, oportunidade essa que meus pais e antepassados nem ao menos puderam sonhar em ter acesso.

Há dois anos, quando vi meu nome na lista de aprovados do Prouni, sem dúvida foi um dos momentos mais emocionantes na minha vida. Lembro bem da sensação de vislumbrar um futuro completamente diferente das expectativas que eu tinha para mim mesma até ali. Aquela criança que coletava latas de refrigerante e material

---

<sup>3</sup> Graduanda do 5º período do curso de Medicina pela PUCPR (Câmpus Curitiba).

reciclável para vender e comprar um lanche, no Ensino Fundamental, iria, sim, fazer Medicina. E isso significa muito. Que essas crianças tenham acesso a um Ensino Superior quando muitas vezes lhes é negado o acesso à Educação Básica, significa muito para mim, para nossas famílias e para a construção de justiça social.

Muitas foram as dificuldades no meu percurso até aqui. Sempre estudei em escolas públicas no Tocantins, meu estado de origem, em escolas cujo foco não era o que eu precisava, o que me fez tomar decisões não bem compreendidas pelas pessoas ao meu redor, em nome do meu sonho de cursar Medicina. Eu fazia Ensino Médio integrado ao técnico no Instituto Federal de Palmas (TO) e tive que abandonar o curso antes de concluí-lo, pois este era focado na área técnica em informática e, daquela forma, eu não conseguiria estudar adequadamente para obter uma vaga em Medicina. Trabalhei para conseguir me manter estudando em um cursinho popular e ficava o máximo de tempo possível na biblioteca, onde todos os funcionários já me conheciam, pois aquela era minha segunda casa.

Ao passar com bolsa integral em Medicina pelo Prouni, deu-se aquela retrospectiva com a sensação de que tudo valeu a pena e muita gratidão por ter a oportunidade de me tornar a primeira pessoa em toda a minha família e árvore genealógica a cursar Medicina. Uma enorme quebra de barreiras sociais. Considero fundamental a inclusão, tanto na área da Medicina como em qualquer outra, de pessoas de baixa renda, mulheres, negros, indígenas e demais indivíduos socialmente marginalizados. O Prouni significa para mim um aumento dessa possibilidade de mudança social.

Ao vir para Curitiba, consegui me instalar numa casa de estudante um tanto próxima à PUC, onde passei o primeiro ano. Não foi fácil a adaptação ao curso, ao clima, às exigências em geral. Ainda mais difícil devido a problemas estruturais de moradia, onde faltava até internet para estudo em casa, questões de segurança e instabilidade financeira familiar. Não há garantia de que meus pais terão condições de saúde e trabalho para me apoiar financeiramente até

o término do curso. Mas tento sempre contar com ideias e planos alternativos para não sofrer por antecipação. Cuidar da minha saúde mental é essencial.

Muitos também têm sido os aprendizados desde que me mudei para Curitiba. Frequentei eventos, ambientes e conheci paisagens onde jamais imaginei estar presente. Atualmente, faço parte do Centro Acadêmico de Medicina, como coordenadora cultural, e participo de diversos grupos de estudos ou ligas, como costumam ser chamados. Conheci pessoas maravilhosas e que mudaram minha forma de encarar a vida.

Enfim, sou grata diariamente por todas as oportunidades que tive, tenho e ainda terei de formação, educação profissional, pessoal e humana. Espero durante minha vida poder dar um retorno à sociedade, principalmente à população mais vulnerável, que é minha origem e a quem eu represento. Penso em cursar residência em Medicina de Família e Comunidade, onde certamente poderei desenvolver um trabalho com o qual me identifico. Gratidão por tudo isso.

## A história de um peixe que aprendeu a nadar fora d'água

Priscila Gomes Borbela<sup>4</sup>

Sou aluna da PUCPR, atualmente estou no 7º período do curso de Direito e colocar em palavras como foi a experiência nestes três anos é difícil. Mas, irei tentar.

Estudei em colégio público até a 8ª série e no Ensino Médio ganhei uma bolsa integral em uma escola particular. Sou proveniente

---

<sup>4</sup> Graduanda do 7º período do curso de Direito pela PUCPR (Câmpus Curitiba).

de uma família bastante humilde. Meu pai, atualmente, está sem emprego, minha mãe é diarista desde muito cedo e meu irmão, portador da Síndrome do X Frágil<sup>5</sup>, trabalha em um supermercado. Meus pais não chegaram a cursar o Ensino Médio e essa é a mesma realidade entre os meus nove tios, que infelizmente não tiveram oportunidade de estudar e desde muito cedo foram obrigados a trabalhar. Em um universo de 21 primos, um deles já encarcerado por tráfico de drogas, serei a primeira a cursar o Ensino Superior na família, juntamente com outra que atualmente cursa Engenharia de Automação na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

Até conseguir adentrar a universidade, um ano se passou da conclusão do Ensino Médio. Na primeira tentativa de passar na federal [Universidade Federal do Paraná], rodei na primeira fase por uma questão. Frequentei um cursinho pré-vestibular gratuito no qual as aulas eram ministradas aos sábados, domingos, feriados das 08h às 20h e, na segunda tentativa, não passei na segunda fase do vestibular. Lembro-me bem como foi o dia do resultado, um dos piores de toda a minha vida. Meus pais ansiosos e confiantes ali junto comigo e quando não vi meu nome na lista dos aprovados eu tive a impressão que o chão tinha sumido dos meus pés, senti que os havia decepcionado e nunca conseguiria realizar o sonho deles em me ver formada. Foi então que, em meio a tanta frustração, eu consegui, por intermédio da nota do Enem, uma vaga pelo Prouni na PUCPR, que era a minha primeira opção após a faculdade pública.

Um peixe fora d'água. Talvez seja essa a frase que mais se adequa à descrição de como foi a minha experiência dentro da universidade nos primeiros meses de aula. Cheguei e me deparei com um imenso universo cheio de oportunidades, coisas novas, pessoas bem vestidas, educadas e a maioria delas de condições financeiras bas-

---

<sup>5</sup> “A Síndrome do X-Frágil está diretamente ligada a um defeito no cromossomo X, o qual contém a causa mais frequente do comprometimento intelectual com caráter hereditário, afetando o desenvolvimento intelectual e o comportamento de homens e mulheres”. Associação Catarinense do “X-Frágil”. Disponível em: <<http://xfragilsc.com.br/site/>>. Acesso em: 15 fev. 2017.

tante abastadas. Tudo muito diferente e extremamente distante da minha realidade pessoal e familiar.

Os dois primeiros meses foram terríveis. Não pela universidade, ensino ou outro fator, mas sim em decorrência de certa dificuldade em fazer amizades e me aproximar das pessoas, uma verdadeira curitibana. Quase todos os alunos da minha turma já se conheciam e eu tinha medo e vergonha de me aproximar. Eu voltei chorando para casa quase todos os dias. Só não foi pior porque conheci na turma uma pessoa que frequentou o mesmo cursinho que eu, ela foi o meu apoio, companhia, verdadeira esperança de dias melhores e, apesar de hoje em dia infelizmente não sermos mais tão próximas, por ela guardo um imenso carinho.

Essa dificuldade inicial de adaptação foi superada aos poucos. Ao contrário daquilo que o meu cérebro insistia em pensar, as pessoas não me morderam e fui aos poucos me enturmando.

Nada foi fácil até aqui. Desde o desespero de conseguir um estágio para aliviar os gastos da minha família comigo, até o de manter as minhas notas boas e me adequar às exigências acadêmicas de estudo e dedicação, o que ainda precisa melhorar. Lembro-me bem que, nesse tempo, meu pai começou a ganhar muito pouco no táxi, por não ser dono, e que minha mãe tirou de onde não tinha para comprar algumas roupas para eu vir para a aula, pois todo mundo andava muito bem vestido e meu guarda-roupa já estava um pouco sucateado. Minha mãe sempre fazia dessas, tirava de onde não tinha para pagar as passagens ou aquele lanche gostoso do intervalo no “bloco vermelho”. Com ajuda, ela me comprou três livros iniciais do curso. Só estou onde estou hoje pelos sacrifícios dela, pelas mãozinhas calejadas e sem as digitais de tanto trabalhar. A ela eu devo toda a minha vida e gratidão.

Tudo se tornou muito melhor quando eu, enfim, percebi a imensidão deste lugar, da estrutura e das possibilidades que me dá diariamente. Quando eu entrei na biblioteca pela primeira vez, parecia estar em outra dimensão, eu nunca tinha visto um lugar tão lindo,



equipado e organizado na minha vida. As salas de aulas, a imensidão dos blocos, os jardins, a biblioteca – eu fiquei e ainda sou encantada com tudo, com cada detalhe. Eu não trocaria por nenhuma outra.

Talvez o que tenha marcado mais a minha experiência até aqui seja o fato de que, por intermédio do Prouni, a PUCPR e os professores puderam abrir a minha cabeça para novas oportunidades e horizontes. Tudo aquilo de que não conhecia a existência e não sabia que era possível me foi mostrado e, o melhor, eu vejo que com o meu esforço tudo é possível. Toda essa experiência só foi possível pela existência do Prouni, pois eu jamais teria condições de estar aqui, pagando. No começo, eu não fazia ideia do que era uma iniciação científica e hoje, mesmo com dificuldades, estou fazendo uma. Antes do Prouni, eu não sabia o que era estar em um lugar como este e sobre tantas possibilidades que estão disponíveis na vida e no mercado.

Para ser bem sincera, me faltam as palavras para colocar no papel e descrever o que eu senti, aprendo e vivo aqui dentro. Não há palavras para expressar tamanha gratidão à existência do Prouni e as lágrimas vêm à tona quando eu penso no quanto a universidade e tudo que já vivi aqui dentro é especial, muito longe daquilo que eu poderia um dia imaginar ou do que minha família teria condições de me proporcionar. Muitas coisas como intercâmbio, cursos de extensão internacionais e outros ainda estão fora do meu alcance. Mas, um passo de cada vez. Um dia eu sei que chego lá.

Como disse Clive Staples Lewis, em uma de suas obras: “Dificuldades preparam pessoas comuns para destinos extraordinários”. Assim, eu defino a minha experiência com o Prouni e, conseqüentemente, com a PUCPR. Uma pessoa comum que está, diante de todas as adversidades, sendo preparada para destinos extraordinários. Ainda que no início eu tenha me sentido um peixe fora d’água, hoje em dia eu me adequei e aprendi a nadar assim. Por mais árdua que seja, eu não trocaria esta trajetória por nada no mundo.

# Diário de bordo

Sara Pires de Siqueira<sup>6</sup>

Catorze anos de estudo, escola pública, cidade pequena. Terceiro ano (2012), preciso fazer vestibular. Mas não tem faculdade na cidade e perto só particulares, vou tentar em outra cidade. Passei, mas não vou; com que dinheiro vou me sustentar e pagar faculdade? Deixa para o próximo ano.

Trabalhar e estudar em casa, preciso de uma bolsa ou federal. Federal não dá, é muito para um aluno de uma escola pública pela metade, com rodízios de aulas e agora para quem tem que trabalhar o dia inteiro em outra cidade; Enem talvez seja a melhor chance.

Passei! PUCPR e é Prouni com bolsa integral, mas é em outra cidade, em outro estado, é na capital, onde os bairros têm mais gente que a antiga cidade. E é onde uma menina de interior vai morar sozinha? Não custa tentar.

Casa nova, é perto da universidade, somos apenas três e não preciso pagar passagem. Um mês, não dá, está caro, vou me mudar, é mais longe, mas é mais barato.

Agora somos sete, umas mais velhas, já com filhos, e outras mais novas, ainda no Ensino Médio; muitas experiências, histórias e sonhos. Mas não dá, está caro, agora tenho que pagar passagem e o cartão transporte para estudante? Não basta ser estudante. Sou sustentada pelos pais e quem tem dinheiro para sustentar filho em outra cidade, tem que ter para pagar passagem.

Primeiro ano: passagem, aluguel, comida... e visitar os pais? Só nas férias, a passagem é cara. Dinheiro emprestado, uma refeição no dia. Preciso escolher: ir para a faculdade ou almoçar? Hoje posso fal-

---

<sup>6</sup> Graduanda do 7º período do curso de Design Digital pela PUCPR (Câmpus Curitiba).

tar, então vou almoçar. Amizades novas, consegui uma carona, ufa! Economizar o dinheiro da passagem significa mais refeições.

Segundo ano: preciso de um emprego; de acordo com a conversa de família, não vai dar mais para ficar aqui, “agora tem mais uma irmã, mas vamos tentar até o meio do ano”. Entrevistas e entrevistas, finalmente consegui um emprego, não tem nada a ver com o curso, mas é à noite, depois da faculdade até às três da manhã e para ir embora tem madrugueiro e depois eu ando até em casa sozinha, o que importa é que agora tenho dinheiro, sou totalmente independente e vou poder continuar com o curso, mesmo ficando em segundo plano, afinal, não tenho tempo, trabalho de domingo a domingo, inclusive no Natal e na virada do Ano Novo.

Terceiro ano: não aguento mais, não tive férias, está muito estressante. Não peguei “DP”, mas faço tudo de qualquer jeito só para passar e estou estourada em faltas, preciso de um estágio, vou sair no meio do ano.

Saí! Depois de mais de um ano finalmente vou poder me empenhar na universidade e em construir um portfólio para tentar um estágio, mas só tenho seis meses para isso, o ano que vem é o último, tenho que correr atrás do tempo perdido, e as contas? Consegui seguro até o final do ano, e o ano que vem? Vou continuar com os “freelas”, conseguir um estágio, começar o TCC e esperar que meu pai consiga mais aulas de música, torcer para que minha mãe não precise dar aula em dois períodos e confiar que a minha irmã do meio vai conseguir uma bolsa em alguma faculdade, porque agora serão duas filhas para sustentar fora de casa.

# Dos recicláveis à Medicina

Bruna Fernanda de Castro<sup>7</sup>

“Mãe, tomara que hoje a gente consiga achar muitas latinhas na rua, melhor mesmo se a gente achasse uma bateria de carro no lixo, porque eles pagam mais por ela... tô com tanta vontade de comer uma bolacha”, disse a criança. A criança que aprendeu desde muito cedo o que era esperança e, que esperança deve ser acompanhada de muita luta e perseverança.

Ela não era triste. Nunca foi. Tinha a maior riqueza que alguém pode ter: amor. Recebia todos os dias um bem precioso: o ensino. Aprendeu que o futuro representa aquilo que somos e fazemos no hoje, bem como o ditado “quem planta, colhe”, e ela plantou.

Não importava como era a perspectiva para o dia, ela acordava disposta a fazer algo. Tinha consciência de que não poderia trabalhar, pois ainda era uma criança e, apesar das dificuldades, sempre teve uma família incrível. Uma mãe sensacional. Então, tudo o que estava ao seu alcance ela fez: estudou. Estudou. Estudou. Ia para a escola, não se preocupava em ser escola pública, soube aproveitar tudo o que a escola lhe proporcionou. Decidiu que deveria ter as melhores notas. Ao chegar em casa, alternava períodos de brincadeiras, os quais também foram essenciais para o seu desenvolvimento, com períodos dedicados para o estudo. Sempre teve uma mãe muito presente, que a ajudou e a apoiou. Nunca deixou de brincar. Passou, sim, por muitas dificuldades financeiras, mas nunca permitiu que isso a fizesse deixar de ser criança. Ela teve infância de fato.

Ela cresceu. Decidiu fazer um curso técnico médio-integrado, também em uma escola pública. O tempo passou e, enfim, chegou o momento tão esperado: o Ensino Superior. Sim, ela há muitos anos

---

<sup>7</sup> Graduanda do 11º período do curso de Medicina pela PUCPR (Câmpus Curitiba).

decidiu que era capaz e que existiam, sim, possibilidades. E foi nesse momento que seu maior sonho apareceu, tão claro como água cristalina.

Um mesmo sonho pode ser almejado por várias pessoas. Mas, por mais que a finalidade dele seja a mesma, ele nunca representa o mesmo para todos. As escolhas e as vivências enfrentadas para alcançá-lo certamente diferem. Um dia ela sonhou. Sonhou com algo que parecia distante dela. Sonhou com algo chamado Medicina. Outrora um sonho, hoje realidade. O Programa Universidade para Todos, o tão conhecido Prouni, foi o passaporte para essa nova realidade de vida.

As perspectivas que tinham a seu respeito não eram nada favoráveis. Alguns conceitos arraigados na sociedade não permitiam enxergar uma estudante de escola pública, proveniente de família pobre, como uma médica bem-sucedida. Foram incontáveis as tentativas para que ela desistisse. Palavras, conselhos, discursos fundamentados em uma teoria falida para que simplesmente aceitasse aquilo que o senso comum estava impondo. Teoria a qual defendia que Medicina era um sonho alto demais, curso para poucos, privilégio de uma classe à qual ela não pertencia.

Mas nada a parou.

Com muito esforço, ela conseguiu na primeira tentativa uma bolsa de 100% do Prouni para cursar Medicina na Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Ao contrário das perspectivas desfavoráveis, lá estava ela, ingressando no curso mais concorrido, de maior investimento e em uma das melhores universidades do país. E, agora, falta pouco para ela finalmente receber o diploma.

Hoje, quando olho para trás e enxergo a trajetória dessa criança que um dia eu fui, não consigo sentir tristeza, ou trauma devido às dificuldades que enfrentei. Eu fiz tudo o que pude. Eu fui feliz e ainda sou. Toda a minha experiência de vida me fez enxergar que sonhos são passíveis de realização quando você segue os caminhos certos. E eu acredito que o Prouni foi o caminho certo, ele chegou na minha vida para fazer meu sonho ser real.

Como bolsista Prouni, admito que nunca fui alvo de discriminação dentro da universidade, nem pelos meus colegas, nem pelos meus professores e muito menos pela própria instituição. E também nunca usufruí de benefícios devido a essa condição. Sou tratada com dignidade e respeito como qualquer outro acadêmico e possuo os mesmos direitos e deveres. Desde o início, sempre percebi extrema organização e responsabilidade da instituição no quesito Prouni.

Na minha vida, Prouni se resume a uma palavra: transformação. Foi através dele que eu pude transformar o rumo da minha história. Hoje, continuo com dificuldades financeiras, porém, sei que meu futuro foi transformado e será muito melhor do que qualquer um poderia imaginar. Foi a oportunidade que encontrei para trazer à existência o meu sonho. O Prouni transforma sonho em realidade.

## Prouni: do ingresso à permanência

Camila Aparecida Soares de Oliveira<sup>8</sup>

Meu nome é Camila, tenho 24 anos, sou natural de São Paulo (SP) e atualmente resido em Londrina (PR). Desde tenra idade, meus pais me orientaram a sonhar com uma graduação. Eles não tiveram oportunidade de acesso à educação, uma vez que suas famílias sobreviviam do trabalho na agricultura e necessitavam de suas contribuições para o sustento.

Em sua juventude, meu pai, Salanir, decidiu se mudar de Ortigueira (PR) em busca de melhores condições, consigo levou minha mãe, Maria Olidia. Ambos lutaram e se adaptaram à vida na cidade. Tiveram dois filhos e, após alguns anos, almejando melhor qualidade

---

<sup>8</sup> Graduada no curso de Engenharia da Produção pela PUCPR (Câmpus Londrina).

de vida, fugindo da violência do subúrbio, decidiram, no ano de 2000, se mudar para Londrina – na época eu tinha oito anos de idade e meu irmão, 18.

Sempre estudamos em escolas públicas e fomos impulsionados a nos esforçar para acessar o Ensino Superior. Aos 14 anos, por meio de uma entidade sem fins lucrativos, denominada Guarda Mirim, fui menor aprendiz em uma multinacional. Nessa experiência, tive acesso ao mundo fabril e me encantei, desse modo, estabeleci que minha meta seria ser uma Engenheira de Produção.

Logo, possuindo ciência das limitações, reservei a remuneração de menor aprendiz, com o intuito de frequentar um curso pré-vestibular. Na última série do Ensino Médio, com o apoio de meus pais, parei de trabalhar e iniciei uma árdua etapa de estudos. E no primeiro vestibular fui aprovada, na Universidade Estadual de Maringá (UEM).

Todavia, morar em outra cidade envolve altos custos e cursar Engenharia exige tempo para estudar, assim, não foi possível permanecer no curso. Regressei à casa de meus pais. Mas não desisti de meu sonho. Estudei para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e, felizmente, no ano de 2012, fui selecionada para uma bolsa integral no curso de Engenharia de Produção na Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), Câmpus Londrina, por meio do Programa Universidade Para Todos (Prouni).

No início, existiam muitos temores, pois sabia que estaria em meio a um contexto com pessoas de realidades diferentes da minha, possuía receio de ser tratada com distinção. Mas, ao ingressar, fui tratada com igualdade por todos os colaboradores. No que concerne ao aprendizado, não houve dificuldades além das mesmas que meus colegas. Ainda vale ressaltar o esforço de todos os professores para que a disciplina fosse compreendida.

A maior dificuldade era em relação ao transporte, pois moro no sentido oposto da universidade. Recordo-me que, em uma época na qual estagiava, pegava seis ônibus por dia. Então, aproveitava o tempo ocioso no coletivo para colocar a leitura ou o sono em dia.

Desde o quarto período, exerci o estágio não obrigatório, sempre me atentando às notas, pois semestralmente somos submetidos ao termo de usufruto de bolsa, que avalia nosso rendimento. No sétimo período, entrei no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic), e pude participar da Semana de Iniciação Científica da PUCPR (Semic), que acontece, anualmente, no câmpus Curitiba.

Em 2016, finalizei a graduação, já empregada na área, uma vez que fui efetivada na empresa em que realizei o estágio. Pretendo ingressar em um programa de mestrado. Sou grata à PUC e ao Prouni, pois não somente me permitiram o acesso ao Ensino Superior, mas também me possibilitaram permanecer e concluir com êxito. Fiz questão de registrar meu agradecimento no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Eu acredito que, como a meu exemplo, muitos jovens estão tendo suas realidades transformadas pelo programa. Espero que as instituições e a sociedade reconheçam a sua importância. É por esse motivo que com alegria compartilho minha história. Estou transformando a realidade de minha família. Agora a filha da dona de casa e do pedreiro é uma engenheira.

## Prouni:uma oportunidade de uma nova história

Fernanda Cristina de Lara<sup>9</sup>

Aos 10 anos de idade, quando questionada sobre o que eu queria ser quando crescesse, respondia sem pestanejar: quero ser escritora! Eu sequer sabia que curso eu deveria fazer, tudo o que eu sabia era que eu amava ler e amava escrever. Na escola sempre fui uma

<sup>9</sup> Graduada no curso de Letras - Português/ Espanhol pela PUCPR (Câmpus Curitiba).



aluna com boas notas, principalmente nas disciplinas de Humanas, e se tinha uma coisa que eu era completamente apaixonada era Gramática.

Sempre estudei em escola pública, e aos poucos fui percebendo que, infelizmente, o conteúdo das aulas não seria suficiente para que eu ingressasse em uma universidade de qualidade no futuro, decidi então que me dedicaria ainda mais aos estudos e agarraria com unhas e dentes toda e qualquer oportunidade que me fosse oferecida. A primeira aconteceu em 2007, um professor, voluntariamente, começou a dar aulas de Espanhol no contraturno, descobri aí uma nova paixão: a língua espanhola. No início, a turma era de 30 alunos, quando dei por mim, eu fui a única que restei nas aulas, mas não desisti, concluí o curso com êxito.

Em 2011, ano de vestibular, eu não tinha dúvidas: ia cursar Letras. Depois de muito pesquisar e também conversando com professores, descobri a existência do curso de Letras – Português/Espanhol – parecia um sonho, tudo o que eu sempre gostei: ler, escrever, Gramática e língua espanhola, tudo em um curso. Além disso, obviamente, pesquisei sobre universidades. Devido à situação financeira da minha família, eu sabia que não poderia pagar um curso de graduação, para piorar, o curso que eu havia escolhido era oferecido em pouquíssimas universidades. A solução: focar em passar em uma universidade pública. Em janeiro de 2012, o resultado: eu não passei. A sensação de desespero e decepção tomou conta, o que eu faria?

Por meio da internet, descobri o Sisu - Sistema de Seleção Unificado. Como eu havia feito o Enem no ano anterior, poderia concorrer a uma vaga em uma universidade pública; minha nota tinha sido boa, mas não o suficiente. Foi aí que perdi todas as esperanças, teria que esperar mais um ano para ingressar na universidade. Entretanto, descobri o Prouni, e com a minha nota do Enem, fui selecionada em primeiro lugar, com bolsa de 50% na PUCPR, no curso que eu tanto queria. Isso foi em 2012, eu, então com 17 anos de idade, comecei a trilhar o caminho acadêmico.

Nem precisa dizer o orgulho que foi para meus pais, familiares, e também para os meus amigos e professores, dos 40 alunos que concluíram o Ensino Médio naquela escola, somente dois haviam ingressado na universidade, eu era uma dessas pessoas.

Passada toda a burocracia, ainda sentia o peso de ter que pagar 50% do curso, pois apenas com a remuneração do estágio (que comecei durante o Ensino Médio), mais custo de transporte, alimentação, materiais, livros e tudo o que a vida acadêmica exige, eu não dava conta de todas as despesas. Então, além de todo o conteúdo universitário, passei o ano revendo e estudando conteúdos para fazer a prova do Enem novamente. E a recompensa veio – em 2013, me tornei uma bolsista 100% no curso de Letras Português/Espanhol na PUCPR. Continuei fazendo estágios, mas o alívio por não ter que pagar mensalidade, além da responsabilidade e da gratidão de ter sido beneficiada pelo programa, fez com que a minha dedicação aos estudos fosse triplicada.

Tornei-me então uma acadêmica acima da média, participativa e proativa, em todos os projetos que envolviam não só o meu curso, mas também outros nas áreas de licenciaturas e humanidades, eu fazia de tudo para participar de palestras, debates, apresentações em seminários, eventos, enfim, tudo que pudesse colaborar para meu crescimento acadêmico e profissional e que também me permitisse “devolver” à sociedade os conhecimentos que me estavam sendo proporcionados.

Em meus estágios supervisionados, nos quais eu ministrava aulas de Português e de Espanhol, buscava sempre ressaltar aos alunos (assim como eu, da rede pública de ensino, de baixa renda e com poucas perspectivas e oportunidades com respeito a curso superior) a importância do Enem e dos programas como Sisu e Prouni, que eles poderiam usufruir a partir do exame.

Posso afirmar, orgulhosamente, que com o Prouni não só a porta da universidade me foi aberta, mas também “a porta do mundo”. Em 2014, a partir de recomendações de professores, participei de um

processo seletivo para uma bolsa de estudos para estudar Espanhol em Córdoba, na Argentina, pelo período de 25 dias. Em janeiro de 2015, eu embarquei nessa viagem, minha primeira experiência internacional, que me rendeu frutos acadêmicos, profissionais e pessoais indescritíveis, que, volto a dizer, não teriam sido possíveis sem o “pontapé” inicial que foi o Prouni na minha vida.

Então, em maio de 2015, mais uma vez eu estava concorrendo a uma bolsa de estudos, dessa vez, para cursar um semestre no exterior. Foram muitas etapas, além de boas notas, boas recomendações, era necessário passar por entrevistas. Fui contemplada com a bolsa, e por questões de adaptação dos horários e matérias, optei por embarcar no intercâmbio no primeiro semestre de 2016. Aí, mais uma vez, o Prouni desempenhou um papel fundamental, já que no segundo semestre de 2015, eu estava finalizando estágios supervisionados, tinha dezenas de relatórios, trabalhos, e claro, o Trabalho de Conclusão de Curso, além de todas as burocracias que envolvia o intercâmbio – precisei abrir mão do meu emprego para me dedicar 100% à universidade, o que só foi possível devido ao fato de não ter que pagar mensalidade.

Após esses cinco anos, diversos estágios e experiências profissionais, duas experiências internacionais – na segunda (intercâmbio na Universidade de Guadalajara-México) já comecei a dar meus primeiros passos rumo ao mestrado – finalmente sou formanda do curso de Letras-Português/Espanhol; e se eu tivesse que resumir o meu sentimento sobre toda a oportunidade que obtive por conta do que o Prouni me proporcionou, e por tudo que ainda irei alcançar – pois sei que a graduação é só o começo – eu diria: gratidão!

# Em busca do sonho da universidade

Francieli Mota de Oliveira Lima<sup>10</sup>

Entrar em uma universidade pública ou privada para uma menina que nasceu e cresceu em um lar humilde parecia um sonho quase impossível. Essa é a minha história e, posso afirmar com veemência que fazer uma faculdade para quem nasce pobre, filha de pais com pouco estudo e que estuda em colégio público a vida inteira é realmente um desafio.

Afirmo com convicção que cursar o Ensino Superior é uma vitória que eu não conquistei sozinha, é certo que foi necessária muita ajuda durante toda minha trajetória até chegar à universidade. Devo reconhecer primeiramente o esforço imensurável de meus pais que, mesmo tendo apenas o Ensino Fundamental incompleto, sempre fizeram o máximo que podiam para que eu e minha irmã estivéssemos na escola. Dedicavam seus esforços desde a compra dos materiais, mesmo sendo os mais simples e baratos, até as reuniões de escola para acompanhar nosso desempenho.

Devo destacar também a grande relevância que muitos professores da escola pública tiveram em minha vida, professores estes que, mesmo com salários baixos, más condições de trabalho, como salas superlotadas, quadro negro quebrado e sem nenhum aparato tecnológico para incrementar suas aulas, faziam o melhor que podiam em sala de aula, e mais do que isso, nos motivavam a pensar criticamente, a questionar a realidade e a nos fazer acreditar que se quiséssemos e nos esforçássemos poderíamos ter um futuro melhor.

---

<sup>10</sup> Graduanda do 9º período do curso de Psicologia pela PUCPR (Câmpus Curitiba).

De maneira nenhuma posso me esquecer do papel imprescindível que as políticas públicas para acesso ao Ensino Superior proporcionam aos estudantes de baixa renda, como o Prouni e o Fies. É claro que todo meu esforço durante o período escolar foi fundamental para que eu conseguisse entrar na universidade, mas sem esses programas, mesmo com tanto empenho e dedicação, eu não teria conseguido.

É importante salientar que conseguir uma bolsa no Prouni é apenas o primeiro passo na longa caminhada durante a universidade. A trajetória é composta por inúmeros desafios; entre eles, posso citar a diferença notável de conhecimento, que aparece logo nos primeiros dias de aula, entre os alunos que estudaram a vida inteira em escolas particulares e aqueles que estudaram em escola pública; a necessidade de conciliar o trabalho com estudo; o desafio de ficar acordado prestando atenção nas aulas até às 23 horas após um longo dia de trabalho, o tempo perdido com o ônibus até chegar à universidade, o lanche caro vendido na cantina, o dinheiro gasto toda semana com xerox, entre outros. Enfim, são muitos desafios, e, muitas vezes, a sensação de estarmos tão cansados que parece que não vamos conseguir.

Contudo, o tempo passa e, vencendo um dia após um outro, um semestre após o outro, com muitas lágrimas e muitas alegrias, concluí o meu quarto ano e com muita expectativa e entusiasmo vou para o quinto e último!

É, realmente não é fácil, mas é possível, e é nessa possibilidade, nessa oportunidade que eu me agarro todos os dias e com fé prossigo para que meu sonho se realize, através da minha profissão, eu sirva o meu próximo com amor e excelência. É nisso que eu acredito e desejo de todo meu coração, que a minha história sirva de exemplo e inspiração para muitos jovens que, assim como eu, embora com tantas dificuldades, continuem acreditando, tenham um futuro melhor e façam a diferença na sociedade.

# Da Cohab para o mundo

Patricia Fernanda Pereira<sup>11</sup>

Lembro-me bem. Para a primeira reunião com os selecionados pelo Prouni para ingressar na Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), escolhi, cuidadosamente, a minha pior roupa. Eu queria parecer ainda mais pobre (como se precisasse!), tudo por medo de ter o benefício retirado de mim caso eu parecesse “bem vestida demais”. Mas é que quando você é pobre, você se acostuma a ter oportunidades retiradas, a esperar o pior, e é difícil acreditar quando algo de bom acontece.

Cresci na Cohab, estudante de escola pública a vida inteira, meus pais sequer terminaram o Ensino Médio. Sem conhecer as verdadeiras dificuldades para ingressar no Ensino Superior no Brasil, eu, desde criança, tive certeza de que faria uma faculdade. A realidade, no entanto, bateu à porta aos 17 anos, quando eu não pude fazer cursinho, quando eu não passei na Universidade Federal do Paraná, quando um ano depois eu passei na PUCPR e não tive dinheiro para a matrícula, quando outro ano depois eu comecei a trabalhar e entrei em uma Universidade Privada do Paraná - que abocanhava todo o meu salário do emprego em uma loja -, quando eu entrava em sala de aula chorando por estar atrasada, pois tive que fazer hora extra.

O Prouni foi minha chance de respirar. Eu não vou mentir: foi assustador estar naquele ambiente tão estranho à minha realidade. Eu, já com 21 anos, conversava com pessoas de 17 que já tinham viajado muito, que se conheciam das escolas mais caras da cidade e usavam roupas de marcas famosas. Era até chocante às vezes, porque você não faz ideia de que existam pessoas com tanto dinheiro e a uma

---

<sup>11</sup> Mestranda em Mídia e Comunicação Global pela Universidade de Helsinque, na Finlândia, e graduada no curso de Jornalismo pela PUCPR (Câmpus Curitiba).

distância relativamente curta (Batel – Fazendinha; risos). Mas a gente se acostuma. Eu me infiltrei naquele ambiente, do meu jeito, dentro da minha realidade, e nunca tive dificuldades em acompanhar as aulas. Afirmando que fui, sim, uma aluna bastante competente.

Fiz Jornalismo. Ainda no primeiro ano de curso, comecei a trabalhar no maior jornal do estado como estagiária. Formei-me e passei no teste de seleção do programa de talentos do mesmo grupo de comunicação, onde trabalhei como repórter até pedir demissão para me mudar para a Irlanda. Hoje sou estudante de mestrado em Mídia e Comunicação Global em uma das melhores universidades do mundo, a Universidade de Helsinque, na Finlândia. Aqui, eu também trabalho na área de comunicação e estudo finlandês. Nesses últimos anos, eu estive em dez países diferentes, conheci pessoas de todos os continentes, e tive experiências inimagináveis para uma criança da Cohab.

Quando eu vejo o quão longe eu cheguei, meu coração se enche de orgulho, porque tudo é fruto de muita luta, e se enche também de gratidão, às pessoas que sempre acreditaram em mim e ao Prouni, que foi absolutamente essencial para me igualar àqueles que tiveram melhores oportunidades desde cedo. Graças ao Prouni, eu pude competir de igual para igual em entrevistas de emprego e pude chegar ao meu mestrado, gratuito, no exterior. Eu sou o que meus pais não puderam ser, eu sou a primeira neta a ter um diploma universitário. O Prouni me transformou na exceção da regra.

# Sonharrequeracoragemdenãoolharparatrás

Polyana Raquel Pedroso<sup>12</sup>

Sou do sexo feminino, tenho 19 anos, nasci e me desenvolvi em São Miguel Arcanjo, interior de São Paulo, uma cidade com um pouco mais de 30 mil habitantes, a qual não tem universidade. Morei até os 17 anos no sítio, meus pais a vida toda foram agricultores, sou de família simples, ninguém de meus familiares teve acesso ao Ensino Superior, e meus pais têm o Ensino Fundamental completo, meu irmão foi o primeiro a entrar na universidade, e eu sou a segunda.

Lembro-me que viajava 17 quilômetros diariamente para chegar à escola, e foi assim durante 12 anos, acordava muito cedo, de madrugada, pois meu pai tinha que me levar de carro até a rodovia, na qual passava o ônibus, sendo dois quilômetros de terra e mais 15 de asfalto. Na volta, nem sempre meus pais iam me buscar, pois estavam trabalhando; então, eu tinha que andar a pé aquele trecho da rodovia até minha casa. Muitas e muitas vezes sujei o tênis com barro, quando chovia o ônibus não passava, e meu pai às vezes tinha que me levar de trator para não encalhar o carro na lama.

Estudei a vida inteira em escola pública, nunca fiz cursinho pré-vestibular. Meu sonho era entrar na universidade. Em 2013, cursando o segundo ano do Ensino Médio, consegui uma bolsa do Prouni em Engenharia Florestal. Em 2014, terminando o Ensino Médio, prestei novamente o Enem. Recordo, entre angústias e ansiedade, acompanhava minha inscrição do Prouni, atualizando a página muito lentamente, pois a internet no sítio é muito ruim. Quando saiu o resultado, eu gritei de alegria e chorei, pois, meu sonho estava prestes a se realizar. Passei no curso de Teologia na PUCPR, e também passei em Engenharia Florestal em uma universidade federal, e no meio do

<sup>12</sup> Graduanda do 3º período do curso de Psicologia pela PUCPR (Câmpus Curitiba).



ano passei em Engenharia Ambiental, mas meu sonho era Psicologia, era o que eu verdadeiramente me identificava, e tive medo de que minha nota não alcançasse a nota de corte para esse curso, achava que eu era pequena demais para tentar, mas mesmo assim, tentei outro curso e consegui, e estava muito feliz, pois algo novo iria começar na minha vida.

Quando eu digo que sou de escola pública, quero dizer que não tive laboratório de Ciências, de Física e Química, que a maioria dos experimentos foi na improvisação, não tive uma biblioteca suficientemente boa, não tive acesso à diversidade da literatura de todas as áreas científicas, tive a básica da básica, não tive aulas de outros idiomas, não tive aulas extras de música, dança, teatro, informática. Perdi muitas horas por falta de professor em sala de aula, tive professores desinteressados em ensinar, tive outros que me fizeram sonhar, tive muitos obstáculos no caminho, mas prossegui.

Na universidade, tive a oportunidade de ter excelentes professores/doutores que me ensinaram conteúdos que não tive no Ensino Médio, principalmente a entender a Filosofia, a Sociologia, a Antropologia, a História, que, para nós da rede pública de educação, era transmitida, mas não compreendida. Na universidade, fiz a experiência do amadurecimento pessoal como humana, e, de fato, tornei-me mais humana, mais sensível, menos indiferente, mais compreensiva, mais aberta ao diálogo com o diferente, mais solidária, mais fraterna. Na universidade, tive a oportunidade de fazer projetos com pessoas de outros cursos, ir a cafés filosóficos, participar de palestras maravilhosas, participar de eventos promovidos pela pastoral [universitária], tive acesso a uma apaixonante biblioteca gigantesca, tenho hoje na instituição privada o acesso a tudo o que eu não tive na educação pública.

Comecei a praticar esporte aos 13 anos e acredito que ele mudou a minha vida, se hoje estou na universidade é porque a corrida me ensinou a ter determinação para alcançar os objetivos, a estabele-

lecer metas, a acreditar no impossível, a vencer os próprios limites, a aguentar as dores e treinar arduamente.

Me mudei para Curitiba em fevereiro de 2015 e não seria possível escrever todas as experiências tristes, angustiantes, alegres, difíceis, de superação que eu tenho vivido durante esse tempo. Não tinha e não tenho nenhum familiar nesta cidade, mas com isso eu aprendi verdadeiramente o que é sobreviver. Aquilo que Darwin começou a compreender em suas pesquisas, que os evolucionistas nos dizem da sobrevivência, eu o vivi na pele. Muito mais que a sobrevivência das necessidades básicas do homem, pois nunca em minha vida passei fome ou sede, sempre tive uma casa para morar, sempre tive roupas para vestir, mas tive que sobreviver e me adaptar em meio ao emocional conturbado, à solidão, à saudade, à nostalgia, a pessoas estranhas, à cidade grande, a pessoas que moram no mesmo prédio e não se conhecem, a pessoas que não sabem o nome das outras, às coisas rápidas demais, aos ônibus lotados, à violência, aos assaltos, ao medo de andar sozinha pelas ruas, ao medo de que qualquer ser humano fizesse algo comigo, e que me roubassem de mim mesma.

No início, eu pensei muitas vezes em desistir, em abandonar, em largar tudo, e voltar para a minha cidade pequena, na qual eu aprendi as coisas mais simples e mais humanas da vida. Local em que eu aprendi os valores, a ética, a honestidade, a solidariedade, o amor ao próximo, a dignidade das pessoas, o valor do ser humano, a fazer o bem, a agir com responsabilidade. No entanto, meu primeiro dia na nova cidade foi uma flechada no coração juntamente com brilho nos olhos cheios de lágrimas de alegria por poder sonhar, esse primeiro dia, um dos mais especiais de todos, tive a experiência de ser ajudada por um mendigo ao voltar do supermercado.

Adorava o curso que eu fazia, mas ainda queria Psicologia, e então voltei a revisar os conteúdos novamente para o Enem. O dia do vestibular foi desastroso, pude novamente fazer a experiência de sobrevivência que a vida nos proporciona. Passei horas na internet pesquisando o local da prova, e tive que ir para um lugar que não

sabia onde se localizava, tive que pedir informações na rua para as pessoas quando me perdi, e confiar nelas, passei frio durante a prova, pois o clima mudou rapidamente, recordo que meu corpo tremia enquanto eu passava a redação a limpo, tomei chuva ao sair da prova, cheguei em casa três horas depois, e ao me despir para tomar um banho quente, vi que meu corpo estava todo roxo de frio, e nessa noite eu pensei seriamente em desistir. Foi uma noite de profunda reflexão existencial e lágrimas, mas, não olhei para trás e corajosamente segui em frente.

Passei as férias do final do ano com minha família e ao retornar para as aulas em 2016, já sem esperanças de conseguir uma vaga no outro curso, continuei o que eu fazia. Porém, a surpresa chegou, havia ganhado uma bolsa totalmente gratuita em Psicologia na própria PUCPR, meus olhos novamente se encheram de lágrimas de alegria, pois eram somente oito vagas, e eu de início havia perdido todas as esperanças em acreditar que poderia ser possível, e que eu alcançaria aquele objetivo mesmo estudando a vida toda em escola pública, mesmo não fazendo cursinho pré-vestibular, mesmo morando no sítio quase a vida toda e depois morando sozinha em uma cidade muito maior que a que eu cresci, mesmo tendo um histórico familiar de pessoas simples, mesmo sendo a segunda da família a chegar à universidade.

Morar longe da família é se tornar um pouco mais fria nas relações, não tenho o aconchego da mãe, não sinto o cheiro dela, e nem o de sua comida, é nostálgico. Às vezes dói, aperta a alma passar um semestre sem vê-los, sem beijá-los, sem sentir o calor de suas mãos ásperas e cheias de calo do trabalho da roça. Dói ter que usar a imaginação para criar um encontro de abraços com meus pais após a publicação das notas parciais. Sem sentir o cheiro do suor depois de um dia intenso de trabalho no sol. Sem sentir o cheiro da chuva tocando a terra, sem escutar o galo cantar pela manhã. Se tenho a quem agradecer, vai ser a ela toda minha gratidão: mãe, que tirou minha coberta às cinco horas da manhã desde meus seis anos de idade, que me vestiu

e escovou os meus dentes enquanto eu ainda dormia, que preparou todos os dias desses 12 anos de estudo o meu café da manhã, e que me ensinou a fazer tudo isso sozinha hoje.

Meus pais me ensinaram a sabedoria da vida cotidiana, sem eles não chegaria até a universidade, cheguei porque diariamente me apoiam. Me ensinaram que é possível viver com pouco e ser muito feliz, que consigo sobreviver. Em muitas noites escuras e frias, abri a janela e observei calada por horas a lua, o céu estrelado, o céu limpo, procurando respostas, conforto e abraço. Me embriagando de perguntas, sozinha passei pela mais difícil crise existencial, que perdura nos meus pensamentos, uma busca inquietante pela verdade, mas que me sinto cada vez mais longe dela.

## Um olhar sobre mim

Rafael Rodrigues<sup>13</sup>

Acredito no esforço pessoal e na realização dos sonhos através dele. O começo deste relato é arbitrário e, dentre os inúmeros começos possíveis, escolhi por começar a contar como foi minha experiência no período logo após o ingresso na PUCPR. Lembro bem daquele dia, a agitação para conseguir todos os documentos necessários para a implementação da bolsa e levá-los dentro do prazo. Também, eu estava realizando um sonho bem profundo que era ingressar no curso de licenciatura em Física em uma excelente universidade.

No mesmo dia em que os documentos foram analisados e a bolsa do Prouni foi implementada, eu comecei as aulas. No começo do

---

<sup>13</sup> Doutorando em Física pela UFPR e graduado no curso de Licenciatura em Física pela PUCPR (Câmpus Curitiba).

período letivo, eu estava um tanto perdido, com muitas dúvidas fervilhando dentro de mim: “Será que eu conseguiria acompanhar os outros alunos, que muitas vezes tiveram uma base mais sólida dos conhecimentos necessários? Será que o sentimento de querer lecionar Física seria suficiente para me manter no curso até o final?”. Enfim, muitas coisas passavam pela minha cabeça simultaneamente, pois eu tinha vindo de um colégio público e tinha vários medos e barreiras a superar.

Ao início das aulas, notei certas lacunas em meus conhecimentos (a presença daquelas caixas em que muitas vezes guardamos nossas falhas e dúvidas e deixamos para reabri-las somente se necessário), de forma que, ao final das primeiras provas, eu não obtive um resultado tão satisfatório. Então, eu entendi que para eu conseguir superar minhas dificuldades, eu precisaria abrir tais caixas e me jogar de cabeça lá dentro, e foi isso que eu fiz. Não vou dizer que foi fácil e nem que não foi trabalhoso, pois lembro bem minhas matinês de sábado passadas na biblioteca da universidade ou dos contraturnos assistindo monitorias.

Ao fim do primeiro semestre, notei a minha evolução pessoal, que resultou em notas melhores e no sentimento de que eu estava no caminho certo. No decorrer dos semestres, as coisas foram se ajeitando aos poucos e eu me sentia cada vez mais em pé de igualdade com qualquer aluno. Percebi que a barreira entre alunos bolsistas do Prouni e alunos não bolsistas não existe e nunca existiu, todos os alunos são iguais e possuem suas falhas, assuntos em que não possuem domínio e medos próprios, cabendo a cada um superar essas situações. Ao fim, o que diferencia um aluno (bolsista ou não) do outro é apenas o esforço, a vontade de vencer.

No último semestre de curso, depois de assistir algumas palestras, fiz iniciação científica com a professora Michelle Sostag Meruvia, que abriu meus horizontes para novas possibilidades e desafios. Ao fim do curso, muito satisfeito com tudo o que tinha conquistado, eu ganhei o Prêmio “Marcelino Champagnat” por mérito acadêmico

e isso foi uma das minhas felicidades, pois naquele mesmo período eu tinha acabado de entrar em um programa de mestrado em Física. Atualmente, me encontro finalizando o doutorado, na área de Dispositivos Eletrônicos Orgânicos, possuindo alguns artigos publicados em revistas internacionais e trabalhos apresentados em várias regiões do país. Meu sonho foi ampliado e hoje viso dar aula em universidades em um futuro próximo e formar novos profissionais competentes que farão a diferença no futuro.

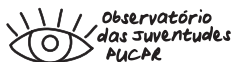
A bolsa do Prouni foi de papel fundamental para que tudo isso acontecesse na minha vida, me fornecendo suporte e deixando que eu crescesse como pessoa e profissionalmente, possibilitando que eu pudesse correr atrás de meus sonhos.



Esta edição foi composta pela Editora Universitária PUCPress  
e impressa em papel Pólen Bold 70g/m<sup>2</sup> (miolo) e  
papel supremo 250g/m<sup>2</sup> (capa).



Desde 2010, a Rede Marista de Solidariedade estabelece o Ciclo *Advocacy* como modalidade de atuação no eixo de defesa e promoção dos direitos de crianças, adolescentes e jovens. A metodologia, embasada em referenciais teóricos e boas práticas, estabelece passos de elaboração, desenvolvimento e avaliação de ações que buscam a garantia de direitos. Esta publicação faz parte do **Ciclo *Advocacy*: Acesso e Permanência de estudantes bolsistas no Ensino Superior**. O livro reúne resultados de pesquisas desenvolvidas por um grupo de professores da PUCPR com seus estudantes de iniciação científica. A publicação também conta com relatos de vivências de estudantes e ex-estudantes bolsistas na PUCPR. Este projeto foi organizado e coordenado pelo Observatório das Juventudes, parte integrante da área identitária da PUCPR, juntamente com o Instituto Ciência e Fé.



ISBN 978-85-68324-87-5



9 788568 324875